

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAÍRA JUNQUEIRA NEVES

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS POR MEIO DE REDES SOCIAIS  
A Rede Brasileira pela Integração dos Povos

SÃO PAULO  
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAÍRA JUNQUEIRA NEVES

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS POR MEIO DE REDES SOCIAIS  
A Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais sob a orientação do Prof. Doutor Luiz Eduardo Wanderley.

SÃO PAULO  
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAÍRA JUNQUEIRA NEVES

A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS POR MEIO DE REDES SOCIAIS  
A Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais sob a orientação do Prof. Doutor Luiz Eduardo Wanderley.

Data de Aprovação:

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Agradecimentos

A todos aqueles que por alguma razão estiveram envolvidos em minha vida nesses dois anos de estudos, pois este trabalho não teria sido realizado como foi sem o apoio de inúmeras pessoas. Foram vários momentos e para cada um deles tenho a lembrança de pessoas importantes que estavam presentes.

Ao meu orientador, Luiz Eduardo Wanderley, pelo seu olhar atento e sua calma, que me tranqüilizaram durante todo esse percurso.

Aos meus colegas de organizações da sociedade civil, que foram fundamentais para a escolha do tema e para meu envolvimento com essa questão. Um especial agradecimento para os membros da Rebrip, que disponibilizaram seu tempo para conversarem comigo.

À Capes pela bolsa de estudos.

Às minhas amigas e amigos mais próximos, especialmente Isabel Pato, Ana Cernov e Adriana Guimarães, que sempre estiveram presentes, mesmo em momentos em que eu não pude estar.

À toda minha família, em especial a Fernando Junqueira Neves, Marina Junqueira de Freitas, Camila Campello, Ivan Fernandes Neves, José Alberto Gouvêa de Freitas e Wanda Junqueira Aguiar, que sempre me apoiaram em minhas escolhas.

À minha mãe, Wanda Maria Junqueira Aguiar, que desde sempre me incentiva, me ajuda e me mostra aos poucos o interessante mundo da pesquisa.

Por fim, “*special thanks*” ao meu companheiro, Rex James Lineker, que esteve ao meu lado desde o início desse processo, me apoiando em todos os momentos, mostrando caminhos quando tudo mais parecia impossível.

## Resumo

Esta pesquisa examina a participação internacional, por meio de redes sociais, de setores da sociedade civil. Vista a grande amplitude de atores dentro desse conjunto, foi escolhido como objeto de pesquisa, em particular, as Organizações Não Governamentais - ONGs. Para tanto, restava, como meta, selecionar um protagonista do caso brasileiro, que pudesse exemplificar as potencialidades desse meio de ação, sendo escolhida, para tanto, a Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Para a obtenção das informações necessárias para o estudo pretendido, foi realizada a análise de documentos da rede e entrevistas com alguns de seus membros representativos, ou seja, aqueles que pudessem falar com propriedade sobre a rede e as ONGs. No decorrer do texto foi mostrado como as redes sociais atuam e qual a importância delas para as ONGs e vice-versa.

Com o objetivo de amparar essa dissertação, considerou-se necessário interpretar com maior clareza o sentido das mudanças internacionais dos últimos anos, que ocorrem nas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, predominantemente. E como elas incidem sobre a natureza do Estado moderno. Um elemento central nesse estudo diz respeito à possibilidade de uma visão crítica da globalização, tanto por parte de estudiosos quanto de movimentos que a questionam, denominada, por muitos autores, de globalização contra-hegemônica. Por fim, mostramos a ligação da Rebrip com esse movimento, a importância das Redes para a participação internacional das ONGs e as dificuldades que enfrentam ao tentarem colocar em prática seus ideais.

**Palavras-chaves: Relações Internacionais; globalização; redes sociais; Organizações Não Governamentais; sociedade civil.**

## **Abstract**

This research seeks to observe the international participation of a specific sector of civil society through social networks. Because of the amount of actors inside this group, Non Governmental Organizations (NGOs) have been chosen as the object of this dissertation. For that, it was also necessary to choose a Brazilian Network protagonist, which could be an example of the strength of this way of action, and for that reason Rebrip (The Brazilian Network for the Integration of Peoples) was picked. To obtain the necessary information for these intended studies, analysis was done of network documents and interviews with some representative members, who could speak knowingly about this actor and NGO involvement. The text demonstrated how social networks work and their importance to the NGOs and vice versa.

As a main goal to give support to this text it was considered necessary to interpret the international changes in the last few years, that have occurred mainly in the economical, political, social, and cultural dimensions, as well as how these changes happen in modern states.

A central element of this study is the possibility of a critical view of globalization, by academic expertise and also by the movement that questions it, called by many globalization authors the counter-hegemony globalization movement. Finally, it shows the connection between Rebrip and this movement, the importance of the networks for the international participation of NGOs and the difficulties that they face trying to put in practice their beliefs.

**Keywords: International Relations; globalization; social network; Non Governmental Organizations; civil society.**

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo I: Globalização, tendências e desafios .....</b>	<b>13</b>
1.1 Novos olhares no estudo de Relações Internacionais .....	13
1.2 Sentidos da globalização .....	18
1.3. O Estado diante desse processo .....	25
1.4 Quais são as forças que governam e quais resistem? .....	29
<b>Capítulo II: Redes Sociais.....</b>	<b>40</b>
2.1 O que são redes .....	40
2.2 Maneiras de atuar das redes sociais .....	46
<b>Capítulo III: Origem e constituição das Organizações Não Governamentais .....</b>	<b>50</b>
3.1 Uma breve história das ONGs .....	50
3.2. As ONGs na década de 1990 .....	53
3.3. A relação das ONGs com seus parceiros .....	53
3.4 Organizações Não Governamentais e o sistema internacional .....	58
<b>Capítulo IV: Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip) .....</b>	<b>63</b>
4.1 A Criação da Rede .....	63
4.2 A conjuntura internacional quando foi criada a Rebrip.....	66
4.3 Após a formalização: uma estrutura definida.....	69
4.4 O formato Rede .....	70
4.5 Os objetivos gerais da Rede .....	72
4.6 A consolidação da Rede .....	73
4.7 Os Grupos de Trabalho como meio de ampliação da Rede .....	74
4.7.1 GT Agricultura .....	76
4.7.2 GT Comércio e meio ambiente .....	78

4.7.3 GT Gênero .....	80
4.7.4 GT Propriedade intelectual .....	81
4.7.5 GT Serviços .....	84
<b>Capítulo V: Rebrip: anseios e discussões .....</b>	<b>86</b>
5.1 Criando novos rumos .....	86
5.2 Avaliando as novas formas de ação .....	88
5.3 As ONGs dentro da Rebrip .....	94
5.4 Seria a Rebrip um movimento contra-hegemônico? .....	96
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>99</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>102</b>



## Introdução

Na análise de diversos autores, constata-se a importância que vem assumindo, nas últimas décadas, a participação de setores organizados da sociedade civil nas mudanças em curso no âmbito mundial. Essa presença foi ocasionada, entre outras causas, pelas transformações ocorridas em cada Estado-Nação, que vêm afetando sua soberania, governança e governabilidade, principalmente no sentido das privatizações e o abandono das políticas públicas, situação que os tornam atores expressivos da sociedade civil em áreas cujo domínio tradicional estava nas mãos do Estado; pelas parcerias que eles desenvolvem com os governantes, em tarefas que se realizam nas esferas local, regional, nacional e mundial; pela mobilização e ações de resistência e protagonismo objetivando uma crítica do capitalismo atual e busca de alternativas concretas de sua superação.

Desde logo, é importante frisar que, mesmo reconhecendo os impactos dessas transformações no Estado, ele ainda permanece como um ator fundamental, quer no plano nacional, quer no contexto mundial.

No conjunto dos setores que compõem essa nova realidade, sobressaem as ONGs que, progressivamente, vêm conquistando espaços de atuação, com destaque nos planos nacional e internacional. Nesse sentido, fala-se mesmo na constituição de uma “sociedade civil global”, na qual essas organizações passam a ter um lugar de liderança.

Tendo trabalhado por algum tempo em setores nos quais as ONGs exercem um papel significativo, tais como a ABONG e a Secretaria Executiva do Fórum Social Mundial, no momento, vinculada ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, minha idéia inicial era a de fazer minha dissertação centrada na análise dessas organizações. Dada a amplitude da temática, julguei conveniente analisar de mais perto uma dimensão de sua participação, qual seja, a sua constituição em redes, modelo que vem adquirindo realce na dinâmica social das sociedades contemporâneas.

Com a finalidade de situar o estudo de como essas redes sociais vêm ampliando o seu escopo e ganhando notoriedade nas relações internacionais, era oportuno realizar uma pesquisa que cobrisse esse desiderato. Para tanto, restava como meta escolher um

protagonista, no caso brasileiro, que pudesse exemplificar as potencialidades desse processo. A escolha recaiu sobre a Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

No decorrer do mestrado, constatei a necessidade de interpretar com maior clareza o sentido das mudanças internacionais dos últimos anos, que ocorrem nas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, predominantemente. E como elas incidem sobre a natureza do Estado moderno.

A literatura a respeito enfoca um movimento global que traduz bem essa realidade, ou seja, o fenômeno da globalização. Como a sua definição e compreensão mostram profundas divergências, e sua conceituação envolve ambigüidades e ambivalências, era necessário aprofundar a visão de alguns autores das relações internacionais e das ciências sociais sobre o tema. Foi o que fiz, no primeiro capítulo.

Um elemento central nesses estudos e reflexões diz respeito à possibilidade de uma visão crítica da globalização, tanto da parte de estudiosos quanto de movimentos que o questionam. Era necessário, então, completar a análise na direção do que vem sendo denominado de um movimento de globalização contra-hegemônico, a partir de experiências e práticas que surgiram em distintas regiões do planeta, na perspectiva de resistência à globalização neoliberal hegemônica, e de tentativas concretas de elaborar estratégias de seu enfraquecimento e mesmo transformação, se possível.

Na complexidade que caracteriza o mundo atual, uma interpretação inovadora, principalmente com base nas reflexões de Manuel Castells, é a da constituição de redes (de Estados, movimentos, partidos políticos, ONGs etc.). Considerando o objeto de estudo selecionado, abordei alguns fatores da gestão das redes sociais, seus efeitos na dinâmica social dos países e entre eles. O segundo capítulo trata da origem, funcionamento e sentido dessas redes.

As ONGs assumiram um lugar de relevo e levantam uma gama de questões. Sua diversidade e pluralidade de visões, bem como o enfrentamento dos obstáculos para a sua inserção mais firme e atuante no campo das relações internacionais indicam a necessidade de uma explicitação mais precisa de sua natureza, objetivos e até mesmo de sua identidade.

No caso brasileiro, era imprescindível trazer alguns elementos de sua irrupção na história, avanços reconhecidos, traços comuns e impasses. É uma história muito rica, que,

certamente, mereceria uma avaliação mais ampla, mas que ficou condicionada pelos limites aqui propostos. Como se sabe, existem estudiosos que as valorizam como um ator central no período de redemocratização do Brasil, e mesmo no período atual por permanecerem ativas e eficientes; e outros que levantam críticas ao seu desempenho, principalmente nas questões de sustentabilidade, competência e representatividade. O terceiro capítulo buscou retratar essa realidade.

Pessoas e grupos que exerceram e exercem influência, principalmente na sociedade civil, e alguns com participação expressiva nos quadros governamentais, percebendo as dificuldades e potencialidades das ONGs e movimentos sociais presentes no caso brasileiro, com vistas à sua participação organizada no plano internacional, tiveram a iniciativa de estruturar uma rede. Surge, então, a Rebrip. Ela se constituiu no foco central da pesquisa, e motivo da análise do quarto capítulo. Nesse capítulo apresento o ator ao leitor, explicando como funciona, seus princípios e sua estrutura.

Feita essa apresentação, apontei as atuais visões políticas da rede e seus planos para o futuro, além de fazer uma discussão sobre o papel das ONGs na Rede e a importância dessa participação para as ONGs e, por último, trouxe o debate feito no primeiro capítulo sobre o movimento contra-hegemônico.

Como se verá, a Rebrip ainda comparece como ator num processo em construção. Dentre seus aspectos positivos, saliento sua busca por alternativas ao atual processo de globalização, mas ao mesmo tempo aponto, entre as dificuldades da sua trajetória, pequena no tempo, a de encontrar reais alternativas sobre o que se propõe a pensar.

## **Metodologia**

Tenho a convicção de que esta pesquisa deverá ser completada com análises posteriores. Contudo, desejo sublinhar que ela foi muito enriquecedora para mim. Apesar de os conteúdos das entrevistas deixarem perceber as dúvidas e avaliações críticas colocadas pelos entrevistados(as), ficou patente a disposição e o esforço destes, bem como de inúmeros integrantes da Rebrip, no sentido de sua consolidação e abertura de novos horizontes e meios de atuação para alcançarem os objetivos delineados.

Para realizar a pesquisa foram indicados, no primeiro momento, teóricos que buscam entender o que é o fenômeno da globalização e como ele altera a lógica atual. A partir desses teóricos passei a analisar o que significa esse termo tão utilizado por eles e pelo senso comum. No capítulo sobre ONGs foi feita uma mistura entre textos acadêmicos e textos e publicações das próprias ONGs, focando na análise de como estas se vêem, como analisam sua participação e o momento político em que se inserem. Por fim, o capítulo sobre a Rebrip foi baseado em entrevistas e em documentos oficiais da Rede.

As entrevistas tiveram como critério de escolha pessoas envolvidas na criação da Rede, as que fazem parte de sua coordenação e um coordenador de cada GT, mas que também fizesse parte de alguma ONGs, pois a maioria dos GTs são compostos tanto por coordenadores que vêm de ONGs como de movimentos sociais.

Assim, como disse, para conseguir entender os objetivos iniciais da Rede fiz uma entrevista com Kjeld Jacobsen, um dos idealizadores da Rede, que na época fazia parte da CUT. Com esse mesmo objetivo de analisar de forma ampla a Rede foi feita uma entrevista com Gonzalo Berron e Adhemar Mineiro, da coordenação, e que também possuem uma visão sobre a formação da Rede e de suas decisões políticas mais amplas e atuais.

A realização dessas primeiras entrevistas permitiu descobrir as figuras-chaves da Rede que trabalham em organizações não-governamentais e que, ao mesmo tempo, são coordenadoras de Grupos de Trabalho. Dessa forma, foram feitas entrevistas com uma pessoa de cada área da Rede. Essas entrevistas tiveram três blocos principais, o primeiro tentando levar o entrevistado a fazer uma análise geral sobre a Rebrip em si, o trabalho da Rede e dos GTs, como princípio de organização. A segunda parte estava voltada para a questão das ONGs e a Rede e, no terceiro momento, foi aberto um espaço de análise sobre o quanto a Rede é propositiva, de resistência ou contra-hegemônica.

Os entrevistados nesse bloco foram: Nalu Faria, do GT Serviços e da ONG Sof – Sempre Viva Organização Feminista, Graciela Rodriguez, do GT Gênero e do Instituto Equit, Edelcio Vigna, do GT Agricultura e do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, Renata Reis, do GT Propriedade Intelectual e ONG ABIAS, Sérgio Schlesinger, do GT Comércio e Meio Ambiente e do FBOMS e assessor da Fase.

Essa escolha foi feita porque era minha intenção, com essas entrevistas, entender o trabalho atual da Rede e sua relação com as ONGs, a partir de atores envolvidos tanto com

ONGs como com Redes, tentando compreender, assim, por que as ONGs fazem parte da Rede e qual o benefício para ambas as partes. Tenho consciência de que muitos outros caminhos poderiam ter sido seguidos, mas no meu entender, essa foi uma escolha que consegue, de certa forma, abarcar o pensamento de *ongueiros* e visualizar por que motivo as articulações em redes passaram a ser tão importantes, atualmente, para esses movimentos da sociedade civil.

## **Capítulo I. Globalização, tendências e desafios**

### **1.1 Novos olhares no estudo de Relações Internacionais**

Importantes conceitos do pensamento sociopolítico estão sendo desafiados, devido às mudanças geradas pela globalização, e entre eles podemos identificar, tais como: sociedade civil, Estado, partido político, sindicato, movimento social, opinião pública, povo, classe social, cidadania, soberania e hegemonia. Isso acontece porque basicamente esses conceitos foram elaborados com base em uma visão de sociedade nacional, mas atualmente eles têm uma grande dificuldade em responder às novas exigências da sociedade global. Ianni aponta que “(...) as relações, os processos e as estruturas de dominação, mais característicos da sociedade global, como novo emblema das ciências sociais, podem estar criando desafios radicais à política, como prática e teoria” (IANNI, 1997: 17).

As mudanças ocorridas devido ao processo de globalização impactaram a política nos seus princípios tradicionais, tanto na órbita nacional como internacional. O aumento do movimento de bens econômicos, de tecnologia, de informação, de idéias, de fatores ambientais e de pessoas, através das fronteiras nacionais, gerou um processo que, ao mesmo tempo que altera a forma de participação de antigos atores ligados historicamente à ordem internacional, gera novas realidades sociais, fazendo surgir novos atores com participação diferenciada nos planos internacional e nacional. Atores esses provenientes tanto da sociedade civil como do mercado (AVRITZER, 1995).

Partindo desse pressuposto e diante de todos esses desafios e das novas possibilidades que essas mudanças estão criando, julgamos conveniente fazer uma reflexão inicial sobre o termo globalização e algumas das conseqüências que gera, para, depois, analisarmos a forma de participação social e política em Rede, característica da sociedade atual. Dessa forma, este primeiro capítulo pretende abrir uma discussão a respeito das mudanças que a globalização produz, o significado do termo, como essa globalização se sustenta, quem a sustenta e quem a contesta.

O foco de análise será o processo de globalização que vem ocorrendo nas últimas décadas, tendo como preocupação central as mudanças ocorridas a partir do final da Guerra Fria, que trouxeram à tona um novo momento para o sistema internacional, o qual, a nosso

entender, alterou a forma de relacionamento entre os Estados, provocando uma ruptura com o período anterior. Esse processo ainda carece de muitas explicações teóricas, assim como o entendimento dele por parte dos indivíduos que vivem essas transformações.

Para pensar no processo da globalização a partir do conhecimento produzido por estudiosos das relações internacionais, fizemos um recorte, certamente limitado, de alguns autores que enxergam a ordem mundial como algo que está se alterando devido ao mesmo processo. “The major debate in international studies is a new one. It is between those who think that, even after the end of the Cold War, very little has changed, and those who are convinced a great deal has changed”(STRANGE apud GALVÃO, 1998a:117).

Com o objetivo de organizar esse debate, autores de relações internacionais propuseram uma classificação em torno do grupo de teóricos da área que analisam a globalização<sup>1</sup>. Essa classificação, também adotada por nós, divide as visões entre a dos *céticos* e a dos *transformacionistas* ou *globalistas*. De modo geral, os transformacionistas consideram que a globalização, mesmo tendo suas raízes históricas na construção do capitalismo e do próprio Estado, está comprometendo o papel do Estado, além de entenderem que estão diante de um fenômeno supraterritorial; por fim, consideram que vivemos em um momento de ruptura com o passado. Os céticos, no entanto, afirmam que não percebem uma ordem mundial menos estadocêntrica e também não consideram que exista uma forte descontinuidade com o passado (GÓMEZ, 1998).

De uma maneira geral abordagens mais realistas<sup>2</sup> de relações internacionais ao analisarem o processo de globalização possuem uma visão cética, na qual consideram que a globalização não representa um novo processo que rompa com formas passadas e gere a diminuição do poder do Estado. Para eles, muitos exemplos utilizados para demonstrar essa diminuição de poder vêm acontecendo há muito mais tempo. Embora não neguem a existência de relações econômicas transnacionais, a corrente realista questiona a magnitude de seu impacto sobre o Estado.

---

<sup>1</sup> Alguns importantes autores que estudam esse tema utilizam tal divisão, tais como: McGrew (1997), Held (1995), Gómez (1998).

<sup>2</sup> No campo de estudo das Relações Internacionais a visão realista pode ser considerada visão dominante. Existem diferenças significativas dentro do grupo, mas algumas características podem ser identificadas em todos. A primeira é a centralidade dada ao papel do Estado, como sendo um ator unitário e racional, a segunda é a certeza da existência de um sistema internacional caracterizado pela anarquia e, por fim, a existência de uma constante “política de poder” como forma de sobrevivência do Estado (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). Hans Morgenthau, com seu livro **Política entre as Nações** (1948), pode ser considerado um marco na teoria realista no campo das relações Internacionais. Outros realistas de extrema importância nessa área são: Edward Hallet Carr, Raymon Aron, Kenneth Waltz, entre outros.

Com uma visão distinta da apresentada acima podemos encontrar os já citados globalistas<sup>3</sup> ou transformacionistas. Assim como indica o nome, acreditam que vivemos em um momento de transformações significativas, no qual está sendo criada uma ordem mundial pós-Westphalia, no sentido da menor importância do Estado-Nação, existindo maior cooperação internacional, e maior atuação por parte de outros atores (COX, 1996, HELD e MCGREW, 2000; GÓMEZ, 2000; MCGREW, 1997).

O debate que acabamos de ressaltar, que nessa dissertação apenas introduzimos, entre algumas teorias de relações internacionais que pensam sobre o fenômeno da globalização, passou a se intensificar durante as décadas de 1970 e 1980, quando as abordagens realistas - consideradas clássicas - passaram a receber um número maior de críticas, e certamente as mudanças políticas, econômicas e sociais pediram reformulações nas teorias. Nesse período, novos teóricos começam a se destacar no campo das relações internacionais com análises distintas, como por exemplo: os críticos, os construtivistas, os pós-modernos/pós-estruturalistas e a perspectiva do feminismo.

Em 1981, Robert Cox escreveu um artigo sobre a teoria crítica que veio a ser considerado uma forte alternativa à visão dominante na época (GRIFFITHS, 2004). Para Cox (1997b), um dos problemas das perspectivas realistas é que eles pensam em termos a-históricos universalistas, fazendo uma leitura estática do sistema internacional, e olham o Estado como sendo um ator unitário preocupado exclusivamente com a balança de poder.

A nosso entender, a teoria crítica desempenha um dos papéis mais importantes nessa contraposição ao realismo e traz para a discussão determinadas questões fundamentais para a análise que esta dissertação pretende fazer, como temas sobre: hegemonia e contra-hegemonia; a centralidade do Estado como ator; a globalização; a sociedade civil. A teoria crítica faz uma nova interpretação de Marx e da teoria social da Escola de Frankfurt, além de trabalhar com a teoria sobre hegemonia de Gramsci (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

---

<sup>3</sup> Os globalistas dizem “the progressive emergence of a global economy, the expansion of transnational links which generate new forms of collective decision-making, the development of intergovernmental and quasi-supranational institutions, the intensification of transnational communication systems, and the development of new regional and global military orders – all raise fundamental questions about the fate of the modern state and about the appropriate locus for the articulation of the political good. Globalist seek to rethink the nature and meaning of the modern politics in its global setting. They reject the assumption that one can understand the nature and possibility of political life by referring primarily to national structures and processes” (HELD e MCGREW, 2000: 401)



Na concepção de autores que possuem esse ponto de vista, existe uma forte relação entre teoria e prática, entre a produção de conhecimento e a dominação social. Sendo assim, ela se propõe a criticar a sociedade e a teoria como um único movimento, pois, segundo eles, sem isso não é possível transformar o mundo.

Robert Cox é considerado um neogramsciano das relações internacionais, por resgatar o pensamento de Gramsci em suas análises, além de ser um dos importantes teóricos críticos desse campo de estudo. Ele tem uma abordagem materialista histórica de transformação social, que rejeita a separação entre o sujeito e o objeto, e adota um entendimento dialético da realidade como uma totalidade dinâmica e como uma unidade de opostos. Assim, sujeito e objeto mantêm uma relação de mediação entre si, ou seja, uma relação onde, apesar dos elementos (sujeito e objeto) serem diferentes, não se diluem um no outro, um contém o outro, um não é sem o outro.

Para esse autor, a teoria crítica permite uma escolha normativa em favor de uma ordem social e política diferente da ordem prevalecente (COX, 1986). Em sua análise, divide a teoria em duas: a primeira seria a de resolução de problemas, aquela que se coloca como neutra e universal, voltada para a análise do funcionamento das diferentes áreas de um sistema social, produzindo conhecimento especializado com vistas a solucionar entraves e desequilíbrio que comprometem o desempenho do sistema; a outra seria uma teoria crítica, que reconhece seu caráter relativo e historicamente situado, reconhece a necessidade de refletir sobre sua realidade em constante mudança, e assume seu interesse em transformar tal realidade no sentido de superar as formas de dominação existente (COX, 1986).

Refletindo sobre a teoria realista de relações internacionais, o autor em questão afirma que esta mantém uma diferenciação entre Estado e sociedade civil, e que, dessa forma, a política externa acaba representando o interesse exclusivo do Estado. Entretanto, atualmente, devido a todo o processo de interações, é muito difícil fazer essa separação, o que torna essa teoria quase que puramente analítica (COX, 1986).

Cox (1986) entende que os Estados continuam a ter uma dimensão importante, mas o que define sua atuação não é sua forma unitária, mas sua relação com a sociedade civil. A maneira de compreender essa relação é uma importante fonte de reflexão sobre o ator social estudado nesta dissertação, pois torna possível articular a fundamental dinâmica entre o

Estado e a sociedade civil, com o fenômeno da globalização, fenômeno praticamente não considerado por formas mais tradicionais de análises em relações internacionais.

Sendo assim, utilizaremos, em vários momentos, esses autores considerados críticos, por duas razões principais: acreditamos que existam outras forças, fortemente presentes na atualidade, interferindo de forma definitiva na maneira de atuar do Estado-Nação, e consideramos, assim como faz o grupo, fundamental a teoria vislumbrar a possibilidade de alterações da ordem vigente. Ao analisar uma Rede Social, no caso a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), que se propõe a criar alternativas às formas dominantes, precisamos de uma base teórica que acolha essa necessidade.

No decorrer do texto, também usaremos certos teóricos considerados liberais<sup>4</sup> pelo campo de estudos de relações internacionais. Essa escolha foi feita, por consideramos que alguns autores desse grupo, como David Held, trazem importantes análises sobre a globalização para o debate. Nesse percurso, tomaremos cuidado com análises liberais que colocam que o processo de globalização nos dias atuais levará ao progresso de uma forma natural, pois questionamos essa certeza. Por fim, traremos algumas pinceladas de idéias de autores da sociologia, pois esses trazem idéias fundamentais para o debate, por analisarem mais diretamente a importância de atores sociais dentro dos Estados no estudo da globalização.

Como ponto de partida para a análise sobre globalização, utilizamos uma das interpretações sobre teoria que Cox (1986) resgata de Gramsci, na qual ele diz que teoria é sempre para alguém e para algum propósito, e a maneira de interpretar o mundo sempre depende do tempo e do espaço, especialmente o tempo e o espaço social e político (COX, 1986). Essa colocação será muito importante durante todo o trabalho e norteará toda a nossa maneira de olhar a realidade.

---

<sup>4</sup> Os liberais no campo de estudos das relações internacionais vêem o momento com um potencial de progresso. Trabalham muito com a relação entre o Estado democrático e o dever que esse tem a cumprir com seus cidadãos, e mesmo sabendo da dificuldade de transpor isso para o nível internacional acham que essa é a maneira de estabilizar as relações entre os Estados. Entre 1920 e 1930 os liberais eram considerados os idealistas das relações internacionais, e por isso colocados de lado; importantes nomes dessa época são Norman Angell e Woodrow Wilson. Atualmente os liberais já não são marginalizados nesse campo de estudo (GRIFFITHS, 2004).

## 1.2 Sentidos da globalização

A palavra globalização apareceu pela primeira vez no meio acadêmico e no circuito político há cerca de vinte anos. Desde então, o termo é utilizado de forma indiscriminada pela mídia, pelas pessoas no dia-a-dia, por políticos e pela Academia. O que podemos perceber, no entanto, é que existe uma amplitude de significados atribuídos ao termo e muitas imprecisões relacionadas a ele.

Assim como fez Cox (1986) ao escrever sobre teoria de modo geral, Scholte (2002), em seu estudo sobre globalização, ressalta que a definição do termo depende muito de onde o definidor se encontra, e que o entendimento de um conceito-chave reflete um momento histórico, um apanhado cultural, uma localização geográfica, um *status* social e um compromisso político. Além disso, nenhuma área de estudo pode adequadamente afirmar que o campo de análise sobre globalização lhe pertence, pois são várias as disciplinas que têm algo importante para investigar sobre globalização, e nenhuma possui a palavra final.

Não pretendemos fazer um tipo de análise que busque uma definição última para o termo e que deva ser aceita por todos, é nosso objetivo expor algumas idéias que possam gerar um entendimento um pouco maior sobre o debate e suas lacunas. Fornecendo, assim, ferramentas fundamentais para análises posteriores, mostrando o impacto que esse fenômeno tem sobre a vida contemporânea, e por último apontando uma visão que nos parece mais esclarecedora, a qual iremos utilizar durante esta análise.

Apesar dessa abrangência de interpretações, temos como pressuposto que, se um conceito tão central como globalização for definido de maneira pouco fundamentada, pode fazer com que todas as análises posteriores não tenham a precisão adequada e produzam conhecimentos equivocados.

O primeiro ponto que achamos importante ressaltar como pressuposto básico para nossa análise, assim como coloca Roland Robertson - pensador da sociologia e um dos primeiros a trabalhar a questão da globalização -, é a diferenciação existente entre globalização como processo social e como projeto político, pois um processo pode ser sujeitado a vários projetos, podendo criar um espaço de disputas de projetos. Sendo assim, a maneira pela qual a globalização se dá é uma questão de escolha política. (ROLAND ROBERTSON apud SCHOLTE, 2004b).

Atualmente, o projeto dominante de globalização se impõe como uma concepção definitiva, como se não houvesse mais alternativas, mas ela é um produto de condições históricas específicas das últimas três décadas, e o alcance de qualquer mudança de projeto irá depender da capacidade humana de usar as contradições da globalização dominante para encontrar alternativas.

Nossa análise sobre globalização parte de uma visão que consideramos fundamental, e será ela que conduzirá todo nosso trabalho. Essa visão é a que se vivencia hoje do que podemos chamar de *globalização dominante ou hegemônica*, ou então uma *globalização neoliberal*<sup>5</sup>. Essa forma de globalização que se conhece, no entanto, não é consensual, existem muitos conflitos que a permeiam, entre grupos sociais, Estados, além de existirem diferenças dentro do próprio campo dominante (SOUSA SANTOS, 2002).

Para nosso estudo, o processo de globalização da maneira como está projetado não pode ser visto como algo natural, mas deve ser encarado por aqueles que o comandam ou o

---

<sup>5</sup> A teoria neoliberal nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, e segundo Perry Anderson (1996) ela é uma “reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1996:09). No entanto, essa teoria, ficou por 20 anos apenas circulando no campo teórico e foi a crise de 1970 que deu espaço para sua difusão.

Hayek, com o seu livro, *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944, pode ser considerado um dos mais importantes ideólogos dessa teoria. O autor considera que o Estado ao exercer qualquer mecanismo de controle sobre o mercado ameaça a liberdade econômica e política do indivíduo. No período da difusão dessa idéia, seus pensadores tinham como objetivo combater o keynesianismo, pois para eles o igualitarismo promovido pelo bem-estar social destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, e o mercado era a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo. Outros importantes nomes dessa vertente são: Milton Friedman e Karl Popper.

Segundo Paulani, uma primeira importante diferença entre o neoliberalismo e o liberalismo original é que, “(...) menos do que uma doutrina social, política e/ou filosófica, o neoliberalismo fica estrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação, etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem” (PAULANI, 1999: 121).

A segunda diferença apontada pela autora é que atualmente se percebe um “tom característico do sermão religioso, do discurso dogmático que exige rendição incondicional. Muito mais incisivo, por isso, do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso. Confirmando sua natureza de puro receituário econômico destinado a recolocar o mercado no lugar que de direito lhe pertence, essa característica onipresente do neoliberalismo tem levado, no limite (e contra Hayek), a transformar o processo politicamente moderno de nossas sociedades em meros rituais vazios, sem nenhuma importância, processos que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica” (PAULANI, 1999: 122).

Mesmo tendo se difundido na década de 1970 o neoliberalismo tomou força na década de 1980 e o primeiro governo capitalista que declaradamente utilizou um modelo neoliberal foi o da Inglaterra com Margaret Thatcher. As medidas estabelecidas pelo governo foram: elevação da taxa de juros, diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos, abolição do controle sobre os fluxos financeiros, criação de níveis de desemprego massivos, imposição de uma nova legislação anti-sindical e corte de gastos sociais. Nesse mesmo texto Anderson coloca objetivamente algumas das metas principais do neoliberalismo, que são: deflação, desmontagem de serviços públicos e privatizações de empresas (ANDERSON, 1996).

Existem, no entanto, alguns autores que consideram que as práticas existentes atualmente não são como o neoliberalismo e sim apenas “estratégias de liberalização”, como, por exemplo, afirma Peter, E. D. (Peter apud PAULANI, 1999).

apóiam como um projeto neoliberal que se impõe como algo sem saída ou talvez como a única e melhor saída. A questão a deixar claro é que a globalização não precisa ser neoliberal, como vem ocorrendo, pois isso acontece através de um processo de dominação que pode ser alterado (SCHOLTE, 2004b).

Nas palavras de Perry Anderson (1996),

... economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéias de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas norma. (ANDERSON, 1996:23)

Sendo assim, a globalização é um processo histórico e um projeto e não uma reconfiguração e um desenvolvimento independente que atravessa o próprio capitalismo. Existem outras formas e projetos de globalização que irão de encontro com essa globalização dominante, uma dessas formas é chamada por Falk (1999)<sup>6</sup>, e por outros autores, de *globalização da resistência*, uma globalização por baixo. Para alguns, ela é entendida como *globalização contra-hegemônica*. No decorrer do texto, essa idéia será mais desenvolvida.

Para explicar qual é a forma de globalização que domina a vida contemporânea, mostra-se necessária uma análise do termo e do processo em si. Visto isso, iremos inicialmente expor quatro formas distintas e muito utilizadas de conceber a globalização, que a nosso entender não explicam suficientemente o termo, pois são formas redundantes de outros conhecidos conceitos, não ajudando no entendimento do atual fenômeno. Essa divisão é baseada na classificação feita por Scholte (2002).

O primeiro grupo é o dos teóricos que pensam na globalização como sinônimo de *internacionalização*, isto é, eles falam do crescimento das transações e da interdependência entre os países. A maioria desses teóricos mostra que a forma atual de globalização seria a

---

<sup>6</sup> Richard Falk, Mary Kaldor e David Held são três dos mais importantes teóricos do conceito de sociedade civil global, suas visões são das mais difundidas entre a mídia, os governos e a sociedade civil (EVANGELISTA, 2006).

mesma que aconteceu em outras épocas na história. Sendo assim, a globalização é uma característica do sistema de Estados e não necessita de atenção especial no sentido de ser pretensamente uma novidade.

Alguns teóricos que fizeram uma análise nesse sentido<sup>7</sup> colocam que globalização é uma forma de internacionalização intensificada. Para Scholte (2002), se globalização é a *internacionalização* em ampla escala, não haveria necessidade de utilizar-se um novo termo.

A segunda análise é a que iguala globalização com *liberalização*<sup>8</sup>, afirmando que a globalização estaria removendo as barreiras econômicas entre os países com o objetivo de formar uma ordem mundial sem fronteiras, pois estaria ocorrendo uma abolição e redução das barreiras tarifárias.

Geralmente essa visão relaciona a globalização com o neoliberalismo de maneira direta, tentando argumentar que a liberalização, a privatização e a desregulamentação irão trazer melhoras para todos. Dentro do grupo dos que consideram a globalização como *liberalização*, existem aqueles que se opõem ao fenômeno, pois justamente ao fazerem essa equiparação acreditam que, se houver globalização, ela tem de ser neoliberal, o que gera um mundo mais desigual e injusto.

Essa visão do fenômeno pode ser perigosa, pois o iguala com o neoliberalismo, sem perceber que as duas coisas não são iguais e sem perceber, assim como acabamos de dizer, que pode existir um outro tipo de globalização.

O terceiro termo é *universalização*, uma forma de homogeneização da cultura, da economia e da política. É necessário observar que universalização é uma característica antiga na história mundial. Uma forma clara de perceber isso é através da história das religiões, pois estas sempre tentaram se impor pelo mundo, com pretensões universalizantes. Sendo assim, mais uma vez esse é um termo que sempre existiu e que, se realmente representasse o fenômeno que existe atualmente, não precisaria surgir um novo conceito, pois globalização é algo mais complexo.

---

<sup>7</sup> Para uma análise mais detalhada dessa visão ver HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

<sup>8</sup> Scholte (2002) em seu estudo aponta A. Marrison (ed.), **Free Trade and Its Reception 1815-1960** (London: Routledge, 1998) como um dos autores que possui essa visão.

O quarto conceito é aquele que a compara com *ocidentalização*<sup>9</sup>, um tipo particular de universalização. Esse conceito evidencia que as estruturas sociais capitalistas estariam se espalhando por todo o mundo e destruindo culturas locais, o que seria um tipo de americanização ou colonização. Certamente podemos observar uma conexão entre os termos, mas não uma equiparação. No entanto, o que o autor coloca é que *ocidentalização*, *modernização* e *colonização* possuem uma história muito anterior à da *globalização*.

É preciso que o termo *globalização* seja definido como algo diferente do que se conhece na história da humanidade, para, assim, evidenciar sua especificidade, ressaltando o que torna esse um novo fenômeno.

Existe uma quinta definição exposta por Scholte e que se assemelha à de outros autores de linhas teóricas distintas, mas com pontos comuns no que se refere a certas características da *globalização*, que serão citados no decorrer do presente texto, como David Held, McGrew, Manuel Castells, Robert Cox. Essa definição será destacada, pois a consideramos mais interessante para o entendimento do processo de *globalização*, e por trabalhar com a questão das mudanças com relação ao espaço social. É uma visão que considera a questão do aumento das formas de conexões, que estaria comprimindo os aspectos temporal e espacial das relações sociais (MITTELMAN, 1997a).

Scholte utiliza o termo *supraterritorialidade* para indicar uma mudança no espaço social, pois este não pode mais ser analisado somente com suas características territoriais, seria um espaço social compartilhado por forças tecnológicas e econômicas.

Estaria acontecendo uma compressão espaço-temporal. Seria uma mudança significativa no alcance espacial da ação e da organização social, que passa para um escala inter-regional ou intercontinental (HELD e MCGREW, 2001).

A *globalização* não se constitui em uma singular, mas em um processo multidimensional em que o crescimento dos padrões de interconexão global alcança todos os domínios institucionais, chave da vida social moderna (econômico, cultural, tecnológico, político, legal, ambiental e social) embora cada um deles conheça escala, intensidade, dinâmica e impactos diferentes (GÓMEZ, 2000:58).

---

<sup>9</sup> Um texto que reflete bem essa visão é o de B. R. Barber, **Jihad vs. McWorld** (New York: Ballantine, 1996).

O espaço continua sendo fundamental como causa e efeito na vida em sociedade, mas uma transformação no espaço social devido à globalização está gerando intensa dinâmica de mudança. Diferente de antigamente, globalização contemporânea é marcada por uma ampliação em larga escala de supraterritorialidade. Seguramente a territorialidade continua muito importante, mas não define sozinha toda a estrutura espacial. A história contemporânea mundial é supraterritorial em certos níveis ainda não muito bem identificados e compreendidos, e com um potencial que ainda não foi totalmente alcançado. Sendo assim, o espaço social no mundo de hoje é tanto territorial como supraterritorial (SCHOLTE, 2002).

David Held<sup>10</sup> explica, teoricamente, globalização como um fenômeno multidimensional que envolve diversos domínios de atividade e interação, incluindo econômico, político, tecnológico, militar, legal, cultural e meio ambiente. E afirma que, no entanto, o significado e a forma como a globalização influencia difere de indivíduo, grupo e país (HELD, 1998).

Boaventura Sousa Santos (2002) também fala em uma intensificação nas interações dos sistemas de produção e das transferências financeiras. A grande amplitude e profundidade dessas interações é que, segundo Boaventura, são responsáveis por rupturas com as formas passadas de interação e que por isso foram chamadas de globalização.

Esse processo pode ser entendido, utilizando a explicação de Held e McGrew (2001), como um fenômeno no qual ações de um determinado agente social podem afetar significativamente um outro agente que se encontra distante, e como um fenômeno que gera uma alteração na velocidade e na possibilidade de comunicação mundial, pois as inovações tecnológicas mudam as formas de comunicação de maneira extremamente significativa. Somada a isso, existe uma intensificação das interconexões globais e transnacionais, que cria maior relação de interdependência e maior consciência da situação global.

Held indica que esse fenômeno implica em dois distintos acontecimentos: muitas

---

<sup>10</sup> David Held, juntamente com outros autores, trabalha com o conceito de democracia cosmopolita. Para os estudiosos da democracia cosmopolita é necessária a construção de uma estrutura política transnacional, envolvendo todos os níveis e participantes, ou seja, uma nova governança global que seja democrática. Um dos pressupostos da teoria é que o conceito de democracia deve ser visto como um processo e não como um arranjo de normas e procedimentos. Fazendo com que o conceito sempre esteja em transformação. Concebe-se, dessa forma, um tipo de estrutura de poder diverso e superposto, modelado e delimitado pela lei democrática cosmopolita, com profundas implicações para o Estado-Nação e para a cidadania democrática nacional. Segundo essa linha, o que aconteceria é que o Estado teria um papel mediador no plano subnacional, nacional e internacional e a cidadania passaria a conhecer planos diferentes de participação e seria representada em estruturas supranacionais e também em comunidades locais e grupos subnacionais. (HELD, 1991, 1995, 1997, 2001, 2004).



correntes de atividade política, econômica e social estão se tornando inter-regionais ou intercontinentais, e vem ocorrendo uma intensificação no nível de interações e interconexões dentre e entre os Estados e a sociedade (Held, 1998).

Dessa forma, o processo de globalização faz com que as fronteiras territoriais, que deveriam ser os limites de atuação dos indivíduos nas decisões que afetam suas vidas, sejam reformuladas, pois frequentemente essas atuações vão além das fronteiras nacionais (HELD, 1991)<sup>11</sup>. Mais uma vez fica claro que a questão do território já não é suficiente para analisar todo o quadro político global, o que levanta questões sobre qual é o atual papel do Estado-Nação na sociedade atual.

Assim como já foi ressaltada a falha existente na análise dos que consideram a globalização um fenômeno de homogeneização ocidental, Held, em sua análise, diz que é muito importante ficar claro que o processo de globalização não conduz necessariamente a uma maior integração global, no sentido de uma ordem mundial com um progressivo desenvolvimento e uma política homogênea ou unificada, pois mesmo as alterações de espaço e tempo são sentidas de formas muito distintas nos diversos lugares do mundo. Acredita-se que a globalização pode gerar forças de unificação assim como de fragmentação (HELD, 1996).

Beck (1999), autor preocupado em clarificar e diminuir ambigüidades em relação ao conceito de globalização, em seu livro ressalta que é necessário fazer uma distinção entre determinados conceitos que muitas vezes são confundidos. Essa distinção sintetiza bastante o que indicamos no texto sobre as diferenças entre projeto e processo, pois o autor nomeia cada situação diferentemente. Para ele existe a globalização, o globalismo e a globalidade.

Segundo Beck, a *globalização* deve ser vista como um apanhado de processos, que acarretam algumas mudanças, como, por exemplo, nos Estados nacionais, pois estes, dentro dessa lógica, se deparam com interferências de outros atores transnacionais no que diz respeito a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação e seu poder. Já a *globalidade* significa que vivemos algum tempo em uma sociedade mundial, onde já não é possível a existência de grupos isolados. E, por último, existe o *globalismo*, que seria, de uma

---

<sup>11</sup> No texto **A Democracia, o Estado-Nação e o Sistema Global** (1991) Held escreve: “A teoria moderna do estado soberano supõe a idéia de uma “comunidade nacional de destino” uma comunidade que se governa a si própria e determina seu próprio futuro. Essa idéia é questionada pela natureza do padrão de interconexões globais e pelas questões que devem ser enfrentadas pelo Estado moderno” (HELD, 1991: 152).

forma resumida, a ideologia neoliberal propagada pelo mercado mundial (BECK, 1999).

Milton Santos, afirma que “as bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta”. E são nessas bases técnicas que o capital se apóia para formatar a globalização que vivemos atualmente, a qual chamamos de neoliberal, mas o autor a chama de perversa. No entanto, assim como afirmamos, ele constata que essas mesmas bases técnicas podem, se estiverem submetida a outro projeto, construir uma outra globalização (SANTOS, 2001).

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível (SANTOS, 2001: 27).

### **1.3. O Estado diante desse processo**

Diante de todo esse quadro, segundo Castells, o Estado estaria se tornando “cada vez mais inoperante no global e cada vez menos representativo no nacional” (CASTELLS, 2001: 155). Seguindo a mesma linha, Habermas diz que a globalização representa uma remoção de barreiras e dessa forma uma ameaça ao Estado que tenha uma preocupação muito séria com suas fronteiras (HABERMAS, 2002).

Seria este um processo que acarreta uma transformação no Estado, mas certamente não o seu fim. Na visão de Falk (1999), as mudanças sobre como o Estado deverá atuar será uma das principais discussões políticas dos próximos anos e, mesmo assim, quaisquer que sejam as resoluções dessas discussões, é bem provável que qualquer solução dada continuará sendo questionada e aparentemente insolúvel (FALK, 1999). Isso nos mostra o muito que esse debate tem a oferecer e como ele ainda se mostra confuso e em busca de respostas.

Na atualidade, os Estados continuam sendo as comunidades políticas que geram condições para o estabelecimento de comunidades de destino nacionais, e poucos parecem dispostos a abrir mão disso. Embora as escolhas políticas nacionais sejam restritas, elas ainda têm peso e continuam a ser foco das deliberações e debates públicos (HELD; MCGREW,

2001).

Sendo assim, é importante deixar claro que os fluxos globais de capital, de produção, de comércio, de informação fizeram com que o Estado-Nação perdesse, nas últimas décadas, parte de seu poder, pois muitas de suas funções passam agora a circular no âmbito global. No entanto, a vida cotidiana continua sendo local, regional e nacional. O que podemos notar, com essa transformação do Estado, é que essa situação gera uma crise de confiança por parte das populações no que se refere ao poder de seus Estados, principalmente com relação aos Estados mais fracos<sup>12</sup> econômica e politicamente dentro do sistema internacional.

Essa maneira, apresentada acima, de visualizar a força dos Estados nos dias atuais, percebe uma redução dos instrumentos políticos que permitem ao Estado o controle de atividades realizadas dentro e fora do seu território, acrescida da gama de problemas políticos que só podem ser resolvidos com a cooperação de outros Estados. A maneira de trabalhar com a ordem internacional se vê alterada, pois os Estados não são mais os únicos agentes políticos internacionais (HELD; MCGREW, 2001).

A comunidade política não pode mais ser determinada dentro das fronteiras de um só Estado, pois algumas das maiores forças que determinam a natureza da vida estão dentro e fora das fronteiras nacionais. A soberania nacional não foi subvertida, mas a autonomia e a soberania dos Estados no complexo sistema global e regional são afetadas (HELD, 1998).

Percebemos que, no entanto, esses teóricos, ao indicarem certas mudanças, também colocam a necessidade e a importância do Estado, pois é ele quem continua determinando as políticas nacionais, além de executar outros papéis fundamentais.

O centro de uma efetiva política de poder, para os autores citados acima, não pode mais ser assumido como nacional, o poder efetivo está dividido em diversas forças e agências locais, nacionais, regionais e internacionais. A comunidade política não pode mais ser determinada dentro das fronteiras de um só Estado, algumas das maiores forças que determinam a natureza da vida estão dentro e fora das fronteiras nacionais. O sistema de comunidades nacionais continua, mas é articulado com uma complexa estrutura econômica, administrativa, legal e cultural.

---

<sup>12</sup> Em seu texto Cheru (1997) faz uma análise dos movimentos sociais da África, mostrando o quanto a população tem dificuldade em acreditar em seus governos e passam a buscar alternativas fora do poder público.

Na perspectiva da globalização, o Estado liberal democrático é com frequência caracterizado como um Estado capturado na teia da interconexão global (HELD, 1991: 160).

Sendo assim, segundo os teóricos globalistas, a ordem internacional está se alterando, mudando com ela o papel dos Estados, pois eles não ditam mais de maneira exclusiva as ações de seus governos e não delimitam de maneira isolada as decisões. Assim, os Estados necessitam de ajuda e colaboração de outros atores (HELD, 1996).

Essas características, que demonstram o aparecimento de novas forças que exercem diretamente poder na vida dos cidadãos, reforçam um dos nossos pressupostos iniciais, pois nos mostram mais uma vez que pensar utilizando a visão realista - que coloca o Estado como o centro absoluto das relações internacionais - não explica mais a ordem internacional existente (GÓMEZ, 1998).

Ao realizar esse percurso, nossa análise não teve o intuito de dizer que o Estado perdeu sua força. Como veremos, o Estado, mesmo passando por um processo de transformação, continua sendo uma estrutura fundamental nesse cenário e, assim como todo o sistema mundial, vive um momento de mudanças expressivas.

O caminho realizado nesse texto teve o objetivo de mostrar o quanto o processo de globalização gera mudanças na ordem global, e que isso não teve como consequência – como que muitos colocam – o fim do Estado, mas sim profundas transformações na sua natureza.

Na perspectiva de Boaventura Sousa Santos (2001), o enfraquecimento do Estado não é ou foi um dos efeitos da globalização da economia, mas um processo político muito preciso com objetivo de estabelecer um outro Estado, no qual a força está ligada às exigências políticas do capitalismo global. A força do Estado se dá agora na sua habilidade em lidar com o mercado, pois afinal este não consegue se manter sem alguma forma de governabilidade.

O que está em crise no Estado é o seu papel de promover intermediações não-mercantis entre cidadãos, nomeadamente através da política fiscal e das políticas sociais (SOUSA SANTOS, 2001: 254).

Alguns analistas, como Hardt e Negri (2005), partem do pressuposto de que o Estado sempre foi e continua sendo forte, e que, depois dos atentados ao World Trade Center na cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América, conhecido como os atentados de 11 de setembro de 2001, podemos enxergar ainda mais esse processo. Isso acontece porque,

segundo eles, o projeto militar que vem sendo seguido pelos Estados Unidos tem o propósito de orientar e estabilizar a ordem econômica global. Os autores vão mais além, afirmando que as formas privadas que controlam a economia mundial estão em crise, assim como os outros mecanismos do sistema multilateral de comércio. Sendo assim, os Estados dominantes tiveram de alterar o cenário no qual o mundo estava vivendo, e para isso se viram obrigados a intervir na economia para mantê-la estável.

Ainda segundo os autores, essa crise fez com que fosse lembrado o quanto o capital precisa de uma autoridade soberana que o respalde, e essa situação sempre acontece quando alguma rachadura na ordem e na hierarquia do mercado acontece. E o poder para enfrentar esse quadro deve ser um poder militar, pois somente este consegue, nas palavras dos autores “garantir as condições de funcionamento do mercado mundial” (HARDT; NEGRI, 2005: 231).

Gómez, mesmo fazendo uma análise distinta, tem uma posição que caminha no mesmo sentido. Ele coloca o Estado como um agente forte, pois segundo esse autor o livre-mercado não é algo que evolui naturalmente e de forma espontânea e, sim, deve ser e é planejado. Sendo assim, o mercado não deixa de ser uma criação do Estado, que teria então poderes de polícia, e para o autor, seria ele “o guardião da independência dos mercados” (GÓMEZ, 2000: 24). O Estado teria como função garantir os contratos e o valor das moedas; e ser responsável por controlar a extensão da participação no poder político.

Para Cox, o capital global ganhou um efetivo poder de veto sobre as políticas públicas, enquanto os governos “se tornaram mais responsáveis perante os comandos impessoais do mercado de títulos do que perante seus próprios eleitores” (GÓMEZ, 2000, apud COX, 1997b:59).

Posto isso, o Estado seria um agente do atual processo de globalização; ele serviria para facilitá-lo (MITTELMAN, 1997a). Pode ser considerado, por fim, como um elemento constitutivo da extensão do capitalismo nos nossos tempos (PANITCH, 1997).

Gómez (2000), ao citar Hirst e Thompson, diz que os governos não perderam completamente sua capacidade de optar em matéria de política econômica e de definir as prioridades dos projetos de sociedade que orientam sua ação. E é seguramente devido à intervenção decidida e coordenada dos Estados, juntamente com outros atores, que foi possível a implantação de mecanismos de regulação global, internacional, nacional e regional,

capazes de assegurar uma governança da economia mundial dominante (HIRST; THOMPSON apud GÓMEZ, 2000).

Como já mencionamos, o neoliberalismo da maneira como ele foi aplicado não é, ou não conseguiu criar um regime de capital desregulado, e sim um regime de regulação de Estado que mais facilita os movimentos globais e o lucro do capital. Podemos, dessa forma, pensar no Estado como o comitê executivo que tem a tarefa de garantir o bem-estar do capital coletivo (HARDT; NEGRI, 2005).

Esse processo gera uma contradição, pois, como já vimos, por um lado o Estado começa a perder suas forças, mas ao mesmo tempo ele ajuda e faz as regras do jogo (COX apud MITTELMAN, 1997a: 27).

#### **1.4 Quais são as forças que governam e quais resistem?**

Por fim, há um princípio de esperança naquilo que Marx chamava de homem genético: lembremos que as células-mãe, capazes de regenerar a humanidade, estão presentes em toda parte, em todo ser humano e em todas as sociedades e que se trata de saber como estimulá-la. É possível, portanto, manter a esperança na desesperança. Acrescentamos a isso o apelo à vontade em face da grandeza do desafio. Embora quase ninguém ainda tenha consciência, nunca houve uma causa tão grande, tão nobre, tão necessária quanto a causa da humanidade para, ao mesmo tempo e inseparavelmente, sobreviver, viver e humanizar-se. (IANNI, 2000: 125)

Ao estudarmos as contradições do poder atual do Estado-Nação, percebemos as dificuldades em encontrar os detentores de poder e os responsáveis pelas decisões políticas e econômicas em nossa sociedade. Cox (1996) coloca que a forma de organizar a sociedade mundial reflete uma estrutura de poder com traços institucionais e processos de tomadas de decisão nada definidos.

Por essa razão o autor cria um termo definidor dessa ordem, a “nébuleuse”. Entendida como um:

(...) complexo conjunto inter-relacionado de redes de influências e agências que desenvolvem uma ideologia econômica comum e realizam uma função de governança global ao injetar processos consensuais transacionais nos processos nacionais de tomada de decisão (COX apud GÓMEZ, 2000).

Ao usar o termo “nébuleuse”, o autor se refere a uma rede da elite global de influência e de agências internacionais, a qual compartilha um conjunto de idéias que coletivamente fazem uma função de governança (COX, 1992 apud COX 1997d: 60). Com isso, não está constatando a existência de um sistema formal de tomada de decisões, mas sim uma rede que envolve uma ideologia econômica. Esse sistema é formado por Estados, fóruns econômicos e políticas supranacionais. Interna ou externamente, a “nebuleuse” é capaz de moldar a política do Estado e não é atingida por processos de controle democrático ou de *accountability*.

O que se pode entender da análise do sistema internacional de Cox (1986) é que ele considera a relação entre produção e poder como fundamental. O poder, nas relações sociais de produção, dá origem a certas forças sociais, e essas forças sociais podem se tornar as bases do poder nas formas de Estado. Conseqüentemente, essas formas de Estados podem moldar a ordem mundial. Um outro importante ponto a ser ressaltado é que Estados fortes podem influenciar atividades globais e supraterritoriais, explorando, assim, a nova geografia com vantagens. Já os Estados fracos têm a tendência de perder o poder com esse mesmo quadro.

Dentro desse circuito de mudanças, existem as forças sociais que vêm a possibilidade de reformulação do projeto atual de globalização, e que muitos atores chamam de *globalização da resistência e globalização contra-hegemônica*.

O atual movimento de resistência surge em um momento de reformulação nas relações do espaço social - como foi por nós melhor explicado no início do capítulo - que cria mudanças nos modos de interconexões sociais, processo dominado pelo projeto neoliberal de globalização. Esse projeto, ao mesmo tempo que está sendo aplicado e desenvolvido, sofre uma crise de legitimidade, fazendo com que ações de forças sociais afetadas por essas novas alterações no espaço social se coloquem, muitas vezes, contrárias a essa nova ordem e estabeleçam uma resistência.

Segundo Houtart, “A multiplicação das lutas se explica pelo crescimento do número de vítimas” (HOUTART, 2001: 92). Esse movimento de resistência coloca como razão de sua existência o aumento das conseqüências negativas da globalização neoliberal. Em seu livro,

“A mundialização da Resistência”, Houtart menciona exemplos interessantes do porquê do aumento de alguns movimentos sociais, por exemplo, o aumento dos movimentos ambientalistas, tendo em vista a degradação e privatização do meio ambiente e a criação de diversos movimentos que buscam o restabelecimento de suas identidades, devido à destruição de determinadas culturas (HOUTART, 2001).

Muitos desses movimentos surgem na busca de mais democracia e transparência nas tomadas de decisões pelas instituições que fazem parte da “nebulose”. E esse acaba sendo um dos principais motivos pelos quais muitos cidadãos se juntam em movimentos de resistências, também chamados de “movimentos dos movimentos”<sup>13</sup> (GÓMEZ, 2004b). São esses os movimentos responsáveis, além de outras atividades, pela realização de conferências paralelas às do Fundo Monetário Internacional ou da Organização Mundial do Comércio. Eles têm como objetivo alcançar um sistema global mais democrático, e é justamente analisando esse quadro que, nos dias de hoje, podemos encontrar uma maneira desafiadora para a “nebulose” (COX, 1997d).

De um modo geral existe a idéia, por parte dessas organizações, de que para alcançar qualquer tentativa de reformulação da globalização é fundamental a existência de governos nacionais mais democráticos. Os atuais movimentos sociais de lutas de resistência são, por assim dizer, caracterizados por uma luta por democracia.

Essa democracia é um sonho criado nas grandes revoluções da modernidade, mas até hoje nunca concretizado. Hoje, as novas características da multidão e de sua produtividade biopolítica abrem amplas avenidas para a consecução desse sonho. Essa busca da democracia permeia todo o ciclo de protestos e manifestações em torno da questão da globalização, dos dramáticos acontecimentos durante a reunião da OMC em Seattle em 1999 e as reuniões do FSM em Porto Alegre, Brasil (HARDT; NEGRI, 2005: 102).

A história do surgimento desses movimentos é bastante característica, com nuances e grandes diferenças entre eles. No entanto, com o fim da Guerra Fria e, por consequência, o fim do mundo bipolar, um espaço que antes era dominado pelas duas grandes forças se abriu. E com ele, abriram-se possibilidades para o surgimento de contestações mais livres, de novas

---

<sup>13</sup> O autor também chama esse movimento de movimento altermundialista, que seria “(...) *un sujeto político en “estado naciente” y aún no plenamente identificado que se caracteriza por una irreductible heterogeneidad de concepciones, señales de identidad y representaciones sociales, geográficas y culturales*” (GÓMEZ, 2004a).



posições que pudessem se manifestar mais abertamente e não tão vinculadas ao debate sobre o socialismo/comunismo e capitalismo (AGUITON, 2002).

Mesmo sempre levando em consideração o processo histórico de construção desses movimentos, podemos considerar que a sua origem imediata, com as características que observamos atualmente, se deu nos anos 1990. Foi nessa década que os protestos e atos de resistência se intensificaram, pois na ótica de atores desses movimentos, era uma reação aos efeitos negativos das políticas econômicas e sociais neoliberais.

Desde o começo dos anos 1990 até hoje percebe-se que a maneira de atuação desse grupo foi se alterando, devido às alterações internas dos próprios participantes ao amadurecer, e da conjuntura internacional. Durante a década de 1990 existiu uma forte participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) e de outras organizações da sociedade civil nas Conferências organizadas pela ONU, caracterizando um momento de grande fortalecimento tanto das ONGs como do amadurecimento de uma agenda internacional alternativa (ALVES, 2001; VIEIRA, 2001).

Já no final dessa mesma década, esse modelo de participação no contexto das conferências da ONU foi se alterando e intensificaram-se os protestos dos movimentos de resistência à globalização. Gómez salienta que, nesse período, depois de passados quase dez anos da utilização de políticas neoliberais, por efeito de alguns resultados das políticas implementadas pelo FMI, ficava cada vez mais claro, para esses grupos de resistência, o quanto as promessas neoliberais de melhora não estavam sendo realizadas e, cada vez mais, as desigualdades estavam crescendo entre países, grupos e regiões (GÓMEZ, 2004b).

Para Gómez, o marco de inauguração dos “movimentos dos movimentos” foi a manifestação de 1999, em Seattle, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio. Ele considera esse evento um marco, pois ocorreu justamente nos Estados Unidos, um símbolo do modelo combatido; concentrou grande quantidade de pessoas e certamente obteve uma significativa vitória, ao conseguir suspender o Encontro e deixar a próxima reunião sem agenda. Seattle foi o momento culminante de um processo de convergência de muitas redes, organizações, movimentos e mobilizações que eram alimentadas por experiências setoriais e lutas passadas, além de novas iniciativas como a campanha contra o NAFTA (North American Free Trade Agreement), a AMI (Acordo Multilateral sobre Investimento) e contra o desemprego (GÓMEZ, 2004b).

Segundo Aguiton, um ativista e teórico, o mundo vive um momento de ressurgimento dos movimentos sociais, tanto no plano nacional como no internacional. Na atualidade esses movimentos começam a ter a possibilidade de realmente influir nos acontecimentos, e seria então este o momento ideal para um grande debate sobre as alternativas às políticas neoliberais (AGUITON, 2002).

Iniciado esse processo de luta por democracia, contrários às forças e instituições representativas da ordem neoliberal, ao denominarem como lema do Fórum Social Mundial<sup>14</sup> “Um outro Mundo é possível”, os “*movimentos dos movimentos*” acabaram assumindo um caráter contra-hegemônico. Nesse momento é possível enxergar, de fato, uma globalização “por cima” conduzida por um específico bloco de poder e uma globalização “por baixo”, recém nascida, um contra-poder a todo esse estabelecido cenário. No entanto, certamente, ainda se está diante de uma relação de força muito assimétrica, pois o poder que podemos encontrar na globalização “por baixo” ainda é muito menor do encontrado na globalização “por cima” (GÓMEZ, 2004b).

Esse quadro nos leva a perceber esse movimento de resistência, em muitos aspectos um movimento contra-hegemônico. Seguramente sua força ainda é frágil e pequena, mas podemos dizer que ela entra no cenário internacional com o intuito de ocupar espaços e permanecer neles.

Emir Sader constata que a grande participação nas manifestações em Seattle leva a acreditar que esses manifestantes abrem espaço para a concretização de um novo projeto hegemônico (SADER, 2001).

Nas palavras de Boaventura Sousa Santos,

Chamo de globalização contra-hegemônica a articulação transnacional de movimentos, associações e organizações que defendem interesses e grupos subalternos ou marginalizados pelo capitalismo global. A globalização contra-hegemônica é fundamental para organizar e disseminar estratégias políticas

---

<sup>14</sup> Segundo seus idealizadores “O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM”. Fórum Social Mundial [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br).

eficazes, criar alternativas ao comércio livre por via de iniciativas de comércio justo e garantir o acesso das ONGs dos países periféricos ao conhecimento técnico e às redes políticas onde emergem as políticas hegemônicas que afetam estes países (SOUSA SANTOS, 2001: 261).

Gómez divide em dois momentos a trajetória de luta do “*movimento dos movimientos*”. O primeiro é o período que vai de Seattle, em novembro de 1999, até Gênova, em julho de 2001, que considera como sua fase ascendente, mas que é marcada pela dúvida sobre o alcance da ação contestatória. Além disso, o autor afirma que, mesmo existindo vitórias desse movimento em caráter quase que simbólico, pouco se conseguiu caminhar nas suas reivindicações, mas certamente espaços de discussão sobre a forma de globalização neoliberal foram abertos e também se conseguiu construir alianças e convergências, além de estratégias alternativas.

Así, tales actores noestatales contribuían decisivamente para forjar un espacio público supraterritorial, en el cual una embrionaria sociedad civil global promovía un debate democrático sobre “el estado del mundo”, con claras funciones político-educativas de información, reflexión y acción, sobre cuestiones y condiciones cruciales de vida y de trabajo destinadas al mayor número posible de personas. (SCHOLTE apud GÓMEZ, 2004b).

Em um primeiro momento, o bloco dominante tentou manter diálogo com esses movimentos utilizando um discurso de que era necessário humanizar a globalização. Para isso, era preciso corrigir alguns problemas que o modelo proporcionava. No entanto, esse cenário durou pouco, pois logo em seguida iniciou-se uma política de colocá-los no isolamento e incriminá-los. A resposta às manifestações ocorridas, em Gênova, julho de 2001, contra a reunião do G8, mostra o início desse cenário. Isso é verificado através da maneira agressiva com a qual a polícia italiana respondeu ao protesto. Esse quadro repressivo também veio acompanhado com uma campanha ideológica, tentando denegrir a imagem dos movimientos (GÓMEZ, 2004b).

Desde então foi posta em prática uma política de “esvaziamento”, tentando sempre não fazer grandes reuniões internacionais em cidades de fácil acesso para dificultar a

realização de protestos (um bom exemplo foi a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, realizada no Catar).

E foi justamente nesse período que ocorreram os atentados ao World Trade Center de 11 de setembro de 2001, que vieram dificultar ainda mais a sobrevivência desses movimentos, pois ficou ainda mais fácil justificar a perseguição a eles (GÓMEZ, 2004b).

Com os atentados de 11 de setembro a política externa norte-americana foi alterada. A partir daquele momento, houve uma contra-reação conservadora liderada pelos EUA, criando-se um período de repressão aos movimentos sociais globais contra-hegemônicos, quando se tentou em muitos momentos vinculá-los ao movimento terrorista, utilizando-se do lema de “quem não está conosco está com os terroristas”. No entanto, depois de passado um momento de paralisação frente a todas as mudanças no cenário, o Movimento começou a se recuperar, mostrando capacidade de iniciativas e mobilização; o II FSM de Porto Alegre aconteceu então já nesse momento de volta, mesmo que em uma conjuntura ainda repressiva (GÓMEZ, 2004b). As organizações precisaram alterar em parte suas agendas, as quais, segundo Gómez, se debruçaram sobre questões ligadas a segurança e paz, direitos humanos, liberdades democráticas e da própria democracia. No entanto, não se desvincularam das questões que estão na origem do movimento, como a globalização econômica neoliberal, mas aumentaram uma transversalidade das temáticas.

Esse processo de resistência não ocorre somente no plano internacional, mas também na esfera nacional, onde estão as bases desses movimentos. Notamos que essa política neoliberal gera reações contrárias, pois ela, mais do que somente uma política econômica, é também uma política cultural e social, na qual se tenta estimular a eficiência, a competitividade e o individualismo, valorizando tudo que for privado (SUNKEL, 2001).

Boaventura Sousa Santos (2002) faz uma análise pertinente a respeito dos *movimentos contra-hegemônicos* e das comunidades locais. Ele explica que uma das melhores análises que propõe a resistência contra a globalização é aquela que promove as economias locais, pois, segundo o grupo que propõe essa idéia, como a globalização gera uma desterritorialização, a melhor maneira de combatê-la seria a reterritorialização. Isso é denominado de *localização contra-hegemônica*. Mas, para ele, o erro nessa análise está no fato de ela dar prioridade às estratégias locais e, na verdade, a *globalização contra-hegemônica* é tão importante quanto a

*localização contra-hegemônica*, pois atualmente o global já acontece localmente e é necessário fazer com que o local também aconteça globalmente.

Isso demonstra que o autor amplia sua análise, pois coloca que é necessário pensar tanto no local quanto no global, sendo que a articulação dos dois elementos é que faz a força do movimento contra-hegemônico.

Nesse sentido, as pressões de “baixo para cima” podem ser uma solução para a obtenção de mais democracia, para tentar se sobrepor aos efeitos negativos da globalização de “cima para baixo”, criticando as formas dominantes e tentando desenvolver uma alternativa de visão de mundo (COX, 1997). Segundo Cox (1997), um novo multilateralismo não será estabelecido através de uma reforma nas antigas ou atuais formas de instituições multilaterais, mas ele deve ser recomposto através da sociedade civil e de autoridades políticas de “baixo para cima” (COX, 1997). É importante ter em mente que as lutas das forças contra-hegemônicas não ocorrem solitariamente, pois as forças dominantes também permanecem em luta para manter sua estrutura.

Também é interessante expor uma colocação feita por Gill (1997), de que é preciso ser construída uma estratégia de “baixo para cima”, que tenha ligações com forças que venham de “cima para baixo”, tanto nos Estados, quanto nas organizações internacionais e na política global (GILL, 1997a).

No entanto, ao falarmos de resistência é importante observar que a globalização neoliberal faz surgir forças variadas de resistência, que podem ser tanto progressistas como reacionárias<sup>15</sup>. Essas resistências, independentemente de serem progressistas ou reacionárias, não precisam ser anti-sistêmicas, pois não é sempre que elas possuem como objetivo o combate, em qualquer forma, do sistema dominante. Muitos movimentos, como, por exemplo, alguns que reagem aos efeitos culturais das novas relações criadas pela globalização, não estão buscando nenhuma forma de alterar o sistema, mas sim de defender sua própria cultura.

Também é importante dizer que mesmo entre os que se propõem a alterar o sistema existe uma profunda divergência de estratégias, no que se refere ao tipo de reforma ou ruptura com o capitalismo global que devem ser feitas (GÓMEZ, 2004b).

---

<sup>15</sup> Em seu texto Mittelman (2004) fala um pouco de uma proposta da direita contra a globalização neoliberal que se coloca principalmente em torno das questões de fronteiras, dos imigrantes e, segundo o autor, eles fazem uma demanda implícita para o fim da globalização.

Além dessa questão, surge com esse debate um outro ponto fundamental. Cox (1997) ao olhar esse processo utiliza uma idéia de Gramsci, na qual aponta que todo esse processo de resistência ou contra-hegemônico se vê permeado por uma grande maioria de movimentos que hoje pregam a democracia, mas fazem parte de um grupo que pode receber o nome de “revolução passiva”<sup>16</sup> (COX, 1997d).

Uma característica dessa “revolução passiva”, segundo Gramsci, é o transformismo, que seria o meio de cooptar líderes em potencial dos grupos sociais subalternos (COX, 1993a). O que pode ser então uma estratégia de assimilar e domesticar idéias politicamente perigosas para o sistema.

Segundo Borón, uma das maiores vitórias da ideologia do neoliberalismo é sua capacidade de modelar a agenda das forças sociais, dos movimentos sociais e dos intelectuais contrários a sua hegemonia. Para explicar essa idéia, o autor utiliza uma frase de José Martí que reproduzo aqui por considerá-la bem explicativa, “é no pensamento que é feita as maiores guerras contra nós; devemos ganhar a guerra do pensamento” (BORÓN, 2004: 84).

Exemplo significativo desse processo, para Cox, é a cooptação de parte da elite periférica nas organizações internacionais, pois essa, para ele, mesmo que tenha algum intuito de transformar o sistema, ao se colocar dentro dele, acaba fazendo parte do mesmo. Isto ocorre porque essas organizações são um dos instrumentos onde a ordem hegemônica expressa seus poderes; assim sendo, acabam apenas fazendo parte das estruturas da revolução passiva.

Uma das forças que atualmente têm importante presença nos *movimentos contra-hegemônicos* são as organizações não governamentais. Essas possuem um papel importante nesses movimentos, mas estão permeadas de contradições por lidarem, de um lado, com os movimentos sociais militantes e, ao mesmo tempo, estarem negociando e participando da estrutura internacional da ordem dominante. Esses dois lados não são, na prática, tão separados, existem muitas situações intermediárias, pois as alternativas das ONGs não são

---

<sup>16</sup> Segundo Carlos Nelson Coutinho (1999) o termo “revolução passiva”, cunhado por Gramsci, deve ser constituído por dois momentos. Primeiro existe a “restauração”, quando se observa uma reação a qualquer possibilidade real de transformação “de baixo para cima”. O segundo momento é chamado de “renovação”, quando várias demandas sociais são concedidas pelas classes dominantes às classes populares. E uma das causas, e ao mesmo tempo efeito, desse processo é o transformismo, que seria a assimilação dos blocos rivais pelos blocos dominantes. Outra característica apontada por Gramsci, mas que não será utilizado neste texto é o fortalecimento do Estado devido a esse processo.

somente uma coisa ou outra. No entanto, essa questão será muito importante e definirá um constante debate que essas organizações devem enfrentar (AGUITON, 2001).

Sader aponta que esses movimentos precisam lidar com o fato de poderem acabar se envolvendo em projetos que somente renovam as forças sistêmicas, sem, na realidade, produzirem nenhuma transformação. E isso é o que, segundo o autor, acontece com muitas ONGs quando, por exemplo, acabam girando em torno do Banco Mundial e de governos que tendam cooptá-las (SADER, 2001).

Surge então o desafio de quais devem ser as estratégias que as forças contra-hegemônicas precisam utilizar para conseguirem alcançar uma transformação no processo de globalização.

Na análise de Boaventura Sousa Santos (2002), existem duas leituras principais no que se refere ao atual sistema mundial, que se encontra em transição. Pode-se encontrar uma leitura paradigmática e uma subparadigmática. A primeira coloca que os anos setenta apontam um período de transição do paradigma do sistema mundial e dele surgirá um novo paradigma. Essa leitura se volta para atores que buscam ações de caráter transformador. A segunda leitura percebe no período atual apenas um processo de ajustamento estrutural, além de buscar atores que privilegiam ações de adaptação. Certamente podemos encontrar atores que utilizam, em diferentes momentos, leituras distintas.

As duas maneiras de observar a realidade são, em nossos dias, as principais formas de ação política. Os que preferem a paradigmática tendem a ser mais apocalípticos, já os subparadigmáticos não observam nenhuma transformação que esteja criando um novo mundo ou mesmo uma catástrofe. A turbulência inevitável e controlável para uns é vista por outros como prenúncio de rupturas radicais. E entre estes últimos, há os que vêem perigos incontroláveis onde outros vêem oportunidades para emancipações insuspeitáveis. (SOUSA SANTOS, 2002:94)

Como sistematização do capítulo pode-se apontar a existência de um processo específico de globalização, que provoca rupturas nas formas passadas de relações sociais, fazendo surgir novas forças sociais, políticas e culturais, e transformando as existentes. Essa globalização alterou a governança nacional e internacional, fazendo delas não somente uma relação privilegiada entre Estado-Nação, mas sim uma teia com interconexões de diversos outros atores. Esse projeto de globalização é liderado, segundo alguns autores, por forças

hegemônicas. No entanto, outros autores apontam que existe uma disputa por projetos e práticas de atuação, com a presença de forças opositoras que cresceram e passaram a formar um movimento em crescimento, o qual não somente resiste, mas luta por ser um real poder contra-hegemônico. O que enfatizamos aqui foi o surgimento de espaços de articulação, como as redes sociais, compostas basicamente por organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos e muitos outros.



## Capítulo II: Redes Sociais

Nosso estudo sobre as estruturas sociais emergentes nos domínios da atividade e experiência humana leva a uma conclusão abrangente: como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. (...) Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma sustentável a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 1999b: 565).

### 2.1 O que são redes

O fenômeno das redes é analisado de formas distintas pelos teóricos. Há aqueles que consideram as redes como um dos elementos da sociedade da informação, a qual, por características próprias, está se desenvolvendo em formato de rede (CASTELLS, 1999b). Outros consideram que no processo atual de globalização as redes são como uma nova forma de articulação dos movimentos e as características dessas relações precisam ser entendidas a partir de novos princípios (SCHERER-WARREN, 2002).

Neste capítulo abordaremos argumentos de autores das duas correntes.

Organizar-se socialmente em formato de rede é uma maneira já conhecida pelas sociedades passadas, no entanto, as tecnologias da informação tornaram possível que a rede penetrasse em todas as instâncias da estrutura social. Castells descreve as redes como um conjunto de nós interconectados. Devido ao fato de que podemos encontrar redes em diversas áreas sociais, vai depender de qual rede estamos observando para saber quais são os nós que a compõem. Um exemplo questionador é com relação à rede de tráfico de drogas, pois, nessa rede os campos de plantação de papoula, ou de coca, por exemplo, constituem um dos nós dentro de toda a estrutura, assim como as pistas clandestinas de aterrissagem caracterizam outro nó. No caso específico deste trabalho a rede que nos interessa é a de organizações sociais, conforme explicaremos mais detalhadamente (CASTELLS, 1999b).

De modo geral, as redes são estruturas sem limite de dimensões, podendo sempre expandir ou diminuir, sendo possível a entrada ou a saída de diversos nós, sem que se altere o equilíbrio da rede. No entanto, para que esses nós consigam se organizar em redes são

necessários alguns elementos comuns, por exemplo, valores que os unam. Nesse sistema existe uma flexibilidade, gerada pela tecnologia da informação, a qual conecta o que importa e desconecta o que não importa mais, podendo incluir e excluir desde pessoas até territórios (CASTELL, 2001).

Nessa forma de se organizar socialmente, podemos considerar que os possuidores da capacidade de fazer as conexões entre as diversas redes são os detentores de poder. Ao constatar esse formato do poder, as organizações sociais buscam representação dentro dessa estrutura, organizando-se, também, por meio de redes. Surgem assim, na era da informação, várias formas sociais de manifestação e, como ressalta Castells (1999b), um desses grupos, dentre muitos outros, são as redes de organizações e movimentos sociais. Estas seriam então uma das atuais características dos novos movimentos sociais, que tanto refletem a lógica dos poderes dominantes, ao se organizarem também em rede, como reagem a eles.

Uma colocação de Scherer-Warren reflete bem essa nova manifestação.

No mundo globalizado há uma tendência, tanto por parte das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes (...). Os atores dos movimentos tendem a conceber a rede como uma categoria empírica, isto é, como um meio real ou virtual ou, ainda, como uma imagem das novas formas de articulações solidarísticas e políticas da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2002: 05).

Recuando ainda mais no tempo, a partir da década de 1980 o conceito de rede, até então utilizado em algumas áreas do conhecimento, como a biologia, passou a ser utilizado também em outras áreas como uma forma de organização social que possibilitasse a flexibilidade, a conectividade e a descentralização de articulações entre os participantes. O conceito surgiu nas décadas de 1920 e 1930 no campo da biologia, quando cientistas estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida. Naquela época, a rede foi reconhecida como o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos: “Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes” (CAPRA, 1996 apud AYRES, 2001). Uma das características principais dessa rede na biologia nos fornece pista para a atual utilização do conceito nas relações sociais, que é a não-linearidade, pois a rede se estende por todas as direções e existem formas de realimentação, que proporcionam a capacidade de auto-regulação (AYRES, 2001).

Além disso, como aponta Castells, a rede é um conjunto de nós interconectados, sem centro, na medida em que, se um dos nós de uma rede não funciona mais, este é excluído, e a rede se articula novamente. E, podemos observar graus diferentes de importância entre os nós, mas não quando estão dentro da rede, pois dentro dela não existe um sem o outro (CASTELLS 2000 apud SCHERER-WARREN, 2002).

As redes da sociedade civil são articulações que possibilitam a reunião de indivíduos e instituições em torno de, por exemplo, temáticas comuns. Podemos apontar vários motivos que levam a sociedade civil a se organizar em redes, quais sejam: a troca de informações, a articulação e atuação política, a implementação de projetos comuns, a potencialização das ações, a mobilização, o fortalecimento de atores, a construção de identidades. E para isso, suas estruturas precisam ser flexíveis, com relações horizontais e interconexas.

Percebe-se que as redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes. Numa organização em rede só pode haver participação livre e consciente de seus membros. Quando não existe esse tipo de participação, a rede não se consolida nem se mantém, e tende a se desfazer facilmente. Uma rede precisa ser assumida pelos seus membros, os quais devem ser responsáveis pela realização dos objetivos da rede, que dependerá dessa capacidade de iniciativa e de ação. Todo esse processo faz com que ela se fortaleça cada vez mais. Uma rede não funciona por meio de uma voz de comando, mas sim quando todos e cada uma de suas vozes começam, por decisão própria, a atuar. Nas palavras de Francisco Whitaker (2000:06), “uma rede é como um corpo: todos os seus membros a fazem funcionar, todos são a rede, nas suas ligações uns com os outros”.

No que se refere à estrutura das redes, devemos considerá-la como uma alternativa à forma tradicional de organização piramidal, pois os seus integrantes se interligam diretamente ou por meio do mais próximo, e isso acontece de maneira horizontal. Como nos lembra Whitaker, isso resulta em uma *malha de múltiplos fios*, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, e, assim como mencionamos, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não existe um poder central, existe sim uma vontade de todos de realizar determinada meta. Dessa forma, não deve existir nas redes centros ou níveis de poder, a informação deve circular livremente, todos os membros precisam acessar a todas as informações que nela circulem (WHITAKER, 2000).

São necessários alguns passos na definição da construção de redes, tais como: os princípios que a nortearam; o tipo de rede e sua estrutura; os atores envolvidos; as ferramentas tecnológicas a serem utilizadas; o marco de atuação; definição de um plano de trabalho e da forma de gestão da rede, como será a equipe de trabalho - por comitês ou não; quais serão os estatutos e as normas; a estratégia de comunicação e difusão; e, por último, um mecanismo de monitoramento e avaliação.

Um exemplo do que se espera na prática de atuação de uma rede é que elas conectem grupos de determinados movimentos sociais, pois se pressupõe que a articulação entre todos os movimentos fortalece cada movimento em particular, pelo intercâmbio que acontece entre eles. Somado a isso, tal fortalecimento irá contribuir para o surgimento de novos movimentos (SCHERER-WARREN, 2002; MANCE, 1999).

A partir dessas considerações, poderíamos observar que as redes buscam um movimento estratégico de organizar, articular, informar e de empoderar o movimento da sociedade civil e sua relação com outros poderes. No entanto, Scherer-Warren (2002) ressalta a necessidade de olharmos com cautela essa afirmação, pois corremos o risco de cair em um pensamento mecanicista sobre a dinâmica social. As redes podem ser uma estratégia usada por várias fontes diferentes de valores, não sendo possível considerar uma rede - só pelo fato de ser rede - como um movimento positivo, pois as suas características irão depender de muitos outros fatores. Um exemplo disso são as redes terroristas, que possuem uma morfologia de organização bem diferente das redes de organizações e movimentos sociais, pois se organizam em células com poucos integrantes, nas quais o chefe de cada célula faz a ligação com as outras células. Em contrapartida, nas redes de movimentos sociais se busca um empoderamento público da rede, todos os membros podem ter visibilidade pública e é necessária a propagação da informação.

Continuando a análise dessas diferenças, as redes da sociedade civil fazem manifestações públicas tentando sempre legitimar suas causas na esfera pública, já as redes terroristas usam da violência para intimidar governos, com a meta de alcançar objetivos próprios.

As redes que tentamos entender são aquelas que podem acarretar, na sociedade globalizada e da informação, conforme aponta Scherer-Warren, a criação de alguns desafios a importantes conceitos e formas tradicionais de organização.

O primeiro desafio citado pela autora é o da *desfundamentalização*, processo que acontece com as redes que trabalham com novas temáticas, como feminismo e direitos humanos. Tais redes são caracterizadas por interagirem as várias temáticas entre elas, ou por meio da Internet ou da mídia eletrônica, além de instrumentos próprios desenvolvidos por elas. Essa interligação entre os vários temas se opõe aos códigos das redes dominantes, como as religiosas e as nacionalistas. Estas últimas são constituídas pelo que Castells chama de identidades primitivas (CASTELLS, 1999a).

O segundo é o *descentramento das subjetividades individuais*, pois estariam construindo novas subjetividades a partir do ambiente das redes, devido a um maior contato entre diferentes sujeitos das redes. Mesmo que exista essa maior aproximação entre as redes, e por consequência sujeitos, ainda há uma dificuldade em articular os debates de uma forma transversal. Para superar esse desafio, a autora coloca, o terceiro desafio que é a *superação do essencialismo rumo ao interculturalismo*, fenômeno bem expressado na teoria da tradução de Boaventura Sousa Santos (SCHERER-WARREN, 2002).

Nas palavras de Boaventura Sousa Santos,

(...) na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria da tradução que torna as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam (SOUSA SANTOS, 1999:202 apud SCHERER-WARREN, 2002: 26).

O que apreendemos dessa orientação é que com a *tradução* se pretende realçar os elementos que separam ou unem os grupos para, assim, maximizar os pontos que unem e minimizar os que separam (ABONG, 2004: 51).

Como afirma Boaventura Sousa Santos, um exemplo perfeito para demonstrar a validade da teoria da tradução é o Fórum Social Mundial - FSM, pois nas palavras do autor, o FSM mostra o quanto “o mundo é uma totalidade inesgotável, dado que possui muitas totalidades, todas elas parciais”. O autor, nesse texto, discute a impossibilidade de se apreender o mundo a partir de uma única teoria geral, pois essa teoria sempre vislumbra uma homogeneidade. Segundo ele, vivemos em um tempo de transição da idéia de uma teoria

geral, pois é necessária uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral (SOUSA SANTOS, 2005).

A proposta do autor, nesse sentido, é o trabalho da tradução.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, tal como são reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, sem pôr em perigo a sua identidade e autonomia, sem, por outras palavras, as reduzir a entidades homogêneas. (SOUSA SANTOS, 2005: 06).

Esse cenário nos mostra, de acordo com Boaventura Sousa Santos, que o movimento de *globalização contra-hegemônica*, com suas formas de articulação, até o momento, foram capazes, na fase atual, de atingir determinados objetivos, mas que isso ainda está para ser finalizado, pois é necessário criar, numa segunda fase, novos objetivos que seriam a intensificação das agregações e articulações. Essas articulações se baseariam em diferentes movimentos e ONGs que questionem a sua identidade e autonomia, nos modelos como são concebidas até esse momento. Posto isso, visto que o projeto contra-hegemônico busca formas de combinar vários tipos de movimentos, como feministas, indígenas e de trabalhadores, ele precisa ser feito horizontalmente e respeitando as identidades de cada movimento, o que exigirá um grande reconhecimento e debate entre os grupos (SOUSA SANTOS, 2005).

Mais uma vez o autor exemplifica esse processo utilizando o FSM,

(...) o sucesso do FSM assinala a emergência no seio dos movimentos sociais de uma consciência, difundida e experienciada reciprocamente, de que o avanço das lutas contra-hegemônicas assenta na possibilidade de partilhar as práticas e os saberes de maneira global e intercultural. Com base nesta experiência partilhada, torna-se possível construir a conjugação horizontal de tempos a partir do qual pode emergir uma zona de contacto cosmopolita e o trabalho emancipatório da tradução (SOUSA SANTOS, 2005:16).

Concluída a explicação do trabalho de tradução, que se enquadra na característica da *superação do essencialismo rumo ao interculturalismo*, voltemos ao último desafio apontado

por Scherer-Warren (2002), a separação entre teoria e prática no engajamento dialógico na rede, na qual a autora propõe, devido às práticas exercidas pelas redes, que se deva trabalhar a relação *conhecimento-reconhecimento-práxis política*, o que seria então repensar a relação entre academia (produção intelectual), ONGs (intermediários entre pensar e agir) e movimento de base (os que atuam).

Fazendo um apanhado geral, concordamos que “por fim, as redes que contemplam a crítica intelectual, o trabalho de tradução e de mediação com práxis movimentalistas, precisam (e, assim, vêm fazendo) criar mecanismos de interlocução e troca de experiências e auto-reflexividade das iniciativas locais às mais globais” (SCHERER-WARREN, 2002: 28).

No entanto, para pensar no avanço desses movimentos não deixa de ser importante uma análise sobre a maneira como são tomadas as *decisões* dentro das redes, pois uma característica importante é a questão do *consenso*, que mesmo tendo vários pontos positivos ainda é um grande desafio.

Aguiton, ao analisar o funcionamento das redes por meio de consensos, constata algumas dificuldades. De acordo com ele, o consenso pode ser mais problemático do que se imagina, na medida em que quando se alcança um consenso, aqueles que foram contrários são deixados de lado. Isso cria um risco de se formar um consenso entre os mais fortes e esquecerem as minorias. Essa problemática de integrar a minoria é sempre um assunto muito presente. Além desse problema, o autor também ressalta o caráter pouco nítido das decisões e das formas de atuar numa rede, o que pode gerar a possibilidade de desaparecimento das organizações (AGUITON apud ABONG, 2004).

## **2.2 Maneiras de atuar das redes sociais**

Na América Latina, as articulações das organizações e movimentos sociais acorreram, em um primeiro momento, na época das ditaduras militares, podendo ser denominadas de redes pela democratização e direitos humanos; depois surgiram as redes cidadãs, que se desenvolveram durante o período de transição e institucionalização da democracia; a seguir surgiram os movimentos que se opõem ao atual processo de globalização; e posteriormente as redes que lutam pela paz e segurança, que seria um reflexo de grandes impactos da violência na vida dos indivíduos (SCHERER-WARREN, 2002).

Como aponta ainda a autora, podemos encontrar algumas características comuns entre as redes que vêm se formando no Brasil (SCHERER-WARREN, 1993).

A primeira característica dessas redes é a sua busca por *articulações entre atores*. Essas articulações ocorrem de diferentes maneiras e por razões diversas, por exemplo, as que buscam uma articulação entre os atores e movimentos sociais e culturais em torno de uma demanda específica. Essas articulações, normalmente, se tornam uma força de pressão institucional ampla. Além dessas, existem as redes que: visam enfrentar questões regionais; visam trabalhar com questões que englobam o movimento popular como um todo; ou ainda, estabelecer o intercâmbio de informações e experiências; e, por último, criar articulações informais formadas para enfrentar lutas conjunturais.

A segunda característica é da *transnacionalidade*, que pode variar de rede para rede. As ONGs, por terem muita ligação com organizações internacionais, podem acabar tendo uma transnacionalidade maior que certos movimentos sociais.

A terceira característica é o *pluralismo organizacional e ideológico*. Esse pluralismo acontece porque nas redes encontramos atores com variadas concepções ideológicas, e ainda pelo fato de que o mesmo ator social pode participar de várias organizações ou redes ao mesmo tempo. No entanto, essa abrangência de ator não pode ultrapassar concepções ideológicas que se contradigam, pois existem princípios éticos mínimos comuns.

Reforçando essa terceira característica, ressaltamos que é importante, nas redes de ONGs, o fato de serem múltiplas e transversais, pois é muito freqüente cada uma participar de várias redes ao mesmo tempo (MARZOCHI, 2000). É da capacidade de circular por todos esses pontos da rede que as ONGs tiram sua maior legitimidade e poder.

Por último, existe a atuação das redes como força de pressão no campo cultural e político, tentando criar novos sistemas de valores e buscando transformar a opinião pública e agir, como uma forma de pressão institucional aos padrões dominantes. No que se refere a essa questão, a autora faz um questionamento bastante interessante e que deixa em aberto. Ela se pergunta o quanto essa atuação cultural e política cria realmente brechas para a participação da sociedade civil na transformação da sociedade.

Mesmo apontando anteriormente para a relevância da transnacionalidade, é importante levar em consideração que os movimentos e organizações precisam ter uma agenda nacional.



“Conforme Ballón, é no âmbito nacional que as organizações estruturam sua legitimidade, pois é com base na força nacional que se criam bases para uma ação internacional” (ABONG, 2004: 32).

Com relação às ONGs, é importante ressaltar o potencial que esse ator tem em construir redes, tanto com participação local, regional ou global. Somado a isso, existe a potencialidade delas em incluir diversos tipos de atores nessas redes, como organizações internacionais, fundações financiadoras e movimentos sociais de base (PINTO, 2006).

Pinto, em sua análise, apresenta uma interessante forma de pensar em rede considerando-se as ONGs, na qual a rede pode ser composta entre ONGs e movimentos sociais. Espaço esse no qual cada organização é um nó interconectado, podendo ser alguns maiores ou menores, locais ou globais (PINTO, 2006).

Nessas redes em que existe a participação de ONGs e movimentos sociais, como em qualquer ambiente de interconexões de tipos diferentes de atores, existem certos conflitos que, mesmo sendo identificados, não conseguem ser superados.

Uma grande problemática entre os dois tipos de organizações sociais é o discurso muito freqüente da especialização das ações dentro da rede. Há um grande leque de pessoas que confirmam a existência de uma dicotomia: entre os que têm a função de contestar e os que fazem as proposições. Sendo assim, os movimentos têm a tarefa de mobilizar e pressionar, e as ONGs de mediar e propor. Para isso, a solução é tentar reforçar a idéia de que dentro de uma rede todos podem fazer tudo, independentemente de quem forem (ABONG, 2004).

Outro problema no que se refere à participação das ONGs nas redes, é que muitas vezes os membros das redes vindo de ONGs estão muito bem conectados entre si, por meio de fóruns e articulações, mas esquecem suas relações com as bases sociais.

Mesmo apontando essas críticas, ainda vemos as redes como espaços de participação que podem ser bastante representativos da sociedade civil, tanto pelo número de pessoas que delas fazem parte como pelos eventos e atividades que propiciam.

O desenvolvimento de redes organizacionais pode representar um passo importante para o fortalecimento das ONGs, e isso pode ser feito com a ajuda da tecnologia, pois ela é fundamental para o bom andamento das redes que conhecemos atualmente.

Assim como deixa claro em seu texto, Whitaker afirma que, as estruturas que compõem as redes, com o passar dos anos, incorporaram parte dos avanços tecnológicos, como: o correio, o telégrafo, o telefone, o fax, o radio, a televisão, o avião, e por fim a Internet. Percebe-se com isso um mundo cada vez mais envolvido em uma grande rede, no qual as barreiras para a livre circulação das informações, do ponto de vista tecnológico, começam a se desfazer. Sendo assim, todas as condições que a informática oferece podem ser um importante instrumental para o bom funcionamento das redes (WHITAKER, 2000).

Talvez estejamos caminhando para a idéia de Pierre Levy de que

(...) novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos (LÉVY,1993:07).

No entanto, se essa tecnologia está posta para as sociedades, ela não surge de forma democrática, pois ainda não são todos os movimentos sociais e ONGs que conseguem utilizar toda a potencialidade desses meios, o que acaba colocando um desafio no conjunto das próprias redes sociais: a luta pelo *direito à comunicação*.

Conclui-se com este capítulo que as redes são um dos elementos da sociedade da informação. Existem muitos tipos de redes que organizam a atual estrutura social, mas neste estudo acentuamos as denominadas sociais. Considerando-as como nós interconectados, os quais todos são fundamentais para seu funcionamento. Tais redes enfrentam importante desafio pela frente, que a *teoria da tradução* tenta apontar indicando as formas de enfrentá-lo. Para isso propõe criar espaços de articulação, onde atores, os mais diferentes possíveis, consigam alcançar uma inteligibilidade, pois é dessa forma que forças contra-hegemônicas podem se fortalecer na disputa com o poder dominante.

## **Capítulo III: Origem e constituição das Organizações Não Governamentais**

Feita no capítulo anterior uma análise do que vêm a ser redes, foi possível constatar que existe uma nova forma de a sociedade em geral e a sociedade civil em particular se organizarem, e que as ONGs possuem um papel de extrema relevância nessa nova forma de organização da sociedade civil. Neste capítulo, pretendemos mostrar o que são as ONGs e o que elas representam na sociedade brasileira, com os recortes necessários tendo em vista os objetivos pretendidos na presente pesquisa.

### **3.1 Uma breve história das ONGs**

O termo Organização Não Governamental (ONG) surgiu em documentos das Nações Unidas no final dos anos 1940 e se referia a um leque amplo de organizações que realizavam consultorias para o organismo (GOHN, 1997). Essas ONGs, de acordo com a ONU, também poderiam ser definidas como organizações não estabelecidas por acordos inter-governamentais.

Passados mais de cinquenta anos, esse termo é disputado nos mais deferentes cenários.

O termo “Organização Não-Governamental” é objeto de disputa de significados na sociedade brasileira. A terminologia abriga múltiplas e heterogêneas organizações, com diferenças profundas de trajetória, compromissos, objetivos, formas de organização e métodos de ação (PAZ, 2005:05).

Ao pesquisar o significado da expressão, encontra-se uma séria de caracterizações na linha negativa e, no fundo, uma grande dificuldade em definir o termo. Essa vaga e imprecisa definição do significado de uma ONG, que vem desde o início de sua utilização, continua a existir até nossos dias.

Nos limites deste trabalho, o presente capítulo não tem como objetivo explicar o significado do termo ONG e, sim, mostrar o surgimento desse ator nos vários momentos históricos dentro da sociedade civil, e especificamente a brasileira, além de sua relação com o sistema internacional. Pois é através desse percurso que será possível observar as diferenças existentes por trás da mesma noção.

As ONGs estão ligadas diretamente com o sistema de cooperação internacional criado no pós II Guerra Mundial. Nesse período, a maioria de suas atividades foram custeadas por agências de cooperação dos países do Norte, que recebiam determinada quantia de recursos públicos destinados aos países em desenvolvimento. Esse processo era conhecido como cooperação internacional ao desenvolvimento. No entanto, nessa época, é importante deixar claro, as organizações brasileiras que recebiam esses recursos ainda não se denominavam ONGs. Visto que o termo passará a ser amplamente utilizado somente na década de 1980.

Essa relação entre as ONGs do Sul e o financiamento que elas recebem do Norte sofreu muitas alterações durante as últimas décadas, mas continua sendo um tema de importante debate no meio. Além da questão do financiamento também se debate o quanto as ONGs do Norte acabam, muitas vezes, definindo o conteúdo das agendas das ONGs do Sul, ou por mais experiência, ou pela possibilidade de oferecer maior financiamento.

No Brasil, a formação desse ator ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, especificamente durante o regime militar. Já a utilização do nome ONG por esses grupos, como já mencionamos, somente aconteceu na metade da década de 1980, no mesmo momento em que surge com mais intensidade uma série de debates em torno da questão de suas identidades (LANDIM, 1998).

Landim (1998) afirma que os participantes desses grupos, durante o regime militar, não se percebiam como formadores de um mesmo universo, não existia a idéia de que todos faziam parte de uma mesma forma de organização, o que mais tarde viria a se chamar ONG. Isso acontecia porque essas organizações - chamadas, na época, de Centros de Assessoria - existiam para prestar serviços aos movimentos sociais, considerados os verdadeiros sujeitos. O trabalho dos Centros era válido por sua ligação com os movimentos populares, que, por sua vez, tinham papel de transformação social. Eram eles os que, realmente, tinham poder de atuação e não os Centros, pois estes deveriam, basicamente, assessorar.

Um segundo motivo para a pouca auto-identificação desses grupos foi o momento histórico autoritário que se vivia, quando uma ampla divulgação só atrapalharia as possibilidades de realizar algum trabalho efetivo. Por fim, não era ainda o momento para esses grupos desenvolverem uma identidade própria em torno deles.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ONGs se caracterizavam por uma existência geralmente clandestina ligada a movimentos sociais de base, igrejas, movimentos sindicais e populares. Trabalhavam fundamentalmente nas áreas de educação, saúde, moradia, assessoria e consultoria (SOUZA, 1992).

Com o fim da ditadura, as ONGs tiveram de redefinir sua identidade e seus objetivos de trabalho. Isso se fez necessário, pois passaram a se colocar como ator com vida própria e não mais como assessorias aos movimentos sociais, e começaram a pensar em maneiras de intervir no âmbito das políticas públicas. Isto requeria, inclusive, que os membros das ONGs deixassem de ter um perfil exclusivamente militante e procurassem algum grau de profissionalização. As ONGs, então, passaram a não mais estar “de costas” para o Estado e começaram a se institucionalizar.

Assim é que, naquele contexto político brasileiro da década de 1980, marcado pela redemocratização, verificou-se a crescente institucionalização dos movimentos sociais, bem como o aparecimento de novos atores na cena pública, que seriam as ONGs. São por essas razões que tais entidades se viram obrigadas a modificar suas posições de quadros de assessoria, apoio ou educação (LANDIM, 1998).

O que se pode apreender do início do período da redemocratização no Brasil, na década de 1980 é que foi, realmente, um marco histórico para as ONGs. Landim coloca esse momento como o fim da “pré-história” das ONGs, pois, a partir daí, elas passam a se institucionalizar e passam a trabalhar de forma autônoma. É também nessa ocasião que seus próprios agentes passam a se enxergar como pertencentes de um mesmo universo, que seria o das ONGs (LANDIM, 2002).

E, de uma forma simplificada, é a partir desse momento que as ONGs passam a se multiplicar e, já na década de 1990, podia-se perceber extraordinário crescimento desses atores, o que criará uma dificuldade ainda maior de identificar o que são, de fato, as ONGs.

Assim, depois de muito trabalho feito de forma silenciosa por parte das ONGs, durante o período militar, na década de 1990 elas adquirem renome internacional e um reconhecimento progressivamente nacional (SOUZA, 1992).

### **3.2. As ONGs na década de 1990**

Durante a década de 1990 também se viu um grande aumento da relação dessas organizações com organizações internacionais, principalmente na ONU, nos ciclos das Conferências que ocorreram na década.

No Brasil, especialmente depois da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), as ONGs se tornaram numerosas e mais visíveis. Paralelamente à ECO-92 aconteceu o Fórum Global, que teve como evento principal o Fórum Internacional das ONGs, contando com a presença de 14 mil ONGs de todo o mundo (CHAVES TEIXEIRA, 2000).

Foi nesse momento que o termo passou a ser discutido pela mídia brasileira, fazendo com que o público em geral, que até então desconhecia a existência desse tipo de organização, a descobrisse. E é exatamente pela pouca definição do termo, ou melhor, por sua definição na ótica negativa, que se abre um espaço para que uma grande gama de novas, ou até mesmo organizações já existentes, passassem a se denominar ONGs.

Naquele momento, a maioria dos antigos Centros de assessoria já se consideravam ONGs, mas eles não serão os únicos e, sim, estarão acompanhados de outras tantas organizações. Essas ONGs possuem uma história muito distinta da dos Centros e, muitas vezes, nenhuma ligação com os movimentos sociais. Esta é uma questão fundamental para nosso trabalho e para qualquer estudo nessa área.

### **3.3. A relação das ONGs com seus parceiros**

É possível fazer um paralelo direto entre o aumento do número de ONGs e o aumento da quantidade de recursos internacionais destinados a essas organizações antes dos anos 1990 “Por exemplo, entre 1960 e 1980 houve um crescimento de 68% na ajuda externa para

o“Terceiro Mundo”, através de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos: passou-se de 2,8 bilhões de dólares para 4,7 bilhões de dólares” (LANDIM, 1993: 12).

No entanto, na década de 1990, as ONGs brasileiras passaram a vivenciar um momento de crise de financiamento. Nessa época as agências de cooperação internacional, importante fonte de financiamento das ONGs da América Latina, passaram a cortar parte de suas verbas e as redirecionaram para as ONGs da Ásia e da África. Diante dessa nova situação, as ONGs brasileiras começam a buscar novas formas de financiar seu trabalho.

Outra dificuldade enfrentada nesse período foi a de que as agências, além de fazerem cortes, passaram a exigir das ONGs resultados tangíveis, obrigando-as a mostrarem resultados e impactos mais imediatos, e essas demandas para uma série de ONGs, praticamente impossibilita seu trabalho. Uma das razões para isso ter acontecido é que, devido à forte pressão do público em relação ao fracasso da ajuda internacional na redução da pobreza, muitas organizações acabaram se subordinando à lógica dominante frente a esse quadro (DURÃO, 2003).

Segundo DERKSEN (2003), somado a isso, a cooperação se tornou, de modo geral, mais difícil, com um complexo sistema próprio, ainda mais inacessível para pequenas organizações de base comunitária e organizações associativas. Essas agências foram se tornando mais burocráticas, deixando os ideais em segundo plano.

Uma das soluções encontradas para a falta de recursos foi buscar financiamento junto ao Estado, que, nesse mesmo período, devido às políticas neoliberais, estava buscando parceiros da sociedade civil para realizar algumas tarefas antes consideradas de sua exclusiva responsabilidade. Essa questão estará embutida em toda a análise sobre ONGs nos dias de hoje, pois é essa aproximação com o Estado que caracteriza grande parte das ONGs atuais e pode dificultar e descaracterizar parte do trabalho de muitas delas. Sendo assim, discutiremos a validade dessa relação, para depois entender se essa aproximação pode fazer parte de um projeto político maior, no qual muitas ONGs corroboram.

No que se refere à autonomia e ao financiamento, encontramos no texto de Chaves Teixeira uma colocação que articula essa questão de forma elucidativa, ou seja, as ONGs podem e/ou devem buscar financiamento público. A autonomia para uma ONG não significa que ela precise recusar incondicionalmente participar de qualquer institucionalidade política,

mas deve buscar fazer isso mantendo seu papel de "protagonista da invenção radical da democracia" (CHAVES TEIXEIRA, 2002: 120).

Essa busca de recursos é legal, visto que esses orçamentos são espaços de disputas de projetos, sendo assim, eles podem ser aplicados em diversas ações. Vieira (1996) discute a questão da *esfera pública não estatal*, na qual ele considera como sendo o espaço dos movimentos sociais, das ONGs, das associações de cidadania. Essas entidades, de *esfera pública não estatal*, têm um caráter privado na sua formação, mas trabalham com objetivos públicos, buscando valores democráticos para a sociedade. Essas organizações são públicas por finalidade e privadas por constituição.

A relação do Estado com as ONGs gira em torno de três questões: a) pressão, reivindicação ou lobby; b) cooptação por parte dos Estados e, por último, c) através de parcerias em políticas sociais e públicas.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), devido à reforma do Estado implementada pelo ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Bresser Pereira, percebemos a ligação predominantemente estabelecida do governo com as ONGs. Dentre os objetivos dessa reforma está a redefinição das funções do Estado, com a meta de reduzir seu tamanho e seu pessoal. Para isso foram criados três programas: privatização, terceirização e publicização. Certamente essas três características influenciam a forma de se organizar da sociedade civil, mas gostaríamos apenas de ressaltar um desses itens por ter uma relação direta com nosso objeto de análise.

A publicização, para Bresser, dar-se-ia quando as organizações não estatais assumem funções de prestação de serviços. Ao afirmar que a esfera pública não pode ser confundida com a atividade estatal, Bresser coloca que existe a necessidade de organizações da sociedade assumirem as tarefas estatais, havendo, por fim, a transferência dessas tarefas. Bresser chama isso de campo público não estatal (CHAVES TEIXEIRA, 2002).

Posto isso, podemos constatar que o crescimento do número dos mais variados tipos de ONGs, principalmente na década de 1990, no cenário brasileiro, aconteceu no mesmo período em que políticas neoliberais de desestatização estavam sendo implantadas pelo governo e o processo de democratização estava acontecendo. A opinião pública em geral passa a entender a atuação das ONGs como uma forma de comprovação de que o Estado está realmente deixando de cumprir suas funções, e que esse seria o papel das ONGs.



Em virtude desse novo quadro, começou a ser criado um grande leque de novos tipos de ONGs, que fazem parte daquele que é chamado de terceiro setor<sup>17</sup>, e essa situação altera as relações das organizações da sociedade civil com o Estado.

Na opinião de Yazbek,

Numa clara adesão às teses neoliberais do Estado mínimo, os financiamentos públicos a estas entidades configuram-se como subsídio em troca de serviços prestados em um contexto caracterizado pela omissão quanto ao efetivo controle da qualidade desses serviços (YAZBEK, 2002).

Dagnino (2002) nomeia essa relação do Estado com a sociedade civil de *confluência perversa*, pois, como podemos perceber, os dois projetos, tanto de algumas ONGs como o do Estado, visam fortalecer a sociedade civil, no entanto com propósitos totalmente contrários. E isso gera grande dificuldade por parte de determinadas ONGs em saber como lidar com essa situação, sem acabar atuando em um projeto que fira seus princípios.

É importante ressaltar, ainda, assim como acontece no mercado e com os governos, que se constituem de várias formas e com contradições, o mesmo acontece com a sociedade civil:

Nesse campo, coexistem diferentes identidades políticas, em que se manifestam disputas por hegemonias de idéias e poder. As organizações não-governamentais (ONGs) se inserem no campo da sociedade civil e, como organizações privadas, expressam em suas missões os interesses políticos de seus (suas) sócios (as) e apoiadores (as), em um universo de contradições e valores diversificados (HADDAD, 2004: 06).

Ballón, em seminário realizado em 2003 na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)<sup>18</sup>, diz que essas diferenças podem ser sentidas em três

---

<sup>17</sup> Segundo Montañó (2002), o conceito de terceiro setor foi “(...) cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2002). O termo faz parte de uma divisão das relações sociais que é feita da seguinte maneira: o primeiro setor, constituído pelo Estado, o segundo setor, representado pelo mercado, e o terceiro setor, que seria a sociedade civil.

aspectos fundamentais. O primeiro aspecto seria a maneira como as organizações se definem, por um lado existem as que se identificam como parte do terceiro setor, não lucrativo e filantrópico, com conteúdo neoliberal, e, do outro lado, as que se definem como sociedade civil, mas que manifestam sua preocupação com os interesses públicos. O segundo elemento seria a diferença entre as que propõem a redução do Estado utilizando se de um discurso privatista e, contrariamente, as que defendem o fortalecimento das organizações da sociedade civil e da esfera não-pública. Por último, a diferenciação entre os que pensam que a luta contra a pobreza deve ser feita através do assistencialismo e da filantropia, e os que propõem o fortalecimento da política social (ABONG, 2004).

A ABONG, por exemplo, tem como um de seus princípios não realizar as tarefas que o Estado deveria estar fazendo e, sim, cobrar para que ele o faça, ou educar a população para que ela mesma faça suas reivindicações. A questão é que, como acabamos de ressaltar, existem muitos tipos de ONGs e muitas delas não trabalham com essa mesma lógica. Aliás, podemos perceber, nos dias de hoje, mesmo entre organizações que fazem parte da ABONG, algumas que praticamente esqueceram esses princípios.

Como coloca Gohn:

As novas ONGs do terceiro setor não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal. A maioria delas foi criada nos anos 90 e não tem movimentos ou associações comunitárias militantes por detrás (GOHN, 2000: 65).

Uma das questões centrais para as ONGs preocupadas com o fortalecimento das políticas sociais é que precisam saber como lidar com o Estado, pois elas possuem o direito legal de buscar financiamento do Estado, mas precisam fazer isso mantendo sua autonomia e dando continuidade a seus princípios. Para entender como atuar perante esse cenário, um dos pontos em pauta para essas ONGs é o debate em torno de sua identidade política, discutindo “(...) em primeiro lugar, o papel social das ONGs, sua natureza, seu sentido e sua importância política diante dos demais atores da sociedade civil; em segundo, suas alianças e

---

<sup>18</sup> Mais informações sobre a organização como: estatuto, carta de princípios, estrutura, entre outras, no site da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais: <http://www.Abong.org.br>.

suas ações em redes temáticas e de interesses comuns nos planos nacional e internacional” (HADDAD, 2004: 06).

Trabalhar sua identidade tornou-se uma das temáticas constantes desse debate. Nas palavras de Wanderley,

Dirão alguns: se elas estão neste mundo, se precisam de recursos substantivos, se querem atingir segmentos amplos da população, têm de mudar suas características identificadoras, seu discurso e suas práticas e se alinhar com os grupos dominantes. Dirão outros: se elas quiserem assegurar sua identidade contestadora, não ferirem valores e princípios, devem agir com os setores mais vulneráveis e empobrecidos, numa linha transformadora mesmo que com parcimônia de recursos (WANDERLEY, 2002: 130).

Para sair dessa encruzilhada, muitas ONGs colocam que precisam manter seu caráter de mobilização social, que seu trabalho deve servir a interesses sociais mais amplos e, se conseguirem alcançar isso, mesmo se relacionando com o Estado, poderão continuar seguindo seus princípios. O problema é que, segundo Dagnino (1996), atualmente existe um predomínio das organizações com vínculos com o modelo neoliberal e um crescente abandono dos vínculos com os movimentos sociais.

O que concluímos ao observar o percurso histórico brasileiro desse ator, desde sua criação, quando ainda eram Centros de assessoria, até a sua expansão e o surgimento do conceito de terceiro setor, é que cada vez se torna mais difícil o entendimento mais sistemático das ONGs, quem são e qual o papel que ocupam na sociedade, sem analisar o processo histórico e as relações sociais, políticas e econômicas de cada momento e de cada lugar, pois são estes os elementos fundamentais para compreender a diversidade do ator ONG.

### **3.4 Organizações não governamentais e o sistema internacional**

A relação das ONGs brasileiras com o sistema internacional sempre existiu, mesmo que de forma indireta, através da cooperação internacional. No entanto, cada vez mais, a participação das ONGs vai além das questões nacionais, não somente por sua ligação com as

agências de cooperação, nome geralmente dado às financiadoras estrangeiras, mas sim pelo fato de que as questões globais influenciam nas questões locais e vice-versa.

Para Teixeira (1999), a sociedade civil, na qual as ONGs se inserem, sempre se situou em um determinado território a partir do qual construiu seu espaço de expressão e participação, mas com a globalização esses espaços começam a se expandir e suas ações passam para espaços mundiais. Descobre-se que muitas organizações locais precisam agir globalmente, pois muitos problemas enfrentados localmente são derivados de políticas globais. As ONGs, mesmo as de caráter nacional, com o processo de globalização passam, desse modo, a atuar na esfera internacional.

Scholte (2004c) aponta que a sociedade civil conseguiu que autoridades globais começassem a se preocupar em mostrar o que estavam realizando, colocando em aberto seus projetos, programas e suas políticas. Isso foi feito através do monitoramento das políticas globais, buscando melhorias para as ações realizadas por esses organismos e criando mecanismos formais de *accountability* para a governança global. Certamente isso ainda é muito pouco, mas tem um grande potencial de crescimento (SCHOLTE, 2004c).

O foco principal delas continua sendo a democratização nacional, mas se vêm obrigadas a atuar internacionalmente, pois a dinâmica internacional tem grande força na política doméstica, fazendo com que a democratização do sistema internacional passe a ser também um de seus objetivos, haja vista a interação entre o nacional e o internacional."Vislumbra-se, desta forma, uma tendência a formação de uma sociedade civil que vem exercendo influencia nas decisões internacionais, contribuindo assim, para a democratização do sistema político mundial" (VIEIRA, 2001: 24).

Essa sociedade civil passa a ser vista por muitos teóricos como global. A criação desse novo conceito vem acompanhada por uma grande discussão do que afinal isto significa, quem são esses atores, como é constituído. Existe uma classificação feita por Mary Kaldor, na qual a autora aponta diferentes teorias que se propõem a analisar a sociedade civil e sua ampliação para o global (EVANGELISTA, 2006).

A primeira seria a de tradição kantiana, que trabalha com uma ordem cosmopolita; a segunda seria uma visão marxista; a terceira seria a ativista, que percebe o surgimento de um espaço global que pode ser um espaço de cidadania ativa; a quarta visão é a liberal, que

abraça o conceito do terceiro setor (explicado por nós anteriormente) e, por último, uma visão gramsciana de sociedade civil <sup>19</sup>.

Apesar de toda a teorização feita em torno desse quadro percebe-se ainda que a participação das ONGs nessa lógica acontece de maneira debilitada. Atualmente ainda é necessário pensar como deve ser feita a participação no sistema internacional, tanto na lógica dos organismos multilaterais e da ONU como na criação de novos espaços, como o das redes.

Colocamos-nos diante de um quadro no qual o internacional é muito importante na luta por uma sociedade nacional mais democrática, mas para alcançar uma democrática participação internacional ainda é necessário trabalhar muito na busca das formas mais adequadas e mobilizadoras.

Apontamos aqui três maneiras mais utilizadas pelas ONGs para influenciar politicamente o sistema internacional. Uma é fazendo pressão sobre os Estados, influenciando os governos nacionais nas negociações internacionais. A segunda é através de uma presença ativa como observadora no sistema ONU ou em outros fóruns de debate. A terceira seria através de fóruns paralelos, redes, protestos, articulações e campanhas. Esta última, certamente, também é uma forma de pressão, no entanto ela é feita por diferentes meios e não, necessariamente, através de *lobby*, ou da participação direta no processo das negociações internacionais. Certamente esses três tipos de inserção podem ser realizados pela mesma organização.

As formas de participação que as ONGs irão utilizar dependerá do tipo de organização que elas são, e também de qual organização internacional e Estado estiverem em foco, pois os organismos internacionais e os Estados lidam diferentemente com a participação da sociedade civil.

A discussão sobre as formas de participação das ONGs é o ponto chave para a reflexão aqui proposta, pois, dependendo da maneira como essa atuação acontece, é possível sinalizar o quanto essas organizações fazem parte das forças contra-hegemônicas que discutimos no capítulo anterior, ou o quanto possuem um papel de corroborar com o sistema, ou ainda, o quanto, mesmo tendo a vontade de mudança, acabam sendo cooptadas.

---

<sup>19</sup> Em sua tese de mestrado “A Sociedade Civil na Globalização: visões sobre a idéia de Sociedade civil Global”, 2006, Pontifícia Universidade Católica-SP, Ana Carolina Evangelista faz uma discussão de algumas teorias de relações internacionais que discutem o conceito de sociedade civil global, no qual a autora se baseia na divisão proposta por Mary Kaldor.

Alguns autores, como, Houtart, consideram a participação de uma ONG em qualquer conferência das Instituições Internacionais, não importando a razão imediata, como uma contribuição para a hegemonia dominante, o que, para ele, estaria dificultando a formação de um bloco opositor. Elas estariam, então, colaborando para a manutenção da ordem existente (HOUTART, 2002).

Petras (2001) faz uma divisão entre as ONGs no que se refere a sua forma de ação, divisão esta muito utilizada nas discussões entre os atores que fazem parte das ONGs. O primeiro tipo seria o das ONGs que, abertamente, promovem o neoliberalismo, trabalhando juntamente com o Banco Mundial e outras instituições internacionais e Estados, com o objetivo de suprir as atividades do Estado nas suas funções sociais. Um segundo tipo seria o das ONGs reformistas, estas recebem apoio ou estão ligadas às fundações social-democratas privadas ou a governos mais progressistas. Elas lutam pela correção dos excessos promovidos pelo mercado livre, e com isso propõem regular o capital, reformar a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial. O terceiro grupo é o das ONGs radicais, estas estão envolvidas, por exemplo, com os movimentos antiglobalização, anti-racismo e de solidariedade. Entre este último grupo de ONGs existem diferentes formas de ação, metas e propostas de alternativas, mas seus princípios coincidem (PETRAS, 2001). Nos dias de hoje o termo antiglobalização é bem menos utilizado entre os movimentos da sociedade civil, pois em sua maioria eles se colocam não contra a globalização em si, mas contra a globalização posta.

Uma questão central é que a força internacional das ONGs ainda está muito dispersa e as lutas, ainda que muitas convirjam, são muito diferenciadas nas distintas regiões do globo e entre as próprias organizações. Isso nos mostra quão complexo e controverso é o debate sobre a forma de agir das ONGs no sistema internacional.

Mesmo Vieira, que demonstra a possibilidade de participação das ONGs, também apresenta os riscos que esse tipo de organização corre, pois elas podem ser cooptadas. O autor exemplifica isso citando os grupos de direitos humanos, que, segundo ele, recusam participar das delegações governamentais justamente por terem esse medo (VIEIRA, 1997).

No entanto, como aponta Aguiton, “o movimento social transnacional é o único sujeito de transformação existente orientado para a busca de alternativas globais à ordem mundial

neoliberal que não cai em retrocessos nacionalistas, fundamentalistas ou reacionários” (AGUITON apud GÓMEZ, 2002: 250).

Considerando esse intenso debate sobre as formas de participação internacional desse ator, no próximo capítulo discutimos uma das formas específicas de articulação em rede da sociedade civil e, no caso, das ONGs, que é a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).

Tendo por base o foco centrado nas ONGs, apresentamos uma sistematização limitada delas dentro dos limites do objeto de estudo. Indicamos aspectos de seu percurso histórico na realidade brasileira, no conjunto das relações sociais, bem como a diversidade existente e distintas formas de atuação no contexto internacional, com ênfase nas redes.

## Capítulo IV: Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)

O objeto de estudo deste capítulo é a Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip). A escolha da Rebrip teve por motivação sua relevância sociopolítica no cenário brasileiro e internacional. Ademais, ela foi feita considerando a presença de algumas ONGs importantes em sua constituição. Nesse sentido, a análise da Rebrip, aqui exposta, foi baseada em documentos da própria Rede, e em seu site, bem como nas informações prestadas por entrevistas com membros expressivos dela, cuja maioria trabalha em ONGs.

Neste capítulo, mostro a sua origem, natureza, constituição, objetivos e práticas, desde o ano de sua criação. Para iniciar segue um parágrafo que explica a Rede a partir de suas próprias palavras:

(...) uma articulação de ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas, que atuam sobre os processos de integração regional e comércio, comprometidas com a construção de uma sociedade democrática pautada em um desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável. Estas entidades buscam alternativas de integração hemisférica opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos atualmente em curso (REBRIP, [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br), 2007).

### 4.1 A Criação da Rede

A Rebrip tem origem num processo de mobilização da sociedade civil e de organizações sindicais iniciado desde o lançamento da proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas, em 1994. A idéia de se formar uma Rede veio se consolidando nas conferências de Belo Horizonte (1997), Cúpula das Américas - Terceira Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio<sup>20</sup> e de Santiago do Chile (1998), na Segunda Cúpula das Américas<sup>21</sup> (Cf. REBRIP, 2001).

---

<sup>20</sup> A Terceira Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio aconteceu em 16 de maio de 1997. No site oficial da ALCA encontra-se a declaração conjunta dos Ministros, escrita após o encontro. Free Trade Area of the Americas: [http://www.ftaa-alca.org/ministerials/Belo/Belo\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/ministerials/Belo/Belo_p.asp).

<sup>21</sup> Mais informações sobre o encontro e sua declaração final dos chefes de Estado e de Governo no site: Free Trade Area of the Americas: [http://www.ftaa-alca.org/Summits/Santiago/declara\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/Summits/Santiago/declara_p.asp).



Segundo Kjeld Jacobsen, um dos idealizadores da Rede e atual presidente do Observatório Social <sup>22</sup>,

(...) nesse momento a única organização social que se manifestava com relação ao tema era o movimento sindical, particularmente a ORIT, mas, na verdade, ela tinha uma postura reformista, vamos chamar assim, entre aspas, pois apenas se preocupava com a ausência da participação dos trabalhadores nas negociações e a ausência de qualquer menção de direitos trabalhistas, no âmbito da própria ALCA, daquilo que na época era a ALCA (...) nessa conferência de BH, embora tenham comparecido organizações não governamentais do México, dos Estados Unidos, do Chile, do Brasil não veio quase ninguém a não ser as entidades da sociedade civil de BH que estavam engajados minimamente no processo, mas nenhuma dessas entidades eram de alcance nacional. Estavam basicamente a CUT, CGT, Força Sindical, CONTAG e conseguimos trazer o Atila Roque, do IBASE. (Entrevista com Kjeld Jacobsen, 22 /11/2006)<sup>23</sup>.

Ao analisar documentos da Rede, outro fator que se mostra importante para a criação da Rebrip é a constituição da Aliança Social Continental (ASC)<sup>24</sup>, fundada, em 1997, em Belo

---

<sup>22</sup> “O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional”. *Observatório Social*: [www.observatoriosocial.org.br](http://www.observatoriosocial.org.br). Essa é uma iniciativa da CUT, DIEESE e Unitrabalho, idéia essa que começou a ser desenhada em 1997. Atualmente Kjeld Jacobsen é o presidente do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva.

<sup>23</sup> As entrevistas encontram-se, na íntegra, gravadas em CD, que se encontra em anexo.

<sup>24</sup> Segue um trecho produzido pela própria ASC sobre quem são: “La Alianza Social Continental (ASC) es un foro de organizaciones y movimientos sociales progresistas de las Américas, creado para intercambiar información, definir estrategias y promover acciones conjuntas, todo ello acaminado a la búsqueda de un modelo de desarrollo alternativo y democrático, que beneficie a nuestros pueblos. La ASC es un espacio abierto a las organizaciones y movimientos interesados en cambiar las políticas de integración a nivel hemisférico y en promover la justicia social en las Américas. La iniciativa para crear la ASC surgió del foro de la sociedad civil realizado en mayo de 1997 en Belo Horizonte, Brasil, de forma paralela a una reunión de ministros de comercio del hemisferio, efectuada a su vez en el marco de las negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA). La propuesta de impulsar la construcción de la ASC fue aprobada por los participantes en la Cumbre de los Pueblos de las Américas realizada en Santiago de Chile en abril d 1998. La Alianza Social Continental se constituyó formalmente en abril de 1999, en una reunión celebrada en San José, Costa Rica, en la que se definieron la misión, los objetivos y la estructura del nuevo espacio de articulación ciudadana en el hemisférico. Nuestros objetivos: Fortalecer a la sociedad civil en los países de las Américas; ser reconocidos como un movimiento dinámico que puede movilizar a sus miembros y donde los diferentes puntos de vista y posiciones de la sociedad civil se pueden ver representados; impulsar acciones a partir de estrategias comunes, al tiempo que se respeta la diversidad; apoyar y fortalecer los esfuerzos de diferentes sectores sociales, a nivel nacional y regional; promover el respeto de los estándares básicos aprobados por la Organización Internacional del Trabajo (OIT); promover el respeto a todos los derechos reconocidos en los diversos instrumentos internacionales vigentes. Grupo Coordinador: Common Frontiers/Canadá; Iniciativa Civil para la Integración Centroamericana (ICIC); Réseau Québécois Sur l’intégration Continentale (RQIC)/Québec; Alliance for Responsible Trade/Estados Unidos; Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RMALC); Congreso

Horizonte, por movimentos sociais de toda a América, durante a já citada terceira reunião de ministros de comércio exterior, no Fórum Nossa América. Segundo tais documentos, a ASC seria uma resposta da sociedade à ausência de transparência na condução das negociações da ALCA, que vêm sendo realizadas sob a liderança do governo dos Estados Unidos (Cf. REBRIP, 2001). Segundo Gonzalo Berrón, da Aliança Social Continental (ASC) e da coordenação atual da Rede, “a Rebrip é o capítulo brasileiro da Aliança” (Entrevista com Gonzalo Berrón, 20/12/2006) e, reafirmando tal idéia, Kjeld Jacobsen, ao falar sobre a criação da Rede, mencionou que, visto a Aliança Social Continental ser formada por Redes nacionais, era preciso criar uma Rede brasileira, no caso, a Rebrip.

Segundo Edélcio Vigna, da coordenação do Grupo de Trabalho Agricultura e do INESC<sup>25</sup>, organização que faz parte da Rede desde sua criação, a Rebrip nasce para fazer uma contraposição aos acordos e aos tratados de livre-comércio, e, portanto, fazendo um paralelo com o plano nacional, ela se contrapõe à visão neoliberal do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que governou o país por dois mandatos (1994 -2001) (Cf. Entrevista com Edélcio Vigna, 22/01/2007).

O passo concreto inicial para criação da Rebrip foi dado na Conferência "Democracia, participação e dimensão social nos acordos de integração", realizada em dezembro de 1998. Nessa conferência houve uma grande participação de entidades do movimento sindical e da sociedade civil, mostrando interesse em apoiar a Conferência e participar do lançamento da Rede (Cf. REBRIP, 2001).

Por fim, a Rebrip foi criada a partir da iniciativa conjunta da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE; Conselho Regional de Economia/RJ - CORECON, Centro de Estudos e Ação da Mulher "SER MULHER", Instituto

---

Latinoamericano de Organizaciones Campesinas (CLOC); Red Brasileña para la Integración de los Pueblos (Rebrip); Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT)". Aliança Social Continental: [www.asc-hsa.org](http://www.asc-hsa.org).

<sup>25</sup> “Criado em 1979, o Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc atua, em todos os seus projetos, com duas principais linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento da democracia representativa e participativa visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional". (...) O Inesc acredita no trabalho em rede e participa de inúmeros fóruns, redes e articulações sociais nacionais e internacionais. (...) Além de atuar nacionalmente, o Inesc intervém em espaços públicos internacionais de pressão por democratização de instituições de governança global, assim como nos espaços regionais, buscando a ampliação e o reconhecimento pleno dos direitos humanos”. INESC: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br).

de Estudos Sócio-econômicos - INESC, e CEPIA/Fórum da Sociedade Civil nas Américas. Nesse início foi constituída uma Secretaria Executiva Provisória composta pelas seguintes instituições: CUT, SER MULHER, CEPIA e FASE, tendo como o primeiro Secretário Executivo Renato Martins (Cf. REBRIP, 2001).

O segundo encontro organizado pela Rede após sua criação foi o Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo, Europa, América Latina e Caribe, em junho de 1999, no Rio de Janeiro. Tal encontro foi realizado paralelamente à Cúpula União Européia, América Latina e Caribe.

Em 2000, a Rebrip dedicou-se a organizar outras atividades, como o Fórum Continental “ALCA: Atores sociais e políticos nos processos de integração”, no Parlatino, em São Paulo.

Apesar de ter sido criada em 1998, somente nos dias 13 e 14 de setembro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, é que foi formalizada a fundação da Rebrip, durante sua Primeira Assembléia. Nesse encontro foram eleitas a coordenação e a secretaria executiva, além de terem sido aprovados o planejamento de atividades e o Estatuto da Rede (Cf. Rebrip, 2001). As entidades que compunham a Secretaria Executiva Provisória eram: CUT – Central Única dos Trabalhadores; SER MULHER; FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação/ Fórum da Sociedade Civil nas Américas.

## **4.2 A conjuntura internacional quando foi criada a Rebrip**

“Foi como eu falei... a Rebrip, ela nasce no contexto da ampliação da globalização” (Entrevista com Edécio Vigna, 22/01/2007). Essa constatação de Edécio Vigna, da coordenação do GT Agricultura, reflete bastante a ligação da criação da Rede e a conjuntura da década de 1990. Segundo ele, a Rede foi criada no bojo da expansão da globalização, e para ele se não houvesse globalização provavelmente não haveria Rebrip. E essa ligação é ainda mais visível quando lembramos um dos objetivos da Rede, a de que precisa “explorar as dimensões positivas do processo de globalização” (Rebrip, 2001), mostrando assim que a Rebrip existe, pois luta contra a forma de globalização existente, mas também utiliza, segundo Edécio, de aspectos positivos dessa globalização para existir. Isso reforça uma idéia por nós explicada no primeiro capítulo, a de processo e projeto da globalização. Notamos que a Rede

se posiciona contrária ao projeto atual de globalização, mas considera positivo utilizar alguns aspectos do processo da globalização. Além de expressar a idéia de sociedade em rede baseada na informação (CASTELLS, 1999b).

Segundo Adhemar Mineiro, assessor da Coordenação Geral da Rede e do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)<sup>26</sup>, a Rebrip foi fundada no final dos anos 90 num período de resistência ao processo dos acordos comerciais existentes desde a primeira metade da década. As manifestações de Seattle evidenciaram uma possibilidade de resistir com sucesso a esse processo, no caso específico com relação à OMC. As entidades participantes da Rebrip se relacionavam com esse processo de resistência, como organizações individuais que tinham ligações internacionais. No que diz respeito às Américas, em particular, esse momento de resistência tomou forma na luta das entidades do continente americano contra a ALCA. A Rede passa a posicionar-se como uma força de resistência aos acordos comerciais, buscando uma outra forma de integração (Cf. Adhemar Mineiro, 05/12/2006).

Adhemar Mineiro também destaca que o final da década de 90 foi marcado por um modelo de processo de integração regional, definido por governos, organismos multilaterais e grandes empresas multinacionais. Diante de a uma abertura indiscriminada do país, a sociedade brasileira passa a defrontar-se com os fatores negativos do comércio desregulado. O que, por fim, potencializa as ações dos movimentos de resistência contra esse modelo de processo de integração regional (Cf. IDEM, 05/12/2006).

No início de sua existência a Rebrip foi muito estimulada pela Aliança Social Continental e pela questão regional da ALCA. No entanto, passado algum tempo, começou-se a perceber que qualquer articulação, qualquer acordo internacional gerava impactos nas políticas regionais e na política nacional. Dessa forma, segundo Edécio Vigna,

eles [membros da Rebrip] consideraram que, sendo organizações da sociedade civil, do campo democrático, deveriam entrar nessa disputa e ir para Seattle, para Cancun, para Hong Kong, para onde estivesse a ministerial da OMC e se colocar juntamente com as organizações e redes de outros continentes, ou então, nós

---

<sup>26</sup> “Desde 1955, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos vem desempenhando o papel para o qual foi criado pelo **Movimento Sindical** : desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores brasileiros”. DIEESE: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

iríamos sofrer todos os impactos sem reação. Então nós da Rebrip adotamos essa linha de somar rede por rede e fazer essa pressão em cima da OMC (Entrevista com Edélcio Vigna, 22/01/2007).

Kjeld Jacobsen, ao ser perguntado sobre a relação da criação da Rebrip com a conjuntura internacional, responde dizendo que a ligação é evidente,

... pois o que motivou a criação da Rede foi uma série de eventos também com caráter internacional. Existia essa onda de liberalização comercial que implicava no início de uma nova rodada de negociações na OMC. Ao mesmo tempo em que havia Seattle, paralelamente havia as negociações da ALCA, sempre nessa perspectiva do livre comércio. Então, a reação do movimento social das Américas também foi, assim como em Seattle, tentar se organizar em Rede (Entrevista com Kjeld Jacobsen, 22 /11/ 2006).

Para Sérgio Schlesinger, da coordenação do GT Comércio e Meio Ambiente e assessor da FASE<sup>27</sup> e membro da FBOMS<sup>28</sup> (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), a criação da Rebrip aconteceu, pois era uma necessidade dos brasileiros ter uma rede que discutisse essa temática, mas certamente a conjuntura internacional também estimulou tal criação (Cf. Sérgio Schlesinger, 09/01/2007). Nessa mesma linha, Graciela Rodriguez, da ONG Instituto Equit<sup>29</sup>, da coordenação do GT Gênero,

---

<sup>27</sup> “A FASE busca a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos. (...) O projeto atual da instituição tem como enfoque central o desenvolvimento de ações de exigibilidade de direitos, buscando enfrentar o quadro de desigualdades sociais que caracteriza o Brasil. Através de projetos educativos e de políticas de exigibilidade as iniciativas e ações propostas combinam estratégias de atuação nacional e local, incidindo concretamente na qualidade de vida das populações urbanas e rurais, atingindo diretamente redes e fóruns de ONGs e movimentos sociais, centenas de organizações populares e cerca de 30 mil famílias em situação de risco social.” FASE: [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br).

<sup>28</sup> “O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado em 15 de junho de 1990 visando facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92. Neste processo, por sua estrutura e forma democrática e participativa de trabalhar, o FBOMS se consolidou, firmando-se no seu papel de interlocução com outros atores sociais nacionais e internacionais importantes. Após a Rio-92, os membros do FBOMS decidiram por sua continuidade na perspectiva de consolidação do espaço de articulação existente. Desta forma, surgiram redes e grupos de trabalho para acompanhar e participar da implementação dos acordos da Rio-92 e seus desdobramentos, bem como, para promover a inserção do FBOMS na formulação de políticas públicas. Cabe destacar que o FBOMS desde a sua criação sempre conseguiu agregar tanto as organizações não-governamentais, na sua grande maioria de pequeno e médio porte, como também os movimentos sociais (sindicatos, populações tradicionais e indígenas, associações comunitárias, entre outros)”. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: [www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br).

<sup>29</sup> O Instituto Equit trabalha com o seguinte objetivo “O fortalecimento e organização das mulheres contribuindo para sua autonomia e apoiando sua atuação nos âmbitos públicos. Construção de relações sociais equitativas e democráticas, dando visibilidade à inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho em função de suas responsabilidades na reprodução social, contribuindo com a superação do modelo econômico neoliberal que

membro da Coordenação Geral e também umas das pessoas envolvidas na criação da rede, constata que a criação da Rebrip se deu por uma necessidade de debater a temática no âmbito continental e que mesmo tendo, alguns dos membros, participado das manifestações de Seattle, ninguém participou como representante da Rebrip. Tal participação, nesses espaços, somente se fortaleceu em 2003 (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

No que se refere à globalização, de acordo com documentos da Rede, os movimentos sociais consideram que ela, assim como está colocada, promove projetos excludentes em benefício das elites. Por outro lado, afirmam que a integração deve acontecer, mas precisa ser realizada em conjunto, e não pautada pelos interesses econômicos do grande capital e dos governos das grandes potências (Cf. REBRIP, 2001).

A visão de Kjeld Jacobsen, que vem reforçar argumentos já colocados, é a de que a globalização, se por um lado tem aspectos positivos que favorecem os meios de comunicação, os meios de transporte para a organização da Rede, por outro é essa mesma globalização, nesse caso vista de forma negativa, que incentiva o livre comércio e dá o mote da Rede. Isso acontece, como já explicamos, porque existe um processo de globalização que é dominado por um determinado projeto (Cf. Kjeld Jacobsen, 22/11/2006).

Essa aparente contradição é bem evidenciada na fala de Gonzalo Berrón, vejamos: “A natureza dos movimentos sociais muitas vezes é essa, os movimentos sociais emergem para lutar por um direito, e quando o direito é obtido pronto, acaba!” (Entrevista com Gonzalo Berrón, 20/12/06). Sabendo dessa contradição, segundo Gonzalo, os movimentos da Rede devem colocar em pauta de debate como continuar seu trabalho no caso em que aquilo pelo qual estejam lutando seja alcançado, se seria visando à integração, ou mesmo construindo um espaço de coordenação. Seria o mesmo que perguntar como realizar um projeto alternativo no caso de o projeto dominante ser derrubado.

### **4.3 Após a formalização: uma estrutura definida**

A Rebrip é constituída por três instâncias. A primeira é a Assembléia Geral, instância máxima da Rede, que se reúne uma vez a cada dois anos. As funções da Assembléia são:

elaborar as políticas de atuação; avaliar o Programa de Ação dos dois anos anteriores e aprovar o Plano dos próximos dois anos, que é elaborado pela Coordenação Geral; aprovar a entrada de novos membros e, por último, nomear a Secretaria Executiva.

A segunda instância é a Coordenação Geral responsável por orientar politicamente a Rede, respeitando as indicações dadas pela Assembléia Geral. Ela é composta por um número ímpar de associadas efetivas escolhidas na Assembléia Geral, e tem um mandato de dois anos. Os critérios de escolha dessa coordenação são: setorial, temático e regional. Ela precisa se reunir no mínimo quatro vezes ao ano e funciona com *quorum* mínimo de sete dos seus membros.

As tarefas da Coordenação Geral são: elaborar o plano de ação da Rede; fazer projetos de captação de recursos; orientar a Secretaria Executiva e trabalhar em conjunto com ela nas atividades da Rede; definir a representação da Rede em eventos nacionais e internacionais e sugerir para a Assembléia mudanças na estrutura da Rede.

A Secretaria Executiva é quem realiza os trabalhos da Rede. As funções da Secretaria são as seguintes: realizar as atividades da Rede, baseando-se na decisão da Coordenação Geral e de acordo com o planejamento definido pela Assembléia Geral; apresentar um relatório anual; levantar e disseminar informações; promover e estimular ações de incidência política e a mobilização de ONGs, entidades sindicais e movimentos sociais; apoiar campanhas e facilitar a articulação da Rede com outras iniciativas de entidades regionais, nacionais ou internacionais; identificar atividades importantes para a Rede em torno de temas da conjuntura e, por fim, convocar as reuniões da Coordenação Geral com no mínimo 15 dias de antecedência.

#### **4. 4 O formato Rede**

Ao se referir sobre a decisão do formato Rede, para esta iniciativa, Kjeld Jacobsen afirma ser essa a maneira mais eficaz e flexível de se permitir um trabalho conjunto das entidades, pois é possível traçar um objetivo e, a partir dele, independentemente de outros pontos divergentes, dirigir as ações de maneira conjunta. Assim, para o entrevistado: "... se você tentar transformar isso numa coisa unitária você nunca vai conseguir. Então, quando é

uma Rede, que cada um preserva sua autonomia e trabalha junto somente naquelas questões consensuais, daí funciona” (Entrevista com Kjeld Jacobsen, 22/11/06).

Segundo Gonzalo Berrón, da Aliança Social Continental (ASC), esse formato organizacional foi inspirado em um modelo já existente no Canadá, nos Estados Unidos e no México. Sendo assim, considera a Rebrip “(...) uma Rede multissetorial que trabalha com questões de livre-comércio” (Entrevista com Gonzalo Berrón, 20/12/06).

Corroborando com Gonzalo Berrón, Adhemar Mineiro diz que a criação da Rede se espelha na experiência que alguns dos seus criadores tinham com outras articulações. Segundo ele, justifica-se a utilização desse formato, pois o tema de comércio e integração apenas tangencia a agenda das instituições. Dessa forma, “(...) criar alguma coisa mais orgânica seria muito difícil, a forma Rede expressa melhor essa idéia de um processo de coalizão de veto” (Entrevista com Adhemar Mineiro, 5/12/06).

Em sua fala Nalu Faria, da coordenação do GT Serviço e da ONG SOF – Sempre Viva Organização Feminista<sup>30</sup>, faz uma explicação bem ilustrativa desse formato de organização, na qual diz que a idéia de rede é de um modelo mais flexível, que permite trabalhar através de pontos focais, dando a possibilidade de se estabelecer um contato mais horizontal e permitindo a participação de diferentes tipos de atores, independentemente do peso social e do formato. No entanto, mesmo com as características acima colocadas, ela foi a única a afirmar que a Rebrip tem mais formato de associação do que de rede, se comparando com outras redes de que faz parte (Cf. Nalu Faria, 05/01/2007).

Por fim, concluímos com uma idéia de Graciela Rodriguez: Rede é uma forma de articulação política e de convivência de posições que cria um espaço para debates (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/07).

---

<sup>30</sup> A organização se coloca como: “A **SOF** é uma organização não governamental feminista em funcionamento desde 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional. **Nosso objetivo** é contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres.” SOF Sempre Viva Organização Feminista: [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)



## 4.5 Os objetivos gerais da Rede

A Rede Brasileira Pela Integração dos Povos diz em seus documentos que é possível alterar a lógica predominante dos atuais acordos de comércio. Para tanto, as organizações da sociedade civil não podem permanecer excluídas ou, como ocorre com algumas iniciativas regionais, incorporadas apenas formalmente, sem nenhum peso na tomada de decisões em negociações que afetam o conjunto da sociedade. Segundo a Rede, a democratização das negociações é uma condição necessária para alterar a lógica dos acordos de integração. No entanto, considera que somente isso não é suficiente, pois também é preciso existir preocupações sociais, trabalhistas e ambientais nos acordos. Para a Rede, o comércio e os investimentos devem se subordinar aos projetos de desenvolvimento nacional definidos democraticamente pelas sociedades (REBRIP, [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br), 2007).

O projeto de construção da Rede baseia-se na necessidade de maior participação e intervenção da sociedade civil e das organizações sindicais nas decisões sobre os acordos de integração, buscando promover a sensibilização, o envolvimento e a maior colaboração de diferentes setores sociais nos processos de integração.

Ao analisar informações obtidas em documentos da Rede consideramos fundamental mencionar os objetivos que a Rebrip coloca para si.

- **assumir uma postura propositiva**, capaz de explorar as dimensões positivas do processo de globalização, incorporando as dimensões política e cultural no sentido de uma compreensão que não fique restrita aos aspectos financeiros e comerciais;
- **articular e potencializar** a formulação de propostas alternativas para a construção de um modelo de integração social e econômica baseado no desenvolvimento sustentável, na justiça social e na solidariedade;
- **incorporar a dimensão multissetorial** excluída das negociações oficiais de temas que concernem a toda a sociedade, como é o caso dos direitos humanos, meio ambiente, direitos trabalhistas, mulheres, populações indígenas, imigrantes, trabalhadores rurais, e outros;
- **ampliar o debate e pressionar por espaços democráticos** de participação da sociedade civil e das organizações sindicais nos processos decisórios dos acordos de integração;
- **atuar em parceria** com organizações sociais e sindicais dos países membros do Mercosul, com o objetivo de construir a Aliança Social Continental em âmbito regional;

- **divulgar estudos e informações** sobre os processos de integração de modo a sensibilizar a sociedade da importância de fiscalizar os governos e pressioná-los a não assinar tratados que representem riscos sociais, trabalhistas e ambientais (REBRIP, 2001: 05).

Tentando alcançar esses objetivos a Rede possui um olhar voltado, em especial, para algumas organizações específicas, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além de acordos entre o Mercosul e a União Européia (UE).

#### **4.6 A Consolidação da Rede**

Em novembro de 2002 a Rebrip promoveu um Seminário Nacional - “Alternativas para um modelo de Integração social e econômica”, com o objetivo de consolidar as posições, propostas e diversas visões setoriais trabalhadas pelas oficinas realizadas regionalmente. Tal seminário tinha o objetivo de formular documento contendo a posição do maior número possível de organizações da sociedade civil brasileira e do movimento sindical sobre Mercosul, ALCA, UE/Mercosul, OMC e outros acordos em negociação, além de elaborar alternativas para um modelo de integração social e econômica.

Esse seminário aconteceu em um momento no qual a Rede já não trabalhava em torno da sua criação, mas sim em como se fortalecer, se capacitar, crescer e trazer mais membros para a sua causa.

De acordo com o relatório das atividades do período de dezembro de 2001 a dezembro de 2002, as áreas mais trabalhadas durante esse processo de consolidação institucional foram:

##### *1) Capacitação em temáticas que envolvam comércio internacional*

A Rebrip produziu publicações e documentos, e realizou oficinas e outros eventos de formação, buscando ampliar o debate sobre comércio internacional entre as organizações da sociedade civil, com o objetivo de fazer com que estas incluíssem em suas agendas esse tema. Nesse mesmo ano iniciou-se a construção de um site que ficou pronto no final de 2002.

##### *2) Debate público, pressão política e incidência*

A estratégia da Rebrip foi a de participar em ações, mobilizações e campanhas contra a ALCA, além de atividades de pressão e incidência sobre o governo e a opinião pública, de modo a influenciar os rumos do processo negociador tentando, por exemplo, evitar que certos temas e setores sigam sendo objeto de negociação.

### *3) Estruturação da secretaria executiva*

Nesse período a Rede organizou uma secretaria que possui uma estrutura mínima, com sede na FASE, cuja secretária executiva, Fátima Mello, foi nomeada na I Assembléia de setembro de 2001.

As publicações realizadas nesse período foram: Cartilha: *Por Que Dizer Não à ALCA*; Dossiê: *Serviços Para Quem Precisa?*; Estudo do Prof. Dalmo Dallari: *A ALCA e o Comércio de Serviços*; Brochura GATS: *A OMC a Serviço da Desigualdade*.

### *4) Ampliação da estrutura de membros da Rede*

Inicialmente a Rebrip pensava na ampliação de seus membros através da realização de oficinas regionais de capacitação. Essa estratégia, no entanto, acabou sendo substituída pela criação de grupos de trabalho (GTs) temáticos.

## **4.7 Os Grupos de Trabalho como meio de ampliação da Rede**

Segundo Edélcio Vigna, era preciso haver participação da Rede tanto do lado de fora das negociações oficiais como do lado de dentro, e para isso era necessário que esse grupo interno fosse muito bem-qualificado e possuísse informações técnicas, informações políticas, e fosse conhecedor do contexto político e de comércio internacional. Era, pois, necessário que a Rebrip criasse áreas e espaços especializados de discussão, surgindo assim a necessidade de se criarem os GTs (Cf. Edélcio Vigna, 22/01/2007).

Frente à experiência bem-sucedida do GT Agricultura, a coordenação decidiu investir na criação de outros GTs, que tratassem de temas cruciais das negociações no âmbito da ALCA e da OMC, e que fossem capazes de despertar o interesse de entidades, as quais, embora não trabalhassem com o tema do comércio internacional, viam-se desafiadas a fazê-lo, já que em suas áreas de atuação os impactos dessas negociações estavam sendo bastante

sentidos. Ao longo de 2002, além do GT Agricultura, a Rebrip criou os seguintes Grupos de Trabalhos: Serviços, Propriedade Intelectual, Comércio e Meio Ambiente, e Gênero. Embora cada GT tenha sua dinâmica específica de funcionamento, e cada um se encontre em estágios diferenciados de estruturação, a estratégia de sua criação tem sido avaliada pela coordenação como bastante positiva, já que participam dos GTs um amplo conjunto de entidades que não tinham contato anterior com a Rede.

O que podemos notar, tanto através dos documentos produzidos pela Rede como pelas falas dos entrevistados, é que os GTs são e foram fundamentais para o fortalecimento da Rebrip. E, segundo Nalu Faria, eles foram surgindo a partir das necessidades temáticas que foram aparecendo e são muito diferentes em amplitude e em articulação, assim como na sua especificidade. Isso fica claro ao olharmos o GT Agricultura, que segundo a entrevistada pode ser chamado de um “super GT”. Isso acontece não somente pelo peso dos movimentos internos, mas também pelas agências que participam, como Oxfam<sup>31</sup> e a Actionaid<sup>32</sup>, significando um apoio permanente.

Gonzalo Berrón aponta que os GTs funcionam muito bem e são essenciais. É no espaço dos GTs que existem representantes de diversas entidades, e não na coordenação; a coordenação, por sua vez, decide os rumos gerais da Rede, e não há como acompanhar cada negociação e cada discussão, o que aconteceria se ela fosse muito ampla (Cf. Gonzalo Berrón, 20/11/2006).

---

<sup>31</sup> Segue uma definição do trabalho realizado pela a organização no Brasil; este trecho foi extraído do próprio site “Atuamos no Brasil desde 1958. Atualmente contamos com um escritório nacional localizado em Recife, capital do estado de Pernambuco, e um escritório de Advocacy e Campanhas em Brasília.

Estamos implementando cinco programas junto com 46 entidades parceiras, entre as quais existem organizações de base, grupos de comunidades, sindicatos, organizações não governamentais locais e nacionais e diversas redes e movimentos sociais. Nossos programas estão centrados basicamente no desenvolvimento sustentável de longo prazo, mas também compreendem ações de advocacy, campanhas e trabalho humanitário em situações de emergência. No Brasil, a Campanha Comércio com Justiça prioriza os temas de propriedade intelectual, com ênfase nos medicamentos, commodities, sobretudo o café, agricultura (dumping, subsídios e políticas locais), investimentos e os acordos de integração, incluindo a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA”. OXFAM: [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org).

<sup>32</sup> “A ActionAid foi fundada na Inglaterra, em 1972, como uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa.

Hoje, passados 30 anos, estamos presentes em mais de 35 países atuando com nove milhões de pessoas nas regiões mais pobres do planeta. Nosso papel cresceu e se transformou, passando a ser o de colaborar no desenvolvimento local sustentável, buscando conjuntamente soluções e construindo ferramentas para a superação das situações de pobreza. (...) A ActionAid Brasil é uma organização não governamental, membro da ActionAid Internacional, atuando no país desde 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Nestes anos de trabalho contínuo no país, estabelecemos parcerias estratégicas com importantes atores engajados na luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, como movimentos sociais, organizações não governamentais e órgãos públicos. Em nossas ações e reflexões sempre buscamos articular os níveis local e global. Atualmente, apoiamos projetos de desenvolvimento local em diferentes regiões do país e participamos ativamente de diversas redes e de campanhas pela garantia dos direitos das populações mais empobrecidas e excluídas”. Actionaid: [www.actionaid.org.br](http://www.actionaid.org.br)

Nalu Faria indica que uma das funções importantes dos GTs é a mobilização. Por exemplo, para ela, a Rebrip conseguiu chamar para o debate grupos que durante a campanha contra a ALCA<sup>33</sup> não se envolveram, e neste caso se envolveram devido à Rede. Isso se dá justamente pela composição plural da Rede. Além dessa função de mobilização, a entrevistada também ressalta que a Rede é um espaço de reflexão, de produção de conhecimento e de *lobby* (Cf. Nalu Faria, 05/01/2007).

Um dos problemas apontados por Renata Reis, da coordenação do GT Propriedade Intelectual e da ONG ABIA<sup>34</sup>, sobre os GTs é que eles funcionam muito bem, mas existe uma certa dificuldade no momento de interação. Constata que quando se trata de uma reunião de coordenação as discussões são muito ricas, pois normalmente a coordenação tem claro o que está acontecendo nos outros GTs, mas, existe alguma dificuldade nas trocas entre os membros dos GTs que não estão na coordenação, pelo pouco conhecimento do que se passa no resto dos grupos.

Tendo apontado o porquê do surgimento dos GTs e feito um apanhado geral sobre sua importância, faremos a seguir uma breve explicação de cada GT. Essas explicações estão baseadas em documentos da Rede e entrevistas feitas com um coordenador de cada GT que faça parte de ONGs.

#### **4.7.1 GT Agricultura**

No GT Agricultura fizemos uma entrevista com Edécio Vigna, que está na coordenação tanto do GT Agricultura como da Rebrip, e trabalha em uma ONG, o INESC. Essa ONG faz parte da Rede desde o momento de sua fundação.

O Grupo de Trabalho em Agricultura da Rebrip foi formado em 2001, tendo como seu primeiro objetivo monitorar e influenciar os acordos realizados pelo governo brasileiro em rodadas de negociações comerciais agrícolas internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Européia-Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Dessa forma, o GT de Agricultura tem participado em reuniões com o Itamaraty, no Grupo de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e de Serviços (GICI) –

---

<sup>33</sup> Minga/Mutirão Informativo. <http://movimientos.org>. Acesso em: 2006

<sup>34</sup> Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. [www.abiaids.org.br](http://www.abiaids.org.br). Acesso em: 2007

espaço de discussão sobre a OMC; na Seção Nacional da ALCA SENALCA - Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Área de Livre Comércio das Américas; e SENEUROPA - Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Associação Inter-Regional Mercosul - União Européia.

Edélcio Vigna, ao ser perguntado sobre como o GT trabalha, nos disse que o grupo busca se informar e se qualificar sobre as negociações na agricultura e também buscar informações sobre como o governo está reagindo com relação às negociações da OMC; percebendo, assim, quais os setores do governo que são favoráveis ao agronegócio, quais os que se alinham com as propostas dos EUA, da União Européia, e quais os setores do governo que acham que esse alinhamento não deve ser automático, mas deve ser um alinhamento mais crítico. Tendo essa visão de conjunto o GT passou, então, a trabalhar com os grupos que têm posições mais críticas ao agronegócio e aqueles que consideram importantes outros setores da economia, seja da agricultura familiar camponesa ou até mesmo setores empresariais e setores não-agrícolas, mas com afinidades com a Rebrip (Cf. Edélcio Vigna, 22/01/2007).

Um exemplo sobre esse trabalho em conjunto foi o de um seminário realizado antes da Quarta Reunião Ministerial da OMC, em Cancun em 2003, no qual foi feita uma grande discussão que envolvia setores do Itamaraty, setores da diplomacia brasileira, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, setores do Parlamento e do Congresso Nacional. Desse seminário foi tirado um documento, assinado pelos participantes e levado para Cancun.

Algumas das publicações do GT de Agricultura são: “Segurança alimentar, comércio internacional e agricultura familiar” - Actionaid Brasil, 2001, texto que trabalha com a questão do impacto da liberalização comercial na agricultura familiar brasileira; “Agricultura, meio ambiente e acesso ao mercado internacional: para quê e para quem?” - Actionaid Brasil, 2002, texto que discute os riscos, potencialidades e impactos para a agricultura familiar e para o meio ambiente no acesso brasileiro ao mercado internacional. Além dessas publicações o GT de Agricultura realizou seminários com as principais organizações de representação da agricultura familiar, como, por exemplo, CONTAG, MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e com representantes do Ministério das Relações Exteriores.

Uma das principais críticas do GT é feita ao Ministério da Agricultura e de Relações Exteriores, pois, segundo o grupo, existe atualmente uma intensa cultura de exportação. Em

oposição a essa visão, o GT defende a elevação dos padrões de sustentabilidade e o aproveitamento do potencial exportador da agricultura familiar, garantindo o abastecimento interno com produção de qualidade, que, segundo eles, tem aceitação por parte de consumidores de mercados exigentes, como o europeu (REBRIP, [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br), 2006).

O Grupo de Trabalho em Agricultura da Rebrip é integrado pela Actionaid Brasil, Fase, Ibase, OXFAM, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), Terra de Direitos, FETRAF, INESC, Instituto Equit, Instituto Terra Azul, WWF e outras organizações não especificadas pela a Rede.

#### **4.7.2 Comércio e meio ambiente**

Assim como nos demais GTs, a inclusão está aberta a todos os interessados, com o objetivo de ampliar o debate junto aos diversos segmentos da sociedade civil. A coordenação do GT é feita pela Fase, na pessoa de Sérgio Schlesinger que foi entrevistado por nós, e pelo Instituto Terrazul, com apoio institucional da Actionaid.

O Grupo de Trabalho Comércio e Meio Ambiente foi criado em 2001, visando estimular o debate e a participação da sociedade civil brasileira no tema do comércio internacional, seus impactos sociais e ambientais. Sua atenção está especialmente voltada para as negociações internacionais que visam a crescente liberalização dos padrões de comércio, como as que se dão no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC e da criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

O grupo se posiciona no debate mostrando como o tema do Comércio está ligado às questões ambientais. Segundo Sergio Schlesinger, o GT é importante, pois realiza estudos, divulga informações, aprofunda algumas temáticas, realiza atividades de pressão, organiza seminários. No entanto, não são muitas as organizações que fazem parte do GT, pois na sua opinião, elas participam e se desligam constantemente, visto que meio ambiente não é uma temática direta das discussões de comércio. Isso faz com que o grupo seja transversal, circulando em vários outros âmbitos, tentando incluir a questão ambiental na discussão. No final acabam tendo mais contato com o GT Agricultura. Outro fator que faz com que o GT tenha força, na opinião de Sérgio, é a participação da OXFAM e da Actionaid dentro dele.

Um sério problema apontado por Sérgio é que ainda existe um consenso na sociedade brasileira - e de certa forma dentro mesmo da Rebrip - de que defender a preservação do meio ambiente somente atrapalha o desenvolvimento do país. Por exemplo, ele brincou, “às vezes parece que eles falam vamos colocar o povo do meio ambiente numa salinha separada e, nós adultos, vamos fazer a reunião” (Entrevista com Sergio Schlesinger, 9/01/07).

Segundo o site da Rede, a questão ambiental é, em geral, tratada de maneira absolutamente separada da temática socioeconômica. Para os que se dedicam a esta última, o meio ambiente é, também com frequência, “assunto para ambientalistas”. Já os ambientalistas tendem, muitas vezes, a assumir esta suposta especialização, dedicando-se a temas como o das normas ambientais que regem o comércio internacional, sem questionar solidamente os danos socioambientais que a liberalização desenfreada do comércio traz em seu próprio bojo. A tarefa de integrar essas temáticas é um dos desafios que o GT Comércio e Meio Ambiente se propõe enfrentar.

Em 2002, a partir das prioridades definidas pela Rebrip e pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento/FBOMS, organização na qual o GT faz parte, ele direcionou suas atividades para as questões relativas à ALCA e à OMC, assim como da realização da Rio+10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

O GT contribuiu com a elaboração de textos sobre o tema Comércio e Meio Ambiente para a cartilha da Rebrip: “*Alca Não!*”, para o livro “*Brasil 2002: A Sustentabilidade que queremos*”, elaborado pelo FBOMS.

Mais recentemente o GT elaborou dois estudos de caso sobre produtos brasileiros voltados para a exportação, cuja produção causa fortes impactos sociais e ambientais: um deles - realizado em colaboração com o GT Energia do FBMOS e o Projeto Brasil Sustentável e Democrático - sobre produtos com um elevado consumo de energia (como alumínio, papel e celulose, etc.) e o outro sobre a criação de camarões marinhos.

Os membros desse GT são: Actionaid, Amavida, CEA, Cedeia/UNEAP, CUT Nacional, Ecofund, Ecotopia, Fase, Gérmen, GTA, Idec, Imah, INESC, Instituto AMA, Instituto Carnaúba, Instituto Terrazul, MAB Nacional, Rede Brasileira de Hip Hop / MCR, Os Verdes, SOS Mata Atlântica e WWF Brasil.



### 4.7.3 GT Gênero

O GT Gênero atualmente é coordenado pelo Instituto Equit, com a participação de Graciela Rodriguez, uma de nossas entrevistadas. Essa ONG se formou com a divisão que aconteceu com a ONG Ação da Mulher "SER MULHER", que fez parte da fundação da Rebrip.

A entrevistada argumentou que o envolvimento, tanto com relação ao conteúdo como com relação à ação das organizações em cada um dos temas, é muito diferente e dessa forma os GTs abarcam essa lógica aproveitando a diversidade de interesses. O mesmo acontece no GT gênero, existe uma grande diversidade de organizações que trabalham com temas os mais diversos possíveis, desde temas rurais, ou água, economia, saúde, etc. (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

O GT acredita que os efeitos das políticas comerciais não têm sido "neutros" em termos de gênero e os efeitos da liberalização econômica e as privatizações têm afetado a vida das mulheres. Dessa forma as políticas de ajuste estrutural e a liberalização comercial promotoras do Estado "mínimo", que tem impulsionado, através das privatizações, a entrega da prestação dos serviços públicos à iniciativa privada, têm penalizado em particular as mulheres, aprofundando ainda mais as desigualdades de gênero.

De outro lado, os processos de integração regional – tais como o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações-CSN – que não considerem aspectos ligados a gênero, poderão estar aumentando as brechas entre homens e mulheres se utilizando de um discurso da igualdade para os desiguais.

Por esses motivos, considerou-se necessária a criação do GT Gênero dentro da REBRIP, para realizar o acompanhamento das negociações comerciais e dos processos de integração regional na perspectiva de gênero e para fortalecer a participação das mulheres nesses debates que precisam incorporar essas específicas questões.

Pontos desenvolvidos pelo GT Gênero nos últimos anos:

- reunir entidades de mulheres para atuar nos temas econômicos e, em particular, em torno das negociações comerciais e os processos de integração;

- capacitar e fortalecer o movimento de mulheres a partir do debate dos temas de gênero e comércio;
- realizar pesquisas sobre os impactos das negociações sobre as mulheres e as desigualdades de gênero;
- acompanhar as negociações comerciais e de integração regional, junto aos Ministérios e, particularmente, junto à SPPM no caso da Reunião Especializada da Mulher - REM do Mercosul;
- atuar na articulação política nacional e internacional dos movimentos sociais em torno das negociações, atuando em particular junto aos outros GTs da Rebrip e em redes internacionais, tais como ASC – Aliança Social Continental e OWINFS – Nosso Mundo não está a venda;
- articular com os outros GTs da Rebrip (agricultura, serviços, meio ambiente, propriedade intelectual e parlamento) na perspectiva da transversalidade das questões de gênero (REBRIP, [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br), 2006).

Os membros participantes do grupo são: Instituto Equit, MAMA, SOF, SNMT/CUT, Organização de Mulheres Negras Maria do Egito/SE, ESPLAR, AGENDE, CFEMEA, Casa da Mulher 8 de Março/TO, Movimento Inter-Estadual Quebradeiras de Coco Babaçu, AMB, SOS Corpo, Coletivo Leila Diniz de Natal/RN, Fórum de Mulheres do Piauí, GEMDAC/PI, Fundação VPP/Movimento de Mulheres da Transamazônica do Xingu, Fetraf, Contag.

#### **4.7.4 GT Propriedade Intelectual**

Atualmente o GT está sobre a coordenação do ABIA (Associação Brasileira Indisciplinar de AIDS) contando com uma estrutura pequena, comparada com outros GTs, e com maioria dos seus membros pertencentes a ONGs, como: CONECTAS, GAPA – SP, GAPA – RS, Gestos GIV – Grupo de Incentivo à Vida, INESC, INTERVOZES, Médicos sem Fronteira, Pela Vida, OXFAM. Segundo Renata Reis, da coordenação e da ONG ABIA, algumas ONGs do GT são da Rebrip também, pois, esclarece, na Rebrip existe a possibilidade de uma ONG participar dos GTs, mas não da Rede. “Existem duas instâncias, você pode simplesmente participar do debate do GT e não necessariamente se sentir Rebrip” (Entrevista com Renata Reis, 16/01/2007).

A idéia da criação do Grupo de Trabalho de Propriedade Intelectual da Rebrip surgiu em uma reunião convocada pela OXFAM e que ocorreu na sede da Actionaid, no Rio de

Janeiro, em maio de 2001, no auge da mobilização da sociedade civil brasileira e internacional contra a ameaça de queixa norte-americana junto à Organização Mundial do Comércio – OMC tendo em vista a lei brasileira de propriedade industrial; essa queixa alegava que o Brasil contrariava o acordo internacional sobre aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS). Na reunião estavam presentes o IBASE, a FASE, o GAPA-BA, a ABIA, o PACS, o INESC, o Fórum de ONGs AIDS do RIO, o CEDUS, os Médicos Sem Fronteiras, o IDEC, além da OXFAM e da Actionaid. Naquela ocasião, a perspectiva de criação do grupo atendia não só o interesse de maior articulação entre as diversas organizações envolvidas e a potencialização de suas ações políticas como também a possibilidade de capacitação em torno do tema, ao mesmo tempo relevante e complexo.

Ao longo do período, entendeu-se interessante organizar o GT, dentro da moldura de propriedade intelectual, em torno de um tripé composto pelos temas recursos genéticos, cultivares e medicamentos, os quais foram selecionados sob a perspectiva do interesse público. Assim, pensou-se a composição do grupo com organizações e especialistas ligados a cada um dos temas. Nos dias 25 e 26 de março de 2001 foi realizada a primeira reunião formal do grupo, à qual se juntaram, além das organizações acima listadas, o Terrazul, o David Hathaway, a Gisela Alencar (ambos especialistas da área de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais) e o Nilo Diniz, assessor da Senadora Marina Silva.

Nos dias 29 e 30 de julho de 2001 foi realizada a segunda reunião do GT, que contou com a participação do Instituto Socioambiental – ISA, e do Jorge Beloqui, ativista ligado à questão da AIDS, ao Fórum de ONGs AIDS do Estado de São Paulo e ao Grupo Vida. A partir desses dois encontros, o grupo já definiu um perfil de atuação que inclui os acordos internacionais ligados à questão da propriedade intelectual em diversos foros (OMC, ALCA, Acordo MERCOSUL/ União Européia, OMPI), a legislação nacional pertinente, a posição de negociação brasileira, o Congresso Nacional e o Executivo.

Segundo Renata Reis, para cumprir seus objetivos o grupo produz alguns materiais, como cartilhas didáticas, sobre, por exemplo, patentes farmacêuticas, ou mesmo textos explicativos sobre a relação da OMC com quem vive com o HIV, a relação da Organização com pessoas que precisam de medicamentos. Participam de eventos, tentam viajar para os lugares mais distantes, divulgando o tema, tendo um enfrentamento judicial não só no judiciário, como também, no administrativo. Dessa forma, esse sistema acaba servindo não apenas como capacitação, mas, como ação concreta, sendo um meio de caracterizar,

denunciar a realidade, não só para o leigo, mas para aquele que está trabalhando com saúde, que não entende a relação entre comércio e saúde efetivamente (Cf. Renata Reis, 16/01/2007).

Ainda segundo Renata Reis, atualmente a relação do grupo com o Ministério da Saúde, onde eles atuam mais fortemente, é muito ruim, não sendo muito próxima, e tampouco, transparente. Isto pode causar estranheza, pois, mantém uma boa relação com o programa nacional de AIDS o que tem proporcionado muitos avanços. No entanto, o programa nacional não tem muito poder de decisão, pois depende muito das decisões do Ministério da Saúde e às vezes de outros núcleos mais duros da economia, quando se trata desse tema. Ela conclui dizendo que certamente, se forem discutir prevenção, educação sexual e outros temas mais ligados à epidemia, o programa nacional tem mais autonomia, mas com relação a medicamentos, medicamentos patenteados, licenciamento compulsório, todos os sistemas que interessam a agenda de comércio, o programa nacional tem pouquíssima interferência. Um exemplo que foi dado para demonstrar a relação do grupo com o Ministério da Saúde foi da existência de uma ação civil pública, na qual se pede, inclusive, indenização por descumprimento de acordo (Cf. IDEM, 16/01/2007).

Uma dificuldade apontada pela entrevistada é que para as pessoas que trabalham em muitas ONGs voltadas para a questão da AIDS, o tema de comércio internacional ainda está fora da agenda, e mesmo que o tema esteja começando a fazer parte dele, ainda é tangencial nas discussões. Aos poucos, porém, é possível perceber uma mudança nessa realidade (Cf. IDEM, 16/01/2007).

Como avaliação geral do GT, Renata Reis afirma que devido ao tamanho reduzido do grupo, ele tem boa agilidade e tem uma maneira própria de funcionar, pois acaba formando muito consenso, ao contrário de GTs que são formados por muitos movimentos sociais grandes, com demandas muito específicas. Visto o fato do GT PI não ser formado por entidades tão diversas, mas por ser formado por entidades bem especializadas em saúde, foi decidido que iriam se debruçar sobre o tema medicamentos, pois é o que eles entendem bem. Posto isto, avaliam que no dia em que tiverem maturidade para focar outras questões de propriedade intelectual o farão, mas não querem fazer muitas misturas como acontece em outros GTs (Cf. IDEM, 16/01/2007).

#### 4.7.5 GT Serviços

Atualmente, o GT Serviços é coordenado pela SOF, na pessoa de Nalu Faria. Na entrevista ela nos informou que o GT foi criado em 2002 e, já no ano seguinte, a SOF entrou para a coordenação.

Os demais membros são: Ação Educativa, AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, ATTAC Brasil; CNTE - Central Nacional de Trabalhadores em Educação; CNTSS - Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social; CUT-PR, Fase, FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FUP - Federação Única dos Petroleiros; IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor; Instituto Equit; ISP - Internacional Serviços Públicos; SOF Sempre Viva Organização Feminista; SOS Corpo; Terra de Direitos.

O Grupo de Trabalho sobre Serviços da Rebrip articula entidades no monitoramento, elaboração de materiais e campanhas informativas. O GT tem por objetivo criar intercâmbio, análise e disseminação de informação sobre a área de Serviços, cuja importância é a crescente negociação dos acordos de comércio.

Segundo informações contidas no site da Rede, o setor de Serviços abrange 1/3 do comércio mundial, sendo atualmente a área de maior crescimento econômico. Visto abranger várias áreas e representar grande fonte de lucro para empresas transnacionais e para países desenvolvidos, que buscam alcançar maior liberalização dos serviços através das negociações no âmbito da OMC, especificamente no GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços), tem a cada dia recebido mais atenção.

Nalu Faria aponta que o GT Serviços tem o papel de demonstrar as conexões entre liberalização do comércio com os direitos sociais, prestando importante colaboração no levantamento de informação, trazendo à baila assuntos até então desconhecidos. Para além das negociações de serviços, a atenção do grupo está especialmente voltada para os temas de mercantilização e privatização da água, educação, saúde e energia. Por exemplo, no caso da água, a Rede argumenta que devido aos acordos internacionais, que garantem segurança às grandes corporações, essas já começam a processar governos pelo controle da água. As empresas transnacionais, segundo a Rebrip, tornaram-se tão poderosas que agora participam das decisões tomadas pelos governos nos encontros internacionais. E essa forma de exploração, de tornar a água propriedade privada, ameaça a humanidade, pois é

a perda do controle de um dos recursos mais vitais para alguns poucos monopólios corporativos (Cf. Nalu Faria, 05/01/2007).

Ainda segundo a coordenação, a questão da água é uma das que mais se desenvolveu no GT. Nas palavras de Nalu Faria, isso se deu, “justamente porque era um momento que o tema da água estava também na agenda de outros movimentos, e também havia o tema da privatização como perigoso muito iminente, muito forte, portanto a reação dos movimentos é também de articulação para se contrapor” (Entrevista com IDEM, 5/01/07).

Nos anos de 2005 e 2006 o GT publicou alguns informes, como: “OMC, Negociações de Serviços e os Riscos de Aprofundamento da Abertura para o Brasil”; “Modo 4 - A Discussão sobre o Setor de Serviços e a Movimentação de Pessoas” e o “Saúde na Lógica do Mercado: uma ameaça real”, juntamente com o GT Gênero (REBRIP, [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br), 2006).

Neste capítulo, escolhemos para a análise uma rede específica – a Rebrip – apresentando dados sobre sua criação, sua estrutura, seus objetivos e sua estratégia de fortalecimento. Todo esse percurso foi feito por meio da análise de documentos oficiais e de entrevistas com membros de ONGs, cuja presença na rede é fundamental. Temos a convicção de que possivelmente teríamos chegado a considerações diferentes se nossas entrevistas fossem feitas com membros dos movimentos sociais, pois esses possuem olhares distintos com relação às redes e a sua participação nesse espaço.

## Capítulo V: Rebrip: anseios e discussões

### 5.1 Criando novos rumos

No dia 6 de outubro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a II Assembléia Nacional da Rebrip. Essa Assembléia teve como ponto de pauta a apresentação e debate dos objetivos da Rede para o período de 2003/2006. Pode-se perceber uma mudança de meta ao se comparar com o primeiro momento, quando se evidenciou um foco maior na construção e fortalecimento da Rede.

Dentre os pontos ressaltados durante o encontro, segundo a ata da reunião, podemos citar:

1. *ampliação dos movimentos sociais no plano global - no hemisfério e no Brasil - com base na discussão do comércio e integração;*
2. *crise de legitimidade do neoliberalismo, do multilateralismo, trazendo questões sobre os rumos de sua ação;*
3. *desafios colocados pela abertura do governo à participação nas negociações.*

É a partir desse momento que se pode destacar no discurso da Rede uma preocupação maior com sua participação internacional, indo além da posição contrária à ALCA. Isso se deve, segundo seus próprios representantes, ao aumento da participação internacional da Rede, à vitória do G20+ e da União Africana na reunião de Cancun, ao bloquear as negociações sobre os temas de Cingapura, e à liderança do Brasil na condução do Grupo. A partir daí, a Rebrip passou a pautar sua atuação para além do cenário nacional e da ALCA com mais força.

Assim é que, aprofunda sua posição com relação à OMC construindo um plano de atuação mais estratégico, permitindo uma presença mais orgânica e articulada nos fóruns oficiais de negociação. Todo esse quadro implica ter claro o papel do movimento social na relação com o governo, para que sua atuação tenha como princípio a defesa das questões do movimento.

Nessa assembléia também se concluiu que, em paralelo à mobilização nacional, é importante investir numa articulação da sociedade civil dos países do G20+, com base no princípio de que o que está em negociação na OMC e nos acordos comerciais não se resume à oposição entre Norte e Sul, mas tampouco ao grau de desigualdade interna nos países que conformam essa aliança.

Em sua concepção, um dos fatores de mudança no campo internacional a ser considerado é a entrada do Brasil nesse cenário com políticas mais ativas para a América Latina, principalmente para o Mercosul. Isso traz para a Rebrip a necessidade de produzir um olhar mais consistente sobre a região, de enfrentar o debate sobre o Mercosul relacionando-o com a atuação frente à OMC e à ALCA. O monitoramento das negociações no âmbito do Mercosul tornou-se fundamental para a atuação da Rede no processo de integração regional.

Percebe-se que os campos de atuação da Rebrip abarcam duas áreas: “(a) sociedade, estreitando os compromissos com as lutas sociais; b) incidência e disputa com o governo” (REBRIP, 2003b).

No plano nacional, existiram duas atividades de grande porte na agenda para 2004. Em junho foi realizado o Fórum da Sociedade Civil<sup>35</sup>, que aconteceu dentro da XI UNCTAD, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, o Governo Federal e a ABONG. Esse evento foi importante para a Rede, pois concedeu-lhe visibilidade internacional.

Essa nova diretriz aprovou, no plano organizativo, um novo modelo de gestão, misto, de forma a unir as coordenações dos Grupos de Trabalho. Sendo assim, a coordenação ficou com um total de 11 membros, distribuídos da seguinte forma:

São 6 coordenadores dos GTs: GT Agricultura – Actionaid; GT Comércio e Meio Ambiente – Instituto Terrazul e Projeto Brasil Sustentável; GT Gênero – Instituto Equit; GT Parlamento – INESC; GT Propriedade Intelectual – ABIA; GT Serviços – SOF. E cinco entidades: FASE Nacional; CUT Nacional; MNDH – Movimento Nacional dos Direitos

---

<sup>35</sup> O Fórum da Sociedade Civil foi organizado, a convite da UNCTAD, pela Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong) e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip). A sociedade civil entregou à UNCTAD (na abertura oficial da Conferência da ONU), uma Declaração da Sociedade Civil contendo as suas reivindicações e sugestões para os países em desenvolvimento.

Nos demais dias do evento, o Fórum apresentou temas que dialogam com a pauta oficial da Conferência, com discussões que contam com a participação de representantes de diversas organizações.

Além da programação do Fórum, integrantes da sociedade civil nacional e internacional participaram da programação oficial da Unctad XI, por meio de inserções em cada plenária. Essas intervenções tiveram o objetivo de contribuir com a visão da sociedade civil nos temas discutidos no evento. Fórum da Sociedade Civil: [www.forumsociedadecivil.org.br](http://www.forumsociedadecivil.org.br)



Humanos; ISP – Internacional de Serviços Públicos (ISP) – Brasil; FAOR – Fórum da Amazônia Oriental. Foi determinado que a Secretaria Executiva da Rebrip continuasse funcionando na sede da FASE Nacional.

## 5.2 Avaliando as novas formas de ação

Segundo o relatório de avaliação da Rebrip, sua atuação no período de 2003 a 2005 foi permeada, como já havia previsto na II Assembléia, por um cenário de importantes mudanças no ambiente nacional e no internacional, principalmente na América Latina.

Para os membros da Rede ocorreram, pelo menos, duas situações importantes durante o governo Lula. Em primeiro lugar, a abertura, para a participação da Rede, em espaços aos quais nunca tiveram acesso anteriormente. Passam a participar em delegações oficiais e em espaços de formulação da posição negociadora; em tradicionais espaços, como SENALCA, SENEUROPA, onde já participavam antes; no diálogo permanente com ministérios como o Ministério de Desenvolvimento Agrário; na recente inclusão da REBRIP no Conselho da CAMEX – Câmara de Comércio Exterior, subordinada ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio - MIDC.

Em segundo lugar, ainda na opinião dos membros da Rede, a posição negociadora brasileira, inaugurada pelo governo Lula em 2003, produziu duas importantes inflexões: uma na Oitava Reunião Ministerial da ALCA, em Miami, na qual se conseguiu paralisar as negociações; e outra na Conferência Ministerial da OMC em Cancun, quando o governo brasileiro foi protagonista do G20<sup>36</sup>, que contribuiu para a mudança do equilíbrio de forças dentro da OMC, juntamente com o G-90<sup>37</sup> e os países da ACP (África, Caribe e Pacífico).

Nota-se que a partir desse momento a REBRIP passa a atuar nos espaços internos de negociações, juntamente com o governo. Segundo a Rede, no final desse período ela conseguiu se tornar um ator nessa disputa, sem perder a autonomia e sem abrir mão de suas posições de oposição às negociações da ALCA, do acordo EU-Mercosul e da ampliação da agenda na OMC.

---

<sup>36</sup> “O G-20 é um grupo de países em desenvolvimento criado em 20 de agosto de 2003, na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, entre 10 e 14 de setembro de 2003. O Grupo concentra sua atuação em agricultura, o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha”. Para mais informações olhar o site do governo brasileiro sobre o G20, G-20: <http://www.g-20.mre.gov.br>

<sup>37</sup> São membros do G-90, as 90 nações-membro mais pobres da OMC.

Gonzalo Berrón informa que a Rebrip construiu ao longo de sua existência espaços nas negociações comerciais, como observadora, dando acesso aos setores interessados, nesse caso os camponeses, os sindicatos etc. Tal conquista criou um fato novo, ampliando a participação política da sociedade civil. No entanto, ainda é preciso uma continuação nas negociações para tentar formalizar esses espaços. Assim como foi ressaltado acima, a Rebrip participa de algumas instâncias formais, como SENALCA e SENAEUROPA, além de ser convidada para negociações, fazendo parte da delegação oficial brasileira. Essa participação, porém, deve-se a convites pontuais, havendo o risco de que em outro momento político tais convites não ocorram. O que se tenta criar, nos dias atuais, é o estabelecimento de uma institucionalidade que faça com que mesmo em outros governos seja possível a participação (Cf. Gonzalo Berrón, 20/12/2006).

Esse espaço foi construído deu maior peso à Rede. Na visão de Sérgio Schlesinger, antes, quando tentávamos falar com alguém do Itamaraty, seus representantes não nos davam muita importância. Atualmente isso não acontece mais (Cf. Sérgio Schlesinger, 9/01/2007).

Adhemar Mineiro considera 2003 um ano de grande mudança, para ele o governo oferece uma maior possibilidade de acompanhamento das negociações, de participar inclusive das delegações oficiais, dando mais transparência ao processo. Segundo ele: “(...) antes existiam mecanismos de transparência, no caso a SENALCA, que fazia a discussão com a União Européia, mas não era um processo muito orgânico; com o novo governo o que acontece é que eles dão mais organicidade a essa transparência” (Entrevista com Adhemar Mineiro, 05/12/06).

Ainda segundo Adhemar, no caso da ALCA, especificamente, pode-se observar uma participação mais clara da Rede nas delegações oficiais. Este cenário traz um problema para a Rebrip na sua relação com o governo. Como participar das negociações da ALCA tendo uma posição unitária contrária? A solução encontrada, segundo o entrevistado, foi: “(...) nós não vamos participar da negociação, nós vamos fazer um acompanhamento técnico (...); na verdade não é uma representação da Rebrip, é um técnico que vai lá e vai dizer para a gente o que está rolando” (IDEM, 05/12/06).

No conjunto é difícil dizer como se dá a relação da Rebrip com o governo, pois são diversas as esferas de relação. Para a entrevistada Renata Reis “às vezes, a gente tem uma relação muito desgastada com o Ministério da Saúde, por exemplo, e tem uma relação bacana

com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, não é uma relação homogênea” (Entrevista com Renata Reis, 16 /01/07).

Ficou claro a partir das entrevistas que a relação da Rede variou bastante, dependendo do Ministério, por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário é sempre visto com bons olhos, já com o Ministério de Agricultura a relação não é encarada positivamente. No entanto, essa avaliação não se limita à Rebrip, mas os membros da Rede acham que esse relacionamento problemático com setores do governo ocorre também com relação aos outros movimentos sociais.

Edécio Vigna não vê problema de perda de autonomia nessa relação, mas acredita que ao se trabalhar uma proposta de negociação em conjunto com o governo, o setor da Rebrip que participou da proposta também se compromete e esse setor, ao ir para o embate nas reuniões ministeriais da OMC, deve defender essas propostas num ambiente onde, às vezes, muitas organizações estão combatendo a OMC. Quando o representante da Rebrip entra na negociação, essas organizações passam a considerar válida a instituição (Cf. Edécio Vigna, 22/01/2007).

Graciela Rodriguez faz uma consideração interessante ao dizer que com certeza existe um avanço na participação das organizações sociais nos debates, mas algumas vezes pode-se observar o governo utilizando o posicionamento da Rebrip para fortalecer sua própria posição, por exemplo, em relação à ALCA, mostrando que existe um espaço por disputa muito forte (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

Para Nalu Faria, a relação no plano global, a ligação com outras redes internacionais, também é importante, como uma forma de contrapeso à proximidade que existe ultimamente com o governo Lula, fortalecendo assim sua autonomia (Cf Nalu Faria, 05/01/2007).

No plano global, se no período anterior o foco de atuação estava concentrado na ALCA, em 2003-2005 a Rebrip e a ASC passam a atuar frente à OMC, integrando um grupo de trabalho específico dentro de ASC. Também aumentou sua participação na OWINFS<sup>38</sup> (Rede Nosso Mundo Não Está A Venda), na mesma proporção que a dinâmica da OMC foi

---

<sup>38</sup> Nosso Mundo Não Está A Venda é uma rede internacional de organizações, ativistas e movimentos sociais que lutam contra o modelo de globalização marcado pelo sistema de comércio global. A rede se compromete por sustentabilidade, justiça social, democracia e um sistema de comércio mais “accountable”. Trabalha com campanhas contra o AMI - Acordo Multilateral sobre Investimento e a Organização Mundial do Comércio, mas também mantém um olhar voltado para outros acordos regionais e continentais com características semelhantes. Our World is Not For Sale: <http://www.ourworldisnotforsale.org>

ganhando espaço em suas agendas. No entanto, diferentemente da unidade política que orientou sua atuação em relação a ALCA, no caso da OMC a REBRIP mantém uma pluralidade de posições, o que a leva a haver distintas estratégias em relação aos temas em negociação e ao próprio futuro da OMC.

Até o momento, a Rede coloca que está conseguindo construir perspectivas unitárias de atuação na conjuntura, mas que essa posição tem sido beneficiada também pela dificuldade dos governos em fazerem avançar a agenda de crescente liberalização. O enfrentamento deste desafio está posto não apenas para a Rebrip, como também para a ASC e para as articulações globais, que reúnem em seu interior campos semelhantes aos da Rebrip em termos de pluralidade de visões.

A discussão em torno da OMC reflete um debate muito complexo que, segundo Nalu Faria, envolve a velha discussão do conjunto dos movimentos nacionais e internacionais, no sentido de reformar ou extinguir a OMC. Todavia, se a Rebrip for tentar encontrar um consenso nesse ponto inviabilizará seu trabalho, pois nunca conseguiria uma unidade. A Rede precisa trabalhar em torno de questões da OMC que são consensuais. Por exemplo, desde 2003, existe o lema da “OMC fora dos trilhos”, a questão de que o acordo, da maneira como está sendo feito, não serve, e o “tirar fora dos trilhos” acabou servindo para todas as posições, e no final da rodada de Doha, esse tema continuou imperando. Dessa forma, em relação a OMC, a unidade que se pode alcançar é a de que essa rodada de negociações da maneira como está acontecendo não pode ser aceita, mas um debate mais amplo sobre o tema ainda tem gerado muita divergência.

Graciela Rodriguez relata que a Rede aproveita os pontos de contato dessas diversas idéias para fazer avançar o debate (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

Mesmo com posições contrárias às negociações na OMC da forma como estão sendo levadas a efeito atualmente, existem pontos de vista muito distintos sobre a OMC dentro da Rebrip, existem organizações que acham que a OMC é simplesmente uma instância da elite financeira, da elite do comércio internacional, enquanto outros acreditam que ela pode ser usada de outra maneira que venha a ser positiva. Segundo Edélcio Vigna, dentro do GT Agricultura existem posições diferentes, existem organizações que acham que é importante combater trabalhando os acordos em prol da agricultura familiar e da agricultura camponesa, e existem organizações que acham que devem se contrapor a qualquer acordo, porque a OMC

não vai considerar a agricultura familiar e camponesa e, sim, sempre o agronegócio. Essa multiplicidade de pontos de vista pode ser observada em todos os GTs (Cf. Edécio Vigna, 22/01/2007).

Por fim, dentro da Rebrip, fica claro que não existe uma posição final sobre a OMC, mas existe uma discussão sobre qual o papel que a OMC vai cumprir no processo da globalização. Sérgio diz que esse tema acaba refletindo ainda uma falta de perspectiva, não só para o GT, mas também para a sociedade.

Na argumentação de Edécio Vigna,

Então, você tem expectativas diferentes, enquanto esse processo perdurar, a OMC perdurar, eu creio que esse também é um embate que nós vamos ter dentro da Rebrip, alguns setores se colocam contra a OMC, outros setores preferem se colocar contra os acordos da OMC, contra a forma que alguns acordos estão sendo levados, e outros contra a instituição, mas aí, ao nos colocarmos contra a instituição, vem a pergunta, vem sempre a pergunta: e o quê nós vamos colocar no lugar da OMC, qual é a organização que vai reger o comércio internacional, a ONU não cumpre esse papel, a ONU tem outro papel, diferente de regulação de comércio internacional, portanto, o quê vai ser colocado nisso? Então, esse é o embate que estamos fazendo dentro da sociedade civil, estamos fazendo junto ao governo brasileiro, assim como outras organizações estão fazendo em seus países (Entrevista com Edécio Vigna, 22/01/07).

Para evitar que não se consiga alcançar posições, a Rede trabalha com consensos, ela só avança quando for possível fazê-lo de forma consensual. Ainda seguindo o pensamento de Edécio Vigna, ele coloca que existem as bandeiras levadas por cada movimento em específico, já os GTs levam uma posição de acordo. Sendo assim, os documentos só expressam o que é consensual. Se, por exemplo, uma organização se opuser ao documento, o documento não sai enquanto não se chegar a uma definição clara sobre o que se quer dizer; dessa forma, debate-se a respeito desse documento, fazendo aproximações, negociando posições até se chegar a um documento único. Quando existe a certeza de que em certas temáticas não se alcançará o consenso, elas não entram em discussão. No entanto, como as organizações se conhecem bem, existe um respeito com relação ao outro, e isso é fundamental para trabalhar em rede, pois é a forma de otimizar a força e trabalhar em conjunto, jogando força no que é consenso.

Na última Assembléia da Rede, em 2005, o principal ponto de avaliação destacado foi o reconhecimento de que a consolidação da atuação da Rede se deve ao fato de ela ter se centrado nas negociações comerciais e na resistência à liberalização. Essa avaliação ainda aponta como sendo esse tipo de atuação responsável por sua identidade política.

De acordo com essa avaliação, a Rebrip conseguiu produzir e disseminar informações e análises, subsidiar e capacitar organizações da sociedade civil e facilitar a interação de seus membros com os órgãos governamentais. Considerou-se que a Rede está madura para um novo protagonismo coletivo, construindo plataformas conjuntas entre os membros da Rede, parceiros e aliados, de maneira a tornar-se um ator político com maior visibilidade, capacidade de iniciativa e ação política, sem prejuízo do protagonismo de seus membros.

No âmbito regional (latino-americano) e hemisférico, foi avaliado que o compromisso essencial é com o fortalecimento da Aliança Social Continental, com a luta continental contra a ALCA e demais tratados de livre-comércio (TLCs) e acordos bilaterais e sub-regionais. Além da necessidade de intensificar o diálogo com outras Redes e parceiros que estejam investindo no debate da integração regional, com particular ênfase no Mercosul.

Quanto aos processos bi-regionais em que o Mercosul está envolvido, como é o caso da União Européia, conseguiu-se fazer uma contraposição às negociações de livre-comércio em curso, ao mesmo tempo que reafirmou-se o compromisso de intensificar alianças com movimentos sociais na busca de alternativas.

No plano mundial, reafirmou-se a importância do engajamento em iniciativas de coordenação global, como a Rede Nosso Mundo Não Está A Venda (OWINFS), potencializando a capacidade de articulação, influência e construção de alianças internacionais.

Por fim, a Rebrip destacou como um dos seus desafios centrais a busca por alternativas para a integração regional. Essas alternativas são vistas pelo grupo como um desafio coletivo, a ser enfrentado por ela e pelas organizações e movimentos que compõem a ASC e a Campanha Continental, além do processo Fórum Social Mundial.

### 5.3 As ONGs dentro da Rebrip

Ao pensar em todo o universo das ONGs brasileiras, são poucas as que fazem parte da Rebrip, mas serão para essas que nosso olhar se voltará a seguir, e que em sua grande maioria são as que identificamos no capítulo três como as que estão preocupadas com a resistência e a transformação social.

Nalu Faria afirma que as ONGs precisam acompanhar as agendas internacionais mais amplas. No entanto, ela crê que o tema do comércio, para as ONGs em geral, salvo algumas exceções, demorou para entrar em suas agendas. A partir da relação com os Fóruns Sociais Mundiais essas entidades perceberam a necessidade de participar dessas temáticas. Muitas dessas ONGs que começaram a fazer essa ligação com a temática e com a participação internacional são as mesmas que de uma forma geral desenvolveram, nos anos noventa, uma participação ativa na agenda internacional, participando do ciclo de conferências da ONU; e ao mesmo tempo foi crescendo a agenda internacional dos movimentos, seja via Aliança Social Continental, seja via Fórum Social Mundial (Cf. Nalu Faria, 05/01/2007).

Na visão de Nalu Faria, o momento atual demonstra para as ONGs que, se não estiverem participando desses processos, elas também perdem espaços de articulação, de contato e de presença efetiva na agenda internacional. Nas palavras de Edélcio Vigna, “elas passam a se perceber como parte, como células de um organismo maior internacional, que está se forjando, que está trabalhando, que pode ser chamado de globalização, anti-globalização, enfim, esse organismo” (Entrevista com IDEM, 05/01/07).

Continuando com o raciocínio do entrevistado, outro benefício para as ONGs é que essa é uma forma de obterem informações, e isso não acontece, ou acontece de uma forma debilitada, com organizações que não fazem parte de redes. E, no dias de hoje, a questão da informação é fundamental, pois organização trabalhando sozinha, somente no seu específico, provavelmente vai perder uma essencial dimensão mais ampla. Somado a isso, perde a possibilidade de também passar a se relacionar com uma ampla gama de organizações da sociedade civil, nacional e internacional que ela não incorporaria em sua ação se estivesse sozinha, além, é claro, de aumentar seu reconhecimento nacional e internacional (Cf. IDEM, 05/01/07).

Para a Rebrip, as ONGs têm uma importância muito forte na construção e no fortalecimento da Rede de maneira distinta da dos movimentos sociais. Por exemplo, as

campanhas vinculadas pelas ONGs são diferentes daquelas feitas pelos movimentos sociais, pois têm um caráter mais informativo, difundindo propostas, enquanto as campanhas dos movimentos têm característica de mobilização, de articulação e de luta. É fundamental para a Rede essa diversidade de ações. Percebe-se, assim, que à medida que as ONGs se fortalecem a Rede se fortalece, e o contrário também acontece.

Para Edélcio Vigna, as ONGs são a cabeça da Rebrip, pois elas trazem as propostas, elas são as organizações mais propositivas; ele as coloca como o cérebro da Rede. Os movimentos populares seriam, dessa forma, os braços e as pernas, pois é impossível trabalhar sem os braços e sem as pernas. Sendo assim, a Rebrip é vista como uma estrutura completa na figura de um corpo, como um organismo que só funciona se todas as partes estiverem bem conectadas (Cf. Edélcio Vigna, 22/01/2007).

Na sua visão, as ONGs têm, normalmente, como característica, trabalhar dentro das instituições e organizações nacionais ou internacionais, e os movimentos populares trabalham fora, nas ruas, fazendo pressão, são eles que levam a sociedade civil às ruas, pois eles têm a força de mobilização. Certamente isso não é uma regra, pois podemos observar outros cenários. Dessa forma, as ONGs vêm trabalhando as propostas, colocando as idéias na mesa, e os movimentos populares formatam e ajudam a dar acabamento a essas propostas e indicam como mobilizá-las.

Na opinião de Renata Reis, a Rebrip é um instrumento interessante para as ONGs, pois ela consegue aglutinar pessoas que discutem temas muito pertinentes do comércio, e esses temas não são isolados. Não se pode trabalhar com propriedade intelectual nos acordos internacionais, por exemplo, sem ter uma visão clara de qual é a contrapartida da agricultura na mesa de negociação. Esse ambiente de troca proporciona às ONGs trabalharem temas que vão além de suas especificidades (Cf. Renata Reis, 16/01/2007).

Ela também ressalta o fato de que a Rede proporciona uma maior facilidade para as ONGs participarem internacionalmente, mesmo que ainda possuam poucos espaços e que as grandes ONGs internacionais estão muito mais presentes nesses espaços. No caso da Rebrip a visibilidade que a Rede tem já facilita muito a participação das ONGs em espaços internacionais (Cf. IDEM, 16/01/2007).

Graciela Rodriguez também vê a participação das ONGs na Rebrip de maneira bem positiva, pois elas trazem um aprofundamento temático, e para as ONGs estarem na Rebrip é uma



forma de trabalhar de modo articulado. Ela coloca que quanto mais articuladas forem as organizações elas terão muito mais poder de incidência na transformação das políticas públicas. O fato de participar de redes possibilita a integração das temáticas. Com relação à participação internacional, segundo a entrevistada, não há como uma ONG pequena participar sozinha, e a Rebrip abre espaço para isso (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

Percebe-se, ao analisar as entrevistas, que não existe dúvida entre os membros de ONGs que participam da Rede com relação ao fato de que estar lá é fundamental no fortalecimento de sua própria organização, e que é essa uma das melhores formas de fazer com que sua ONG tenha uma maior importância no âmbito das negociações internacionais.

#### **5.4 Seria a Rebrip um movimento contra-hegemônico?**

Esse item foi elaborado baseado nas respostas dos entrevistados sobre se eles consideravam que a Rebrip faz parte do movimento contra-hegemônico, discutido por nós no primeiro capítulo.

Nota-se, de modo geral, que todos têm essa visão da rede, existindo apenas algumas questões sobre a forma de como isso é feito e se conseguem alcançar um caráter de proposta que vai além da resistência.

Desde o começo, ao ser adotado esse nome - Rede Brasileira pela Integração dos Povos – de acordo com Nalu Faria, podemos observar uma preocupação pela busca de novos projetos e não somente uma contraposição aos que já estavam colocados. Por exemplo, em vários países latino-americanos as primeiras redes criadas, no mesmo período, tinham nomes que refletiam uma oposição ao livre comércio, como a Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, mas a Rebrip, ao não se colocar como uma rede frente a algum acordo e sim pela integração, mostra que sempre pretendeu ir mais além da resistência, e pensar em um novo projeto. A entrevistada ressalta que, certamente, muito dos esforços foram e são feitos em tom de resistência, mas em qualquer processo de resistência só o fato de se anunciar uma resistência já é também mostrar a sua proposição.

Segundo Edélcio Vigna, uma importante característica do movimento contra-hegemônico, no qual a Rebrip faz parte, é que ele se posiciona contra a hegemonia do

pensamento único, pois considera que qualquer hegemonia de um único pensamento leva a uma única ação e uma única articulação, sendo isso contraproducente. O mesmo entrevistado considera que a Rede se coloca no terreno do multilateralismo, pois percebe a diversidade de propostas, de idéias, de iniciativas como um meio mais adequado para alcançar uma ação comum, onde não existe ator ganhador e perdedor, e sim atores que cooperam entre si e, dessa forma, formam-se atores políticos importantes, que vão emergindo no processo (Cf. Edélcio Vigna, 22/01/2007).

Assim como todos os entrevistados, Graciela Rodriguez ressalta o caráter contra-hegemônico da Rede, pois o livre comércio é um dos elementos mais importantes do poder hegemônico, e a Rebrip se coloca frente a esse tipo de comércio. Além desse trabalho, tanto a Rede quanto a ASC trabalham muito na busca por alternativas de integração regional, mas, segundo ela, é preciso sempre manter um “pé” na resistência, ao mesmo tempo que se busca construir algo novo (Cf. Graciela Rodriguez, 11/01/2007).

Segundo Edélcio Vigna, “é um movimento de resistência e um movimento de alternativa, você só consegue colocar alternativa se você resistir à pressão de uma única idéia, se você não tem essa resistência, você não tem sequer a alternativa de colocar a sua proposta na mesa” (Entrevista com Edélcio Vigna, 22/01/07).

Percebe-se pelas falas que as organizações componentes da Rebrip consideram ser impossível fazer sozinhas qualquer movimento contra esse pensamento único e que, para se contrapor à globalização, também é preciso trabalhar de forma globalizada.

Voltando à entrevista de Nalu Faria, observa ela que existe uma diferença de idéias e alternativas, mas desde sua formação a Rebrip possui uma visão contra-hegemônica, ao se unificar em torno da luta contra a ALCA; a partir de então cada vez mais se aprofunda sua visão crítica ao modelo do livre comércio. Com o passar o tempo a Rede, estando mais madura e ajudada pela paralisação da ALCA, foi criando espaços de construção de propostas, discutindo, principalmente, alternativas para as Américas e para a integração (Cf. Nalu Faria, 05/01/2007).

Segundo ela, a busca por alternativas é um desafio constante para a Rede, assim como o é para a Aliança Social Continental. Essa constatação da dificuldade em buscar alternativas foi observada em quase todas as falas (Cf. IDEM, 05/01/2007). Renata Reis concorda com Nalu Faria ao dizer que a Rede faz parte do movimento contra-hegemônico, tanto através de

resistência como na busca por alternativas, mas ressalta que no campo da resistência a Rebrip ainda trabalha melhor (Cf. Renata Reis, 16/01/2007).

Kjeld Jacobsen faz um discurso ainda mais crítico sobre a efetividade das alternativas propostas; ele diz que a Rebrip:

Tem propostas, mas elas são muito mais no sentido de desmantelamento de instituições do que propriamente propostas alternativas (...) na verdade, sempre houve a preocupação na Aliança Social Continental de construir a alternativa das Américas, mas também é um documento que parte dos temas que estavam em discussão na ALCA, com base neles, tentar construir alternativas, então, alternativas a investimentos, investimentos desde que respeitem a soberania nacional, que seja sempre em benefício disso e daquilo outro e tal, não deixa de ser um primeiro passo (Entrevista com Kjeld Jacobsen, 22/11/06).

Ressaltando, por fim, que é muito mais fácil encontrar e lutar por uma questão em que todo mundo é contrário do que encontrar uma questão que una todo mundo a favor.

Gonzalo Berrón diz que esta é uma questão importante para todos, a de propor alternativas para as Américas, uma solução que não necessariamente prevê o livre comércio, pois essa não precisa ser a única forma de integração. Para ele, essas propostas existem, e agora o desafio é fazer com que caminhem, e isso vai depender dos movimentos contra-hegemônicos, pois são esses os únicos que agem nessa conjuntura, continuamente existindo como forma de pressão (Cf. Gonzalo Berrón, 20/12/2006).

Neste último capítulo apresentamos as propostas e as ações da Rede a partir de 2003 e os seus planos para o futuro baseados na conjuntura atual. Destacamos o papel representado pelas ONGs nesse processo e dificuldades de sua articulação. E concluímos mostrando as representações de algumas lideranças no sentido de considerarem a Rebrip um movimento contra-hegemônico, nas proposições que são encaminhadas.

## Considerações Finais

Esta dissertação teve por foco o estudo de uma forma específica de participação das ONGs em uma rede social – a Rebrip. Como ponto de partida, observamos alguns resultados derivados de mudanças sociais e políticas, nos planos nacional e internacional. Essas mudanças foram apresentadas por nós como fazendo parte do processo de globalização, com destaque para o surgimento de novos atores e forças sociais no contexto mundial, com seus limites e possibilidades.

A globalização vem sendo analisada por diversos estudiosos, e suas conceituações indicam a complexidade e diversidade de posições e visões. A análise desenvolvida procurou enfatizar as mudanças que alteram as relações internacionais, em suas condições gerais, e aquelas que condicionam particularmente o objeto de estudo escolhido.

Constatou-se uma sobreposição e interconexão de atores expressivos, denominadas por Cox de “nebuleuse”. Essa denominação se dá pelas dificuldades de se caracterizar um poder único mais direto e visível, de se situar uma liderança clara, no conjunto dos protagonistas, o que, por fim, exige novas representações e identificações.

Nas distintas abordagens, existem divergências claras nas correntes que indicamos como *transformacionistas* e *céticos*, e surge a expressão *globalização neoliberal* ou *globalização hegemônica*, para identificar os processos e atores dominantes, sem desconhecer que existem outros enfoques.

Dentro dos objetivos que traçamos, realçamos o debate intenso existente entre essas abordagens e indicamos o novo lugar ocupado pela sociedade civil, tanto na esfera nacional como na esfera internacional. Uma realidade que mostra suas articulações com o Estado, no interior de cada país e no quadro das relações internacionais, o que vem propiciando a busca de novas interpretações e enfoques analíticos. Destaque foi dado a um setor relevante dessa sociedade civil, que não aceita a globalização dominante e age com ações de resistência e protagonismo. Gerando o que geralmente é apontado como um *movimento contra-hegemônico*, *movimento dos movimentos*, *movimentos altermundialistas*, que ganhou notoriedade com as manifestações ocorridas em várias partes do mundo, com o Fórum Social Mundial e os fóruns descentralizados (regionais, continentais, nacionais, locais).

Fizemos esse percurso de análise para justamente identificar alguns elementos que clarificam como o ator social ONG e sua forma de se organizar em Rede desenvolveu-se de maneira tão expressiva nas últimas décadas e passou a compor o *movimento contra-hegemônico*. Em primeiro lugar, podemos identificar o fortalecimento das ONGs, de uma forma geral, como resultado da atual tentativa de se retirarem algumas funções clássicas do Estado e colocá-las na sociedade civil, fazendo parte do projeto dominante. Em segundo lugar, as novas formas de gestão pública, com parcerias entre setores governamentais e setores dessa sociedade civil. Neste campo, para além das vantagens e aspectos positivos avaliados por muitos, irrompem questões de legitimidade e representatividade que não pudemos explorar no presente trabalho, pelos limites propostos. O acento foi dado naquelas ONGs que se colocam como parte ativa do movimento contra-hegemônico.

Este é ainda um movimento em construção, forte em certas circunstâncias, frágil em outras. Ele procura conquistar espaços crescentes, com práticas de atuação diferenciadas que incidem também de modo distinto no seio de cada Estado-Nação e no contexto internacional.

Ao analisar o surgimento de novos espaços percebemos que as redes sociais são de extrema relevância, por ser um espaço de trocas de informação, articulação política, mobilização social e fortalecimento de identidades, no qual a participação das ONGs a cada momento se torna mais significativa, principalmente no cenário internacional. Essas Redes Sociais são características da chamada sociedade da informação, cuja estrutura reflete uma interconexão de atores; e se colocam contrárias às redes que formam a “nebulose” de Cox, a sociedade civil apropriando-se dessa maneira de se articular, passam a construir suas próprias redes. Certamente essas Redes ainda apresentam muitos desafios pela frente e estão em processo de crescimento e de melhor articulação entre elas e dentro delas. Como tentativa de aprimorar esse movimento indicamos a *teoria da tradução*, pois ela se propõe a encontrar melhor compreensão e explicação das formas alternativas de enfrentar a nova conjuntura e de se organiza, criando espaços de articulação onde atores, com convergências e divergências, consigam alcançar uma identificação e uma presença pública.

Feita a sistematização do que são as ONGs, conseguimos apreender que elas possuem diferenças expressivas entre si, e que suas características históricas são elementos fundamentais para seu entendimento. Desde a década de 1990 elas passaram a atuar no cenário internacional com mais intensidade, principalmente por meio das Conferências da ONU, contudo já no final da década e no começo do século XXI, esse cenário se altera e

novas formas de participação internacional aparecem com mais força. Nos últimos anos, as ONGs tentam agregar forças nas uniões, nas articulações, nas redes, nos fóruns, pois passam a ver nesses espaços um bom lugar para alcançarem seus objetivos de terem maior importância no cenário internacional e de fazer desse um espaço mais democrático.

Com o objetivo de mostrar no concreto como acontece essa participação, escolhemos sistematizar uma específica Rede brasileira que possui grande importância no cenário político brasileiro e, de certa forma, internacional, qual seja, a Rebrip. Essa sistematização deixou claro que a forma de trabalhar em rede e a necessidade da existência de flexibilidade são fundamentais para que entidades muito diferentes trabalhem nesse formato, e nos mostrou que isso é possível e pode gerar benefícios a todos, mesmo que ainda existam muitos problemas.

Nesse contexto, a participação das ONGs é muito importante para as redes e, ao mesmo tempo, estar envolvida em uma rede é fundamental para uma ONG conseguir ter voz no cenário internacional, obter informações, se articular, pois como muitos dos entrevistados apontaram, uma organização não-governamental que pretende ter presença internacional precisa implementar meios participativos consistentes, dentre os quais a articulação em rede demonstra boas potencialidades.

Essas articulações, entretanto, mesmo buscando ter um caráter propositivo e se colocando como parte das forças contra-hegemônicas, ainda são muito embrionárias. Todos os entrevistados falaram na busca por alternativas, mas ainda estão tentando maneiras de colocar na prática esse objetivo, e as ações em curso aparecem mais como formas de resistência. É fundamental, todavia, deixar claro que isso não faz com que elas não sejam parte do movimento contra-hegemônico, mas apenas demonstra que a balança ainda pesa muito para o outro lado. Desse modo, propor alternativas, exercitar práticas nesse sentido, constituem passos relevantes num processo em construção. Faz-se necessária uma avaliação permanente, com diagnósticos bem encaminhados, correções de rumo, eficiência nas atividades, manutenção da esperança, entre outros elementos. A Rebrip e as ONGs brasileiras envolvidas demonstram a dinâmica presente nesses processos, com seus avanços e recuos, e fica claro que isso caracteriza do mesmo modo, com as variações de espaço e tempo, o conjunto dos participantes do movimento contra-hegemônico.

## **Bibliografia**

ABONG. ONGs identidade e desafios atuais. **Cadernos Abong**, n. 27 maio. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul. **Cadernos Abong**, n. 31 agosto. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**. São Paulo: Editora Peirópolis; São Paulo: Abong, 2004.

AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.

ALVES, José Augusto Lindgren. Direitos humanos, cidadania e globalização. **Lua Nova**, CEDEC, n. 50, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relações internacionais e temas sociais: A década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org) **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

APARECIDA COUTINHO, Joana. **ONGS e Políticas Neoliberais no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. In: DOS SANTOS, Theotonio (org). **Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemonia (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma visão das teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 10 n. 28, 1995.

\_\_\_\_\_. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova**, CEDEC, n.55-56, 2002.

AYRES, Bruno R. C. **Redes organizacionais no terneiro setor – Um olhar sobre suas articulações**. Rio de Janeiro, 2001. [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_out2002.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_out2002.cfm). Acesso em: 2007.

BABER, B. R. **Jihad vs. Mcworld**. New york: Ballanhne, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cultura McWorld**. In: DE MORAES, Denis (org). **Por uma outra comunicação. mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BELLO, Walden. **Desglobalização – Idéias para uma nova economia mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo**. Respostas à Globalização. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Liberdade ou capitalismo?** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

\_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol. 1, 5<sup>a</sup> Edição, Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORON, A. Atílio. **A nova ordem imperial e como desmontá-la**. In: TADDEI, Emilio; SEOANE, José. (org). **Resistências mundiais. De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, Rio de Janeiro: LPP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Poder, “contrapoder” e “antipoder”**. Notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo. In: DOS SANTOS, Theotonio (org). **Globalização. Dimensões e alternativas. Hegemonia e contra-hegemonia (vol. 2)**. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: EDUNB, IPRI; São Paulo: IOESP, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.



\_\_\_\_\_. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CAMARGO, Sonia de. Formas de Governança no Contexto da Globalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n.2, v. 21, julho-dezembro 1999.

CANCLINI, N. G. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão. O nascimento das ONGs**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CHAVES TEIXEIRA, Ana Claudia. A Atuação das organizações Não Governamentais: entre o estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Identities em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização**. Tese de Mestrado. UNICAMP, 2000.

CHERU, Fantu. New Social Movements: democratic struggles and Human Rights in Africa. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: Critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CORRAL, Thais. As ONGs e as relações internacionais: emergência e limites da governabilidade global. In: **Cadernos Abong**, n. 26 novembro. São Paulo: Editora Peiropolis, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert O. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. Gramsci, Hegemony and International relations: An Essay in Method. In: GILL, Stephen. (ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993a.

\_\_\_\_\_. Structural issues of Global Governance: Implication for Europe. In: GILL, Stephen. (ed.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993b.

\_\_\_\_\_. A perspective on Globalization. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: Critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997a.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: COX, Robert W. (ed.) **The New Realism – Perspectivas on Multilateralism and World Order**. Nova York: St. Martin's Press, 1997b.

\_\_\_\_\_. Reconsiderations. In: COX, Robert W. (ed.) **The New Realism – Perspectivas on Multilateralism and World Order**. Nova York: St. Martin's Press, 1997c.

\_\_\_\_\_. Democracy in Hard Times: Economic globalization and the Limits to Liberal Democracy. In: MCGREW, Anthony (ed). **The Transformation of Democracy?** Cambridge: Polity Press, 1997d.

DAHMER PEREIRA, Tatiana. **O Não Governamental em Questão: um estudo sobre o universo ABONG**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DERKSEN, Harry, A Globalização e os efeitos na cooperação internacional para o desenvolvimento. In: **Cadernos Abong**, n. 31. São Paulo: Editora Peiropolis, 2003.

DURÃO, Jorge Eduardo. A nível internacional, as ONGs avançaram bastante na critica do ajuste estrutural e das políticas do FMI e do Banco Mundial. In: **Cadernos Abong**, n 9. Sao Paulo: Editora Peiropolis, 1995.

\_\_\_\_\_. Desafios para a Cooperação Internacional Norte-Sul no contexto de crise global. In: **Cadernos Abong**, n 31. São Paulo: Editora Peiropolis, 2003.

EDWARDS, Michael. **Future Positive. International Co-operation in the 21st Century**. Londres: Earthscan Publications Ltd, 1999.

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. **Perspectivas sobre a sociedade civil global no estudo das relações internacionais**. Dissertação de Mestrado no Programa Santiago Dantas de pós Graduação em Relações Internacionais. PUC-SP, 2006.

FALK, Richard. **Predatory Globalization – A Critique**. Cambridge: Polity Press, 1999.

FERNANDES, Rubem Cesar. Elos de Uma Cidadania Planetária. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, junho n.28 ano 10, 1995.

\_\_\_\_\_. **Privado Porém Público – O terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

GALVÃO, Marcos B. A. Globalização: Arautos, cétricos e críticos. Primeira Parte. **Política Externa**. vol 6, n. 4, março/abril/maio 1998a.

\_\_\_\_\_. Globalização: Arautos, cétricos e críticos. Primeira Parte. **Política Externa**. vol 7, n. 1 junho/julho/agosto 1998b.

GARRISON, John W. **Do confronto à colaboração. Relação entre Sociedade Civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil**. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GILL, Stephen e LAW, David. Global Hegemony and the structural Power of capital. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993a.

\_\_\_\_\_. Gramsci and Global Politics: Towardas a Post-Hegemonic Research Agenda. In: GILL, Stephen. (ed.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993b.

\_\_\_\_\_. Globalization, Democratization, and the Politics of Indiference. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997a.

\_\_\_\_\_. Global Structural Change and Multilateralism. In: GILL, Stephen. (ed) **Globalization, Democratization and Multilateralism**. Nova York: St. Martin's Press, 1997b.

GOHN, Maria da Gloria. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Ed Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Organizações Não – Governamentais – ONGs: A Modernidade da participação Social. In: **GEMDEC – Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania**. n. 3 Dezembro. UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mídia, Terceiro Setor, MST – Impactos sobre o futuro das Cidades e do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GÓMEZ, José Maria. Globalização, Estado Nação e Cidadania. Rio de Janeiro; **Contexto Internacional**, vol 20, n. 1, janeiro-junho 1998.

\_\_\_\_\_. Democratizando a globalização, transformando a comunidade política. Da cidadania nacional para a cidadania cosmopolita. In: José Maria Gómez, **Política e Democracia em Tempos de Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. O 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre e os desafios do Movimento Social Global. In: **Contexto Internacional**, vol. 24 n. 2, julho-dezembro 2002.

\_\_\_\_\_. De Porto Alegre a Mumbai – El Foro Social Mundial y los Retos del Movimiento Altermundialista. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias y Emancipaciones em el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004a.

\_\_\_\_\_. El Segundo Foro Social Mundial de Porto Alegre y los desafíos del Movimiento Social Global Contrahegemónico. In: GÓMEZ, José Maria (org). **América Latina y El (des) orden Global Neoliberal. Hegemonia, Contrahegemonía, Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004b.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

HABERMAS, Jurgen. O Estado nacional europeu - sobre o passado e o futuro da soberania e da nacionalidade. In: **A Inclusão do Outro**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

HADDAD, Sergio. Apresentação. In: ABONG. **O Papel da Sociedade Civil Nas Novas Pautas Políticas**. São Paulo: Editora Peirópolis; Abong, 2004.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999

\_\_\_\_\_. Governance Beyond Frontiers. In: Fred Halliday, **The World at 2000**, Houndmills. Nova Yorque, Palgrave, 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Multidão. Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

HAYEK, **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HELD, David. A democracia, o Estado-Nação e o sistema global. **Lua Nova**, n. 23, março de 1991.

\_\_\_\_\_; ARCHIBUGI, Daniele. (ed.) **Cosmopolitan Democracy. An Agenda for a New Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **Modelos de Democracia**. México: Alianza Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. **La Democracia y el Orden Global. Del estado Moderno al Gobierno cosmopolita**. Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_; MCGREW, Anthony. **The Global Transformations Readers**. Cambridge: Polity Press, 2000.

\_\_\_\_\_; MCGREW, Anthony. **Pros e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HERZ, Mônica. A Internacionalização da Política: A Perspectiva Cosmopolita em Face do Debate sobre a Democratização da ONU. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol 21, n. 2, julho 1999.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HOUTART, François. A Mundialização das resistências e das Lutas contra o neoliberalismo. In: TADDEI, Emilio; SEOANE, José. (org). **Resistências mundiais. De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP, 2001.

\_\_\_\_\_; POLET, François. **O Outro Davos – Mundialização de resistências e de Lutas**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

HURRELL, Andrew. Sociedade Internacional e Governança Global. **Lua Nova**, CEDEC. n.46, 1999.

IANNI, Octavio. A Política Mudou de Lugar. In: Dowbor, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. (org). **Desafios da Globalização**. São Paulo: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Enigmas da Modernidade – Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LANDIM, Leilah. **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. "Experiência Militante": historias das assim chamadas ONGs. In: Landim, Leilah (org). **Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 1998.

\_\_\_\_\_. Múltiplas Identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (org). **ONGs e Universidades**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

LEIS, Hector Ricardo. Globalização e oportunidade. Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28 ano 10 junho 1995.

LÈVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento da era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: LPM Editores, 1989.

KOGA, Dirce Harau Ueno. **O tecer-se das ONGs**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 1995.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MARZOCHI, Samira Feldman. **O Sentido da Comunicação: O significado da inserção de ONGs em redes eletrônicas no contexto da cultura e das Organizações Internacionais**. Dissertação de Mestrado no Departamento de Sociologia do IFCH, UNICAMP, 2000.

McGREW, Anthony. Democracy beyond Borders? In: HELD, David; McGREW, Anthony. **The Global Transformations Reader**. Cambridge: Polity Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalization and Territorial Democracy: an introduction. In: McGREW, Anthony (ed). **The Transformation of Democracy?** Cambridge: Polity Press, 1997a.

\_\_\_\_\_. Democracy beyond borders? Globalization and the reconstruction of Democratic Theory and Practice. In: McGREW, Anthony (ed). **The Transformation of Democracy?** Cambridge: Polity Press, 1997b.

MITTELMAN, James H. The Dynamics of Globalization. In: MITTELMAN, James H (ed.). **Globalization: critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997a.

\_\_\_\_\_. How Does Globalization Really Works? In: MITTELMAN, James H (ed.). **Globalization: critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997b.

\_\_\_\_\_. A Globalização Alternativa. In: GÓMEZ, José Maria (org). **América Latina y El (des) orden Global Neoliberal. Hegemonia, Contrahegemonía, Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Nossa Comunidade Global – **O Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

MORGENTHAU. **Política entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Universidade de Brasília; Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OFFE, Claus. A Atual Transição da História e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: Para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, Sérgio (org). **ONGs e Universidades**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

OLIVIERI, Laura. (2002) As Redes e a atualização da experiência democrática: ensaio em torno das proposições de comunidades virtuais de Pierre Levy. [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_set2002.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_set2002.cfm). Acesso em: 2007

OLIVIERI, Laura. (2003) A importância histórico-social das Redes. [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_jan2003.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_jan2003.cfm). Acesso em: 2007

PANITCH, Leo. Rethinking the Role of the state. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: Critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas (13), dez 1999.

PAZ, Rosangela Dias O. da. Organizações Não Governamentais: Um debate sobre a identidade política das Associadas à Abong. In: **Cadernos Abong**, n. 33. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil: Sua Democratização para a reforma do estado. In: PEREIRA, PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PETRAS, James. (2001) Non-Governmental Organizations in a Conjuncture of Conflict and War Psychosis. <http://www.rebellion.org/petras/english/ngo170102.htm>. Acesso em: 2006

PINTO, Céli Regina Jardim. (2006) As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 49, no 3, pp. 651 a 613. [http://www.rits.org.br/rets/download/centro\\_estudos\\_260107.pdf](http://www.rits.org.br/rets/download/centro_estudos_260107.pdf). Acesso em: 2007

SADER, Emir. Hegemonia e Contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: TADDEI, Emilio; SEOANE, José. (org). **Resistências Mundiais. De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, Rio de Janeiro: LPP, 2001.



SASSEN, Saskia. **Losing Control? Sovereignty in an Age of Globalization**. Nova York: Columbia University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. The Spatial Organization of Information Industries. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: critical reflection**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Redes e Sociedade Civil Global**. São Paulo: ABONG; São Paulo: Peirópolis, 2002.

SCHOLTE, Jan Aart. **What Is Globalization? The Definitional Issue – Again**. CSGR

Working Paper n. 109, 2002.

\_\_\_\_\_. **Globalization and governance: from statism to polycentrism**. CSGR

Working Paper n. 130, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Globalisation Studies Past and Future: A Dialogue of Diversity**. CSGR. Working Paper n. 135, 2004b.

\_\_\_\_\_. Civil Society and Democratically Accountable Global Governance. In: **Government and Opposition**, vol. 39, n. 2, 2004c.

SEGREGRA, Francisco López. Raízes, conseqüências e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização. In: DOS SANTOS, Theotonio (org). **Os Impasses da Globalização. Hegemonia e Contra-Hegemonia (Vol 1)**. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2003.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma Reinvenção Solidária e Participativa. PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Herbert de. Las ONGs en la década del 90. In: **Construyendo Juntos El Futuro**. Lima: Editora Desco, 1992.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, Neoliberalismo e Reforma do estado. PEREIRA, Bresser L. C.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

TADDEI, Emilio; SEOANE, José. De Seattle a Porto Alegre – Passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: TADDEI, Emilio; SEOANE, José. (org). **Resistências Mundiais. De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. **Lua Nova**, CEDEC, n. 46, 1999.

VIEIRA, Liszt. Sociedade Civil e Espaço Global. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Seade, vol. 10, n 4, outubro-dezembro 1996.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os Argonautas da Cidadania. A Sociedade Civil na Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond**. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. ONGs e universidades: desafios atuais. In: HADDAD, Sérgio (org). **ONGs e Universidades**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. ONGs e construção do conhecimento. In: BERNARDO, T. e TÓTORA, S. (orgs.). **Ciências sociais na atualidade. Brasil: resistência e invenção**. São Paulo: Paulus, 2004.

WATERS, Malcolm. **Globalization**. London: Routledge, 1995.

WHITAKER, Francisco. (2000) Rede: Uma estrutura alternativa de organização. [http://www.rits.org.br/pesquisa\\_no\\_site/mostra\\_resultados.cfm?criteria=WHITAKER](http://www.rits.org.br/pesquisa_no_site/mostra_resultados.cfm?criteria=WHITAKER). Acesso em: Dezembro de 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (org). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

### **Sites Consultados**

Rede Brasileira pela Integração dos Povos: [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)

Fórum Social Mundial: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

Free Trade Area of the Americas: <http://www.ftaa-alca.org>

Observatório Social: [www.observatoriosocial.org.br](http://www.observatoriosocial.org.br)

Aliança Social Continental: <http://www.asc-hsa.org/>

INESC: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

DIEESE: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

FASE: [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: [www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br)

Instituto Equit: [www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)

SOF Sempre Viva Organização Feminista: [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

Oxfam: [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org)

Actionaid: [www.actionaid.org.br](http://www.actionaid.org.br)

Minga/Multirão- Informativa de Movimientos Sociales: <http://movimientos.org>

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA: [www.abiaids.org.br](http://www.abiaids.org.br)

Fórum da Sociedade Civil: [www.forumsociedadecivil.org.br](http://www.forumsociedadecivil.org.br)

G-20: <http://www.g-20.mre.gov.br/>

Our World is Not For Sale: <http://www.ourworldisnotforsale.org/>

IBASE: [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)

Rede de Informação para o Terceiro Setor – RITS: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)

## **Documentos Rebrip**

Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). **Construindo Alternativas Solidárias de Integração**. Rio de Janeiro, julho 2001, 11 p. (Mimeo)

Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). **Relatório de atividades – dezembro de 2001 a dezembro de 2002**. Rio de Janeiro, março 2003a, 05 p. (Mimeo)

Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). **Ata da Assembléia Nacional da Rebrip**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2003b, 07 p. (Mimeo)

Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). **III Assembléia geral – Os membros da rebrip, reunidos em assembléia, aprovaram as seguintes diretrizes para o plano de ação no período 2005-2007**. Brasília, 7 e 8 de outubro de 2005, 03 p. (Mimeo)

Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). **Roteiro para uma avaliação do período outubro 2003 a outubro 2005**. Rio de Janeiro, setembro 2005, 04 p. (Mimeo)